



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Educação

A Indisciplina Escolar nos alunos do 3ºCiclo do Ensino Básico numa escola da Horta: desafios para a intervenção

Ana Rita Cerqueira da Silva

Nº 20171225

Orientador

Doutor Ernesto Candeias Martins

Trabalho de Projeto apresentado à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Intervenção Social Escolar, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Ernesto Candeias Martins, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Outubro de 2023

Composição do júri

Presidente do júri

Professora Doutora Cristina Maria Gonçalves Pereira

Professora Adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Vogais

Professora Doutora Hélia Augusta de Magalhães Correia Bracons Carneiro

Professora Associada do Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa

Professor Doutor Ernesto Candeias Martins

Professor Coordenador c/Agregação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Dedicatória

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Agradecimentos

Com o terminar desta etapa não posso deixar de agradecer a todos os que fizeram parte desta caminhada e que contribuíram para que fosse possível percorrê-la.

Um especial agradecimento aos meus pais, pelo apoio incondicional, e ao meu namorado, pela paciência, pelos conselhos e incentivo que me deu.

Gostaria de agradecer à Direção da ESMA por toda a colaboração prestada ao longo deste Estudo Académico e aos participantes do estudo, alunos do 9º ano, pais/E.E., docentes, D.T., Presidente do CE e Presidente da APEE, pela disponibilidade, permitindo que esta investigação se concretizasse.

Finalizando, gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Ernesto Candeias Martins por ter aceite o convite para orientar-me nesta caminhada e por todo o tempo que disponibilizou.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

A investigação decorreu numa escola pública da Ilha do Faial - ESMA. Ela pretendeu abordar a temática da Indisciplina Escolar, tendo como foco a *“Indisciplina Escolar nos alunos do 3º Cido do Ensino Básico numa escola da Horta: desafios para a intervenção”*. Atualmente, a indisciplina é uma problemática que afeta cada vez mais o sistema educativo, constituindo um desafio para os docentes, comunidade escolar e para os pais/E.E. As suas causas são variadas e têm vindo a ser estudadas sob várias perspetivas com o intuito de a compreender e encontrar estratégias de atuação.

Neste sentido, a investigação em curso pretende compreender o modo e o porquê de situações de indisciplina ocorrerem no contexto escolar, bem como, entender o contributo dos pais/E.E. e comunidade educativa na prevenção e combate a esta problemática.

Relativamente aos sujeitos de intervenção, estes são os alunos de uma turma de 9º ano, respetivos pais/E.E. e docentes, sendo que, também foi integrado na investigação a Presidente do CE, a D.T. e a Presidente da APEE. Abordando a metodologia de investigação, este é um estudo de caso que utilizou como método de recolha de dados uma metodologia mista, com instrumentos adequados à investigação qualitativa (análise documental e entrevistas) e à investigação quantitativa (inquéritos por questionário), e neste sentido, após recolha dos dados foi realizada uma análise e triangulação dos mesmos, de forma a cruzar as informações obtidas dos diferentes instrumentos e intervenientes do estudo.

Assim, considerando os resultados obtidos pelo estudo, realizou-se um plano de intervenção, dirigido à comunidade educativa da ESMA, sobretudo aos alunos, com o intuito de combater a indisciplina escolar, e fornecer aos docentes, estratégias para a sua intervenção, contribuindo assim, para a melhoria no contexto escolar.

Palavras chave

Indisciplina Escolar; Desafios para a Intervenção; Estratégias de Atuação; Estudo de Caso

ABSTRACT

The investigation took place in a public school on Faial Island -ESMA. She intended to address the issue of School Indiscipline, focusing on *“School Indiscipline in students in the 3rd Cycle of Basic Education in a school in Horta: challenges for intervention”*. Currently, indiscipline is a problem that increasingly affects the educational system, posing a challenge for teachers, the school community and parents/E.E. Its causes are varied and have been studied from different perspectives in order to understand and find action strategies.

In this sense, the ongoing research aims to understand how and why indiscipline situations occur in the school context, as well as understanding the contribution of parents/E.E. and educational community in preventing and combating this problem.

Regarding the intervention subjects, these are students from a 9th grade class, their parents/E.E. and teachers, and the President of the CE, D.T., was also included in the investigation the President of APEE. Addressing the research methodology, this is a case study that used a mixed methodology as a data collection method, with instruments suitable for qualitative research (document analysis and interviews) and quantitative research (questionnaire surveys), and in this sense, after collecting the data, an analysis and triangulation of the data was carried out, in order to cross-reference the information obtained from the different instruments and study participants.

Thus, considering the results obtained by the study, an intervention plan was created, aimed at the ESMA educational community, especially students, with the aim of combating school indiscipline, and providing teachers with strategies for their intervention, thus contributing, for improvement in the school context.

Keywords

School Indiscipline; Challenges for Intervention; Action Strategies; Case study

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ESMA - Escola Secundária Manuel de Arriaga

SGE – Sistema de Gestão Escolar

D.T. – Diretor de Turma

E.E. – Encarregado de Educação

APEE – Associação de Pais e Encarregados de Educação

CE - Conselho Executivo

SASE – Serviço de Ação Social Escolar

3.º CEB – 3.º Ciclo do Ensino Básico

Índice de Figuras

Figura 1 – Princípios e Valores da ESMA.....	34
---	----

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Questões relacionadas com o Ambiente Escolar.....	56
Tabela 2 – Questões relacionadas com a Indisciplina Escolar.....	57
Tabela 3 – Questões relacionadas com a Relação Aluno – Docente.....	61
Tabela 4 – Questões relacionadas com a Relação Escola – Família.....	63
Tabela 5 – Opinião dos Alunos sobre o grau de gravidade de certos comportamentos.....	69
Tabela 6 – Opinião dos Docentes sobre o grau de gravidade de certos comportamentos.....	72
Tabela 7 – Frequência com que o Docente utiliza cada uma das estratégias para controlar os comportamentos em contexto sala de aula.....	73
Tabela 8 – Opinião do Docente sobre como deve ser o envolvimento do E.E.....	74

Índice Geral

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	7
1. A INDISCIPLINA EM CONTEXTO ESCOLAR.....	8
1.1 - A clarificação conceptual de indisciplina.....	10
1.2 - Causas da Indisciplina escolar.....	12
1.3 - Perspetiva dos alunos e docentes sobre a Indisciplina.....	16
1.4 - Papel interventor da mediação nos conflitos e indisciplina.....	17
2. ESCOLA E DOCENTES PERANTE ATOS DE INDISCIPLINA.....	19
3. PREVENÇÃO DA INDISCIPLINA ESCOLAR.....	21
4. ARTICULAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA NAS SITUAÇÕES DE INDISCIPLINA.....	22
CAPÍTULO II -METODOLOGIA EMPÍRICA DO ESTUDO.....	27
1. OPÇÃO METODOLÓGICA: ESTUDO DE CASO QUALITATIVO.....	28
2. AS PERGUNTAS ORIENTADORAS DA INVESTIGAÇÃO.....	31
3. O CENÁRIO E OS SUJEITOS PARTICIPANTES.....	32
3.1 - Caraterização da Instituição de Ensino - ESMA.....	32
3.2 - Os sujeitos em estudo.....	38
4. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS.....	40
5. PROCEDIMENTOS ÉTICO E LEGAIS E DE APLICAÇÃO.....	44
CAPÍTULO III - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	47
1. OBSERVAÇÃO DOCUMENTAL: ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	47
2. ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS.....	55
3. ANÁLISE AOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO.....	67
3.1. - Resultados do Inquérito por Questionário aos Alunos.....	67
3.2. - Resultados do Inquérito por Questionário aos Docentes.....	71
3.3. - Resultados do Inquérito por Questionário aos Pais/E.E.....	75
3.4. - Explicação global dos Inquéritos por Questionário.....	76
4. TRIANGULAÇÃO: VERIFICABILIDADE DAS PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	84
CAPÍTULO IV - PROPOSTA DE PLANO DE INTERVENÇÃO.....	91

1. FUNDAMENTAÇÃO E OBJETIVOS DO PI	91
2. ORIENTAÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO	95
3. ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PI	97
4. ATIVIDADES E AVALIAÇÃO	98
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
BIBLIOGRAFIA	107
APÊNDICES	113
Apêndice A – Pedido de Autorização para Participação em Estudo Acadêmico	113
Apêndice B – Consentimento Informado	115
Apêndice C – Inquérito por Questionário aos Alunos do 3.º CEB	117
Apêndice D – Inquérito por Questionário aos Docentes	121
Apêndice E – Inquérito por Questionário aos Pais/E.E.	125
Apêndice F – Entrevista Semiestruturada Presidente do CE	127
Apêndice G – Entrevista Semiestruturada ao D.T.	129
Apêndice H – Entrevista Semiestruturada ao Presidente da APEE	133

INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Intervenção Social Escolar, da Escola Superior de Educação de Castelo Branco do Instituto Politécnico de Castelo Branco, tivemos a intenção de analisar a temática da Indisciplina Escolar e as suas consequências nos alunos, que atualmente é um dos principais problemas das escolas e um dos maiores dilemas com que se deparam os responsáveis, os docentes e a comunidade educativa em geral, tornando-se, assim, pertinente analisar este fenómeno. A indisciplina tem sido identificada como uma das maiores dificuldades hoje em dia nas escolas, já que conjuntamente com a violência escolar, o desrespeito, incumprimento de normas disciplinares e *bullying*, constituem fenómenos habituais no meio escolar, ao qual cada vez menos alunos estão imunes. As suas causas são variadas e têm sido estudadas sob várias perspetivas, no intuito de compreender a essência do mesmo e, sobretudo, encontrar estratégias de atuação conducentes a uma inversão da tendência.

Sabemos que as escolas se confrontam com níveis acrescidos de indisciplina escolar, que prejudicam a convivência educativa, o relacionamento interpessoal e o desenvolvimento de um ambiente e/ou clima escolar propício ao processo de ensino e aprendizagem. Se nos interrogamos porque existe a indisciplina na escola a resposta remete-nos para a literatura do tema, onde um leque de autores, entre eles J. Amado (2001), que nos alerta para a complexidade desse fenómeno e para as suas varias raízes, por exemplo: para a sociedade (questões políticas, socioculturais, económicas, familiares); para a escola (organização, clima, currículo, metodologias de ensino); para os alunos no grupo-turma (composição, espaços e tempos, regras e estruturas vigentes, dinâmica e interação entre os alunos e com os docentes); para os intervenientes do ato educativo (historias de vida e carreira académica, autoconceito, idade, género e problemas patogénicos).

Reconhecemos que há diversos olhares sobre os comportamentos de indisciplina, sendo importante reconhecer que as perceções e as atitudes dos docentes diferem relativamente à conduta desses comportamentos considerados indisciplinados, o que dificulta a compreensão dos mesmos nos alunos, do que é considerado um comportamento improprio (a sua adequação a situação e a sua gravidade) e as suas consequências que daí podem resultar. Ou seja, a indisciplina constitui um fator subjetivo e de difícil definição, tendo os docentes formas diferentes de encarar os mesmos problemas. Pensar um ato indisciplinado, no caso específico na sala de aula, implica pensar numa multiplicidade de aspetos (desde o modo como os factos são interpretados pelos indivíduos intervenientes, para além das diversas situações de âmbito externo ao processo, envolvendo o *ethos* escolar, a ação da família, do grupo de amigos, a comunidade e a sociedade). Sublinha Amado (2001), neste contexto, a importância de o docente definir regras/normas (disciplinares em sintonia com o Código disciplinar do Aluno) e de as fazer cumprir, para que os alunos as interiorizem e por elas orientem a sua prática. Conseguir esta interiorização é uma das tarefas básicas do papel do docente e uma condição essencial ao bom ambiente e/ou clima educativo necessário ao processo educativo.

É evidente que antes de impor regras de disciplina, os docentes devem saber qual a perspetiva teórica adequada ou estruturar um enfoque integral (teorias behavioristas, cognitivistas, psicológicas e ecológicas) para orientar as suas intervenções. A opção depende dos alunos e do contexto. O docente é responsável profissionalmente pelo ensino-

aprendizagem e deverá incidir num mosaico de recursos para suprimir ou evitar atos irregulares, de incumprimento e indisciplina na sala de aula. Esse compromisso de vincular a disciplina ao processo de ensino-aprendizagem e relação pedagógica é fundamental, da mesma forma que executa adequadamente e de forma motivadora o seu projeto curricular de aula/turma, adota as melhores estratégias (diversificadas) e conhece a psicopedagogia da disciplina para o tipo de alunos que tem na sala de aula. Para corrigir comportamentos haverá que entender as razões dessas condutas de indisciplina, para poder impor a disciplina e a integração social (Martins, 2014).

Se fizemos uma pesquisa de literatura as definições de indisciplina nem sempre são coincidentes. Contudo, há, como é natural, sintonia em vários aspetos. É óbvio que a indisciplina diz respeito aos comportamentos do aluno que perturbam as atividades que o docente desenvolve na sala de aula, ou seja, a disrupção escolar constitui uma transgressão das normas disciplinares na escola, prejudicando as condições de aprendizagem, o ambiente educativo e/ou as relações interpessoais. Deste modo, ao longo do estudo entenderemos por indisciplina a manifestação de atos/condutas, por parte dos alunos, contendo subjacentemente atitudes que não são legitimadas pela escola ou pelo docente no contexto da sua prática pedagógica e, conseqüentemente, perturbam o processo normal de ensino-aprendizagem.

Neste âmbito epistemológico e conceptual o fenómeno da indisciplina escolar tem sido abordado nas perspetivas psicológicas (relação da indisciplina do aluno com fatores de ordem psicológica, social ou familiar); no entanto, e mais recentemente, a exclusividade destas interpretações tem vindo a ser postas em causa pelas perspetivas sociológicas e pedagógicas (estas relacionam a indisciplina do aluno com o contexto socio organizacional e sociopedagógico, isto é, com o funcionamento e organização da escola, a gestão da sala de aula e suas interações). A literatura da especialidade aponta para a importância da prevenção, ao mesmo tempo que alerta para a fraca eficácia dos processos corretivos. Contudo, estas abordagens e enfoques ao tema têm evoluído, assim, de uma ênfase mais psicológica, centrada no aluno, para uma ênfase mais pedagógico-institucional, centrada no docente e na escola como agentes de prevenção.

De facto, a temática abordada tem por base um conjunto de motivações pessoais, científicas e profissionais, de modo a conhecer fenomenologicamente este fenómeno no contexto escolar, para além de podermos aprofundar novos conhecimentos socioeducativos, que consideramos ser uma mais valia para a futura vida profissional ligada à educação. Sabemos que se trata de um fenómeno complexo e torna-se possível constatar que a sua resolução não é simples, mas que nos permite desenvolver uma atitude investigativa que possibilite identificar, analisar, interpretar e equacionar possíveis soluções concretas no âmbito da intervenção social e escolar, nomeadamente, através da elaboração e concretização de projetos/programas de ação, como seja para o desenvolvimento da convivência escolar e social.

O tema estudado encontra-se regulamentado pelo Estatuto do Aluno (Lei n.º 51/2012 de 5/09; Capítulo III – Direitos e deveres dos alunos, secção II – Deveres dos alunos e Capítulo IV – Disciplina), que, conforme o seu Preâmbulo estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais/encarregados de educação e restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação. O significado teórico de indisciplina não é claro, sendo unanimemente aceite que ela se relaciona com um comportamento de um indivíduo que foge das normas e dos padrões esperados. A escola impõe

normas de convivência e de relação entre alunos e restantes elementos da comunidade educativa, de modo a cumprir o indicado no Estatuto do Aluno e Ética Escolar, onde a disciplina prevê deveres ao aluno (art.º 10º do capítulo IV e também referido no regulamento interno da escola), sendo que no art.º 22º, nº 1 na Secção I – ‘*Infração*’, aquele normativo jurídico (Lei n.º 51/2012 de 5/09), nas situações “[...] *perturbadores do funcionamento normal das atividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infração disciplinar passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória*”.

O intuito da investigação é o de tecer uma análise interpretativa e reflexiva sobre a indisciplina escolar no 3.º Ciclo do Ensino Básico (9º ano escolaridade), na Escola Secundária da Horta (designada por ESMA). Assim, a pertinência do tema no atual contexto educativo é importante para a comunidade educativa, já que estarmos perante uma preocupação constante dos diversos atores escolares, pelas consequências que assume e repercute nos processos de ensino-aprendizagem, no desempenho e rendimento escolar dos alunos, no ambiente e clima educativo na escola, no desempenho profissional dos docentes, no relacionamento interpessoal na relação pedagógica, ou seja, apresenta implicações claras na qualidade do ensino e das respostas educativas dadas pela escola. Assim, pretendemos conhecer e refletir as respostas ou medidas estratégicas que minimizem o seu impacto na escola e na sala de aula, pois a indisciplina constitui um grave problema educativo para o desenvolvimento da escola, enquanto organização, destinada ao aprender a aprender por parte dos alunos.

Sabemos que as normas de convívio socioeducativo constituem uma prerrogativa humana, produções coletivas cujas formas se configuram no tempo histórico. Ultimamente o problema da indisciplina escolar, o incumprimento de regras disciplinares e o desrespeito pelo com os outros vem tomando novas e preocupantes proporções.

A nível metodológico a investigação, na modalidade de estudo de caso situacional e de âmbito fenomenológico, se caracteriza de cunho exploratória, transversal, descritiva, analítica e interpretativa, de natureza qualitativa, assente no paradigma naturalista ou interpretativo. Ela assume a forma de um estudo de caso porque nos pareceu ser a melhor forma de responder ao problema e respetivos objetivos de fundamentação e, principalmente às questões formuladas por nós, permitindo uma análise mais aprofundada do fenómeno da indisciplina versus disciplina escolar, dos atores diretamente envolvidos (alunos, docentes, funcionários não docentes), mas também a própria organização escolar, as famílias e os contextos sociais. Temos, igualmente a pretensão de descrever os incidentes disciplinares, as características dos diversos atores envolvidos, bem como os meios de resposta protagonizados pelos diferentes órgãos e agentes escolares.

A metodologia qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que se analisa, já que o seu foco é orientado para o específico, o individual, aspirando à compreensão, neste caso do fenómeno da indisciplina escolar estudada. As características desta metodologia é o de procurar significados e essências da experiência, alcançadas com base nas descrições da experiência singular do sujeito investigado e o compromisso do investigador e dos sujeitos de estudo na expectativa de atingir a totalidade do fenómeno estudado.

Findlay, Costa, Guedes (2006, p.12) afirmam que “*o problema é uma interrogação que o pesquisador faz à realidade*”. A nossa pretensão como pergunta de partida ou problema do estudo (Quivy & Campenhoudt, 1992) é conhecer melhor as diferentes dimensões que o fenómeno da indisciplina assume numa determinada turma do 9º ano de escolaridade.

Pretendemos contribuir para melhorar a dimensão sociopedagógica, em termos de intervenção no contexto da escola, face às dificuldades sentidas quotidianamente, respeitantes a esta problemática. O nosso estudo ancora-se no seguinte problema: **Porque é que acontecem as situações de indisciplina escolar nos alunos de uma turma de 3.º ciclo do Ensino Básico da ESMA e qual o papel dos docentes e dos pais/E.E. na prevenção e no combate a essas situações indisciplinadas?**

Assim, a indisciplina constitui, sem dúvida, uma grande preocupação para a escola e toda a comunidade educativa, uma vez que, afeta o normal funcionamento da escola em geral e das aulas em particular, sendo, todavia, os docentes e os alunos aqueles que sentem com maior intensidade os efeitos dos comportamentos indisciplinados.

Deste modo, estabelecemos os seguintes objetivos de fundamentação ao problema:

- Caracterizar o fenómeno da indisciplina dos alunos da turma do 3.º CEB da ESMA;
- Conhecer as situações escolares consideradas como indisciplinadas na escola em estudo?
- Compreender o significado de indisciplina versus disciplina nos alunos da turma do 3.º CEB da ESMA;
- Identificar os fatores (internos e externos) que condicionam a manifestação de indisciplina;
- Compreender as respostas/medidas promovidas pela ESMA perante os casos de indisciplina escolar;
- Determinar as estratégias mais adequadas aplicadas pelos docentes no combate à indisciplina dos alunos na ESMA?
- Promover um maior envolvimento dos pais/E.E. envolvem-se no conhecimento e definição de regras e limites no sentido de informar os filhos como prevenção de situações de indisciplina.

O nosso estudo elenca-se na metodologia qualitativa, sendo de cariz exploratório, transversal, descritivo, analítico e interpretativo (Fortin, 2000), aplicado a uma turma de alunos do 9.º ano escolaridade do 3.º CEB da ESMA na cidade da Horta (Açores), tendo decorrido no ano letivo de 2022-2023. Assumiu a forma de modalidade de estudo de caso, na perspetiva de Yin e Stake, pois a sua finalidade não é representar o mundo, mas sim representar o caso da indisciplina na turma do 3.º CEB da ESMA. Esta opção permitiu-nos o aprofundamento do problema, procurando através da observação não participante e participante no contexto da escola em estudo recolher dados.

Trata-se, pois de um design qualitativo, que intenta compreender através dos dados e pela triangulação dos mesmos as dimensões que o fenómeno da indisciplina escolar assume no contexto daquela escola, para além de contribuir para resolver atos disciplinares ou de incumprimento de regras/normas. Tivemos como técnicas e instrumentos de recolha de dados os seguintes: observação documental (projeto educativo, dossiê de turma e outros documentos); observação não participante (espontânea e informal); inquérito por questionário (n1=17 alunos selecionados pelo método de conveniência frequentando uma turma do 9.º ano de escolaridade, n2= 10 pais/E.E. e n3=7 docentes); entrevistas semiestruturadas ao diretor do Conselho executivo do ESMA, à diretora de turma do 9.º ano de

escolaridade e à presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do ESMA; notas de campo (registos). Estabelecemos o Protocolo e cumprimos as regras éticas e legais da investigação científica, informando os sujeitos de estudo dos objetivos do mesmo.

Na fase de tratamento e interpretação dos dados recolhidos realizámos a análise estatística dos questionários, a análise de conteúdo às categorias estabelecidas nas entrevistas com o apoio dos registos observacionais e notas de campo. Submetemos posteriormente, perante as questões de investigação formuladas a triangulação dos dados confirmando a verificabilidade, com fundamentação teórica, as mesmas questões.

No que concerne à estrutura metodológica do trabalho apresentado, este encontra-se organizado em cinco capítulos: o enquadramento teórico-conceitual; a metodologia empírica e design; a análise e interpretação dos dados; a proposta de intervenção – programa de convivência escolar; e considerações finais.

No Capítulo I temos o enquadramento teórico-conceitual, que é sem dúvida um dos pontos mais importantes do trabalho, por analisar conceitos e definições (disciplina e indisciplina escolar), de enquadrar informações pertinentes provenientes de estudos e pesquisa bibliográfica acerca da problemática em estudo, dando relevância à análise, reflexão e aprofundamento do conhecimento realizado sobre a mesma. É constituído pela abordagem da indisciplina em contexto escolar o que possibilitará a compreensão de todo o conceito de indisciplina, os seus fatores e diferentes níveis de caracterização. Também será abordada a perspetivas de alunos e docentes relativamente à indisciplina e consequências para estes, bem como algumas medidas importantes a implementar para a sua prevenção. Por fim, será realizada uma articulação entre a Escola e a Família, no sentido de estabelecer a importância, da participação, da Família para a resolução de comportamentos indisciplinados.

No Capítulo II é dedicado à metodologia da investigação e aos eu design, explicando a metodologia qualitativa e a modalidade de estudo de caso, formulando as questões de investigação, o cenário de estudo (ESMA e a turma dos alunos do 9.º ano de escolaridade), mencionando e explicando as técnicas e instrumentos de recolha de dados, os procedimentos éticos e legais no decorrer do estudo ao longo do ano letivo 2022-23.

No Capítulo III, é centralizado no tratamento, análise e interpretação das informações recolhidas, com uma abordagem estatística aos dados dos inquiridos por questionário aos alunos, pais/E.E e docentes, pela análise de conteúdo às entrevistas (diretor do conselho Executivo, diretora de turma e presidente da Associação de Pais/Encarregados de Educação do ESMA, sendo posteriormente, submetidos à triangulação de dados. No Capítulo IV apresentamos a nossa proposta de projeto de intervenção na base de um programa de convivência, com o intuito de combater a indisciplina escolar no ESMA.

Por último, no Capítulo V apresentaremos as nossas considerações finais, ideias principais a reter, as limitações do estudo e outras considerações para futuras investigações. Este estudo pretende ser um contributo para que sejam encontradas estratégias de intervenção contra a indisciplina no contexto escolar, pelo que sabendo algumas das suas causas, a atuação pelos responsáveis, diretores de turma, técnicos e docentes pode ser feita indo ao encontro da génese do problema, com o envolvimento e colaboração dos pais/E.E..

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Para alguns estudiosos, como M^a Teresa Estrela (2002) o conceito indisciplina é relativo a um tempo e espaço específicos e consiste na negação ou privação da disciplina, manifestando-se com a quebra das regras instituídas. Enquanto para Jesus (2000), o referido conceito implica comportamento perturbador do aluno na sala de aula, por exemplo, fazer barulho, sair do lugar sem autorização, participar sem autorização, dizer palavrões, agredir ou insultar os colegas, discutir com o docente, etc., o que condiciona o desenvolvimento das atividades. De facto, aqueles comportamentos são aqueles que se traduzem numa fuga à disciplina e/ou incumprimento das regras, que são imprescindíveis ao normal funcionamento da escola e sala de aula.

Na perspetiva de Teresa Estrela (2002) a noção de disciplina ultrapassa a escola, estendendo-se às mais variadas instituições. Sabemos que a disciplina escolar assegurada pelo regulamento da escola é crucial à normalidade, mas as infrações originam sanções que conduzem a algum sofrimento. Amado e Freire (2002) sublinham que a existência de regras de conduta e o seu conhecimento pelos alunos facilitam a sua integração nos grupos, na organização escolar e a convivência social. É óbvio que o aluno deve obedecer ao docente e cumprir as regras de disciplina, mas a palavra obediência parece esquecida no vocabulário escolar e familiar, pelo que os jovens desconhecem o seu significado e a sua importância para a vida. De facto, o aluno deve respeitar os docentes, colegas e outros funcionários, mas haverá que ensinar valores e ética de conduta, especialmente o respeito e responsabilidade, incluindo às famílias dos alunos.

Parece ser habitual nas nossas escolas atos de indisciplina praticados pelos alunos nos diversos níveis de ensino. Teoricamente as suas causas são díspares, tendo surgido diversa bibliografia, com enfoques distintos, que ao analisarem este fenómeno procuram propor estratégias de atuação por parte da escola, docentes e outros agentes educativos que contribuam para inverter essas manifestações comportamentais. Foi com a preocupação de aprofundar esta temática que se estabeleceu um marco teórico-conceptual com pesquisas a vários estudos e autores, sobre disciplina e indisciplina, como por exemplo, estudos de M.^a Teresa Estrela, J. Amado e I. Freire, Feliciano Veiga, entre outros. Deste modo, J. Amado (2000 e 2001) debruçando-se sobre a relação pedagógica, relaciona-a com o surgimento dos comportamentos de indisciplina, propondo de forma teórico-prático a maneira de construir a disciplina na escola. Amado e Freire (2002) distinguiram as perceções de alunos e docentes, relativamente aos comportamentos indisciplinados observados, destacando essas ocorrências registada pelos docentes, que trespasam o espaço de aula, implicam o rendimento escolar e comportamento dos alunos infratores. Também Feliciano Veiga (2007) alerta para um maior envolvimento das famílias e para a aplicação de práticas comunicacionais para docentes e pais/encarregados de educação, que possibilita a atenuação de algumas situações de indisciplina.

Na pesquisa heurística à literatura e/ou à pesquisa bibliográfica constatámos que muitos Agrupamentos de Escolas estabelecem procedimentos disciplinares, devido ao aumento de ocorrências indisciplinadas, que são tipificadas pelo seu grau de gravidade (leves, graves e muito graves), conforme a qualificação prevista no Regulamento Interno dessas escolas (Pereira, 2016).

Por outro lado, as diferentes abordagens teóricas que sustentam os estudos da indisciplina relacionam-se com o modo como os autores perspetivam o fenómeno da indisciplina, nomeadamente quanto às causas, prevenção e intervenção. As principais correntes teóricas explicativas da indisciplina são (Pereira, 2016):

- A *Sociológica* (mudanças na sociedade e na família; condições externas ao sujeito), que apresenta duas abordagens cruciais para a compreensão da indisciplina escolar, em especial a teoria de Émile Durkheim;
- A *Psicológica* (problemas afetivo-emocionais e psicológicos e habilidades socio-emocionais) com enfoque psicanalítico (Freud, Lacan e Winnicott), cognitivista (teoria de Piaget) e comportamental;
- A *Pedagógica* (funcionamento e organização escolar: atividades pedagógicas, relação pedagógica docente/aluno, o ambiente e clima escolar -turma, estrutura do currículo), em que o docente é o agente potencializador das condições de disciplina na sala de aula, pois está no seu domínio apresentar os objetivos e valores defendidos pelo sistema educativo. Compete ao docente fomentar um ensino significativo e participativo, onde para além da disciplina, a criança manifeste espontaneamente os seus sentimentos e pensamentos. Esta abordagem defende que o combate à indisciplina passa pelo respeito às regras escolares, só plenamente alcançáveis quando trabalhadas em comum. Ou seja, o aluno tem de perceber quais os objetivos e o porquê das regras existentes no âmbito escolar (Código disciplinar), para poder tentar cumpri-las disciplinadamente;
- A *Sócio-histórico-cultural da indisciplina*, que coloca ênfase sobre o contexto histórico e cultural em que a criança/jovem se insere, ou seja, o meio em que vive e de que forma as influências diretas e indiretas poderão contribuir para a sua aprendizagem. Considera-se que o processo de desenvolvimento psíquico é mediado por elementos culturais e agentes externos - físicos e sociais - que acabam por poder determinar o funcionamento psicológico e os comportamentos socialmente determinados. Assim, a indisciplina só poderá ser verdadeiramente analisada quando contextualizada no seu meio, pois poderá variar de acordo com os costumes, tradições, regiões, países e sofrendo evoluções ao longo dos tempos. Os contributos dos modelos baseados nos princípios da aprendizagem social de Vygotsk são fundamentais.

Igualmente é de considerar que as características familiares, o nível socioeconómico e cultural dos pais/E.E., a motivação escolar e interesse curricular (conteúdos e atividades), o desempenho e rendimento escolar e as habilidades sociais, são algumas das variáveis a ter-se em conta nos estudos sobre indisciplina na escola.

Em seguida, é analisado vários aspetos sobre a problemática da indisciplina, nomeadamente, a indisciplina em contexto escolar, a perspetiva dos alunos e docentes sobre a problemática, a prevenção desses comportamentos e a articulação escola-família.

1. A INDISCIPLINA EM CONTEXTO ESCOLAR

A indisciplina escolar nos últimos anos, ganhou uma dimensão significativa, preocupando não só os docentes, mas toda sociedade em geral. Neste sentido, vem-se registando inúmeros estudos científicos, de âmbito académico, sobre a problemática, bem como a existência de notícias nos meios de comunicação que refletem o seu crescimento. Alguns autores como

Amado (2000), Estrela (2007) e Santos (2008), produziram uma vasta literatura científica sobre a temática, sendo que, os seus resultados refletem uma mesma realidade, a de que, este é um conceito de difícil definição, uma vez que, é passível de múltiplas interpretações e significados, consoante os contextos em que ocorre e se insere, e a perceção que os diversos atores envolvidos dela adquirem.

Posto isto, a indisciplina é, nos dias de hoje, um dos principais problemas das escolas e um dos maiores dilemas com que se confrontam, em plena sala de aula, os docentes, contribuindo “(...) para uma crescente imagem negativa da escola (...)” (Amado, 2000, citado por Couto, 2013, p. 20). Criando-se uma imagem de “(...) alunos [que] não têm regras, não sabem ou não querem comportar-se dentro das normas (...)” (Carvalho, 2000, citado por Couto, 2013, p. 20).

De acordo com Amado (2001), temos três níveis de caracterização da indisciplina, abrangendo o 1.º nível, os desvios às regras de produção nomeadamente, as ocorrências de carácter prejudicial ao bom funcionamento da aula e incluindo-se nele as situações de ruído de fundo, a realização de tarefas diferentes daquilo que é pedido, a ausência de resposta quando o docente questiona o aluno; 2.º nível onde se inserem os conflitos interpares que engloba o desentendimento entre os alunos, os comportamentos de agressividade e violência; e o 3.º nível no qual se encontram os conflitos na relação docente-aluno, incluindo todos os comportamentos que põem em causa a autoridade e o estatuto do docente.

Neste sentido, impõem-se a questão, mas de que indisciplina falamos? Nos casos menos graves, está presente as conversas dispersas entre os alunos, utilização de telemóveis, troca de papelinhos, comentários desajustados dos contextos da aula, “palavrões” entre pares e a não realização das tarefas propostas. Por outro lado, nos casos mais graves, trata-se de uma agitação geral que perturba o funcionamento das aulas, na qual temos a agressão verbal e física e o desrespeito geral pelas figuras que deviam representar a autoridade na instituição de ensino.

Na verdade, este fenómeno tem vindo a ganhar proporções, o que origina, que muitas destas condutas desajustadas são já assumidas, em muitos casos, como factos normais que já nem são comunicados, quer porque fica em causa a capacidade do docente para lidar com o problema, quer porque a sua comunicação resulta em sanções pouco eficazes, sendo muitas vezes ainda um incentivo à reincidência, como é o caso da medida de suspensão (Tavares, 2018).

Posto isto, no que se refere aos fatores que conduziram ao aumento da indisciplina, é possível identificar como fatores externos a massificação do ensino, o alargamento da escolaridade obrigatória e a introdução de medidas que obrigam à permanência dos alunos na escola, mesmo que se encontrem excluídos por faltas desde o início do ano letivo. Tudo isto, faz com que muitos alunos frequentem a escola sem qualquer motivação, sem expectativas para o seu futuro e cujas competências não se conciliam com as exigências escolares.

Relativamente ao caso português, o Ministério da Educação e Ciência, tem vindo a promover um conjunto de medidas no combate, prevenção e intervenção na indisciplina, nomeadamente, a medida regulamentada pela Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro - Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário a criação do Programa Escola Segura, a criação dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), que tem por objetivo a redução da indisciplina. Esta é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas

e escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. Também de realçar a criação, em 2006, da Equipa de Missão para a Segurança Escolar tendo particular atenção aos alunos provenientes de meios socialmente desfavorecidos e em situação de risco de exclusão social e escolar. Por isso, legalmente as questões da indisciplina estão salvaguardadas por diversos órgãos, assumindo diversas naturezas. As regras estipuladas podem ser “*formais*” quando constadas na legislação (Estatuto do Aluno e na Ética Escolar); “*não formais*” quando são estipuladas pelo Regulamento Interno da Escola; e “*informais*” quando correspondem às normas sociais inerentes, muitas vezes, ao funcionamento de uma determinada cultura e/ou organização.

Relativamente às regras formais, a publicação da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, aprovou-se o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, onde se encontra inerente o princípio de que nenhum aluno pode interferir e prejudicar diretamente o acesso e a qualidade da educação dos demais. A assembleia legislativa da Região Autónoma dos Açores adequou este Estatuto à realidade do Sistema Educativo Regional, através do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto.

Em seguida iremos clarificar conceptualmente o termo indisciplina contraposto ao de disciplina, abordamos as causas deste fenómeno e, ainda a perspetiva dos alunos e docentes sobre este conceito na escola.

1.1 - A clarificação conceptual de indisciplina

Na clarificação conceptual J. Amado (2001) considera que a indisciplina ocorre nas relações interpessoais, onde há um incumprimento de normas estabelecidas (disciplinares impostas) na escola e o respeito pelas mesmas e valores necessários para o convívio e relação pedagógica entre pares e com os docentes. Assim encara a indisciplina como um “*construto social*” representativo dos comportamentos dos alunos que perturba o normal desenvolvimento das atividades no processo ensino-aprendizagem. Contudo, este construto social associa-se com outros conceitos como: conflito – divergência de necessidades, interesses e valores entre pessoas (Carita & Fernandes, 1997); violência – ação intencional para atingir/ferir outro indivíduo; e agressividade – fenómeno biológico e social decorrente das disposições, significações, motivações e atitudes que utilizam a violência como meio. Só com esta clarificação conceptual é possível compreender a indisciplina, pois a associação entre estes é frequente e nem sempre correta (Estrela, 2002).

De facto, o significado teórico de indisciplina não é claro, sendo unanimemente aceite que ela se relaciona com um comportamento de um indivíduo que foge das normas e dos padrões esperados. A escola impõe normas de convívio e de relação entre alunos e restantes elementos da comunidade educativa (APAV, 2011), de modo a cumprir o indicado no Estatuto do Aluno e Ética Escolar, onde a disciplina prevê deveres ao aluno (art.º 10º do capítulo IV e também referido no regulamento interno da escola), sendo que no art.º 22º, nº 1 na Secção I – ‘Infração’, aquele normativo jurídico (Lei n.º 51/2012 de 5/09), nas situações “[...] *perturbadores do funcionamento normal das atividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infração disciplinar passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória*”. Para alguns estudiosos, como M^a Teresa Estrela (2002), o conceito indisciplina é relativo a um tempo e espaço específicos e consiste na negação ou

privação da disciplina, manifestando-se com a quebra das regras instituídas. Enquanto para Jesus (2000), o referido conceito implica comportamento perturbador do aluno na sala de aula, por exemplo, fazer barulho, sair do lugar sem autorização, participar sem autorização, dizer palavrões, agredir ou insultar os colegas, discutir com o docente, etc., o que condiciona o desenvolvimento das atividades. De facto, aqueles comportamentos são aqueles que se traduzem numa fuga à disciplina e/ou incumprimento das regras, que são imprescindíveis ao normal funcionamento da escola e sala de aula (Correia, 2014; Valente, 2014).

Deste modo, a definição de indisciplina assenta numa oposição clara ao conceito de disciplina e assume-se como uma quebra da ordem, de regras e de normas, prejudicando o prosseguimento e/ou alcance de um objetivo. Assim, quando nos referimos a comportamentos indisciplinados podemos ir desde uma simples “(...) conversa disseminada entre alunos, utilização de telemóveis [em aula], troca de papelinhos, comentários desajustados dos contextos da aula (...)”, até à “(...) agressão verbal e física e desrespeito geral pelas figuras que deveriam representar a autoridade na Escola” (Pereira, 2016, p.6). Segundo Aires (2010, p.13), “a indisciplina na escola é um fenómeno intrínseco à sociedade e ao seu sistema de ensino, e dada a sua inevitabilidade, tão antigo como a própria escola”. Assim, as situações de indisciplina ocorrem em vários ambientes escolares, podendo ser dentro da sala de aula, nos corredores, no pátio, à entrada e/ou saída da portaria, no bar, entre tantos outros espaços (Pereira, 2020). A indisciplina pode ser vista através de comportamentos, posturas e condutas tidas como inadequadas que acabam prejudicando o docente, os colegas, as relações e o contexto da escola como um todo (Pereira, 2016).

Na perspetiva de Teresa Estela (2002) a noção de disciplina ultrapassa a escola, estendendo-se às mais variadas instituições. Sabemos que a disciplina escolar assegurada pelo regulamento da escola é crucial à normalidade, mas as infrações originam sanções que conduzem a algum sofrimento. Amado e Freire (2002) sublinham que a existência de regras de conduta e o seu conhecimento pelos alunos facilitam a sua integração nos grupos, na organização escolar e a convivência social. É óbvio que o aluno deve obedecer ao docente e cumprir as regras de disciplina, mas a palavra obediência parece esquecida no vocabulário escolar e familiar, pelo que os jovens desconhecem o seu significado e a sua importância para a vida. De facto, o aluno deve respeitar os docentes, colegas e outros funcionários, mas haverá que ensinar valores e ética de conduta, especialmente o respeito e responsabilidade, incluindo às famílias dos alunos (Sampaio, 2011). É verdade que a indisciplina fica a dever-se a um desinvestimento por parte das famílias, à falta de perspetivas de futuro para os jovens, desinteresse pela escola, faltas de respeito, etc. Sampaio (1996) alerta para o fato da escola fazer pouco para envolver os pais (educação parental) e para a falta de recursos apelativos nas salas de aula. Segundo este autor, ainda não está interiorizado que os jovens não estão recetivos a aprender com alguém a debitar informação aos mais novos, podendo aumentar os seus conhecimentos de forma horizontal, a partir dos amigos e internet.

Por conseguinte, em geral, ao falarmos de indisciplina escolar referimo-nos aos desvios e incumprimentos das normas impostas ou estabelecidas no contexto escolar. No entanto, esses desvios apresentam diversas manifestações e intensidade, tornando difícil a tarefa de incluir num único conceito, como o da indisciplina. Neste sentido, Amado (2000, 2001) e Amado e Freire (2009) definiram que os desvios comportamentais em contexto escolar poderiam enquadrar-se em três grandes níveis distintos dentro do fenómeno da indisciplina:

- Primeiro nível: *Infrações à regra de trabalho e produção*. São os desvios centrados exclusivamente à sala de aula, ou seja, tudo o que coloque em causa as regras estipuladas para a organização escolar e o cumprimento das tarefas delegadas pelo docente, as formas de comunicação, a pontualidade e a assiduidade, as maneiras de deslocação, apresentação física, entre outros;
- Segundo nível: *Infrações aos regulamentos normas culturais*. Trata-se dos desvios centrados no incumprimento dos regulamentos da escola e “normas” sociais que estabelecem as bases para uma relação interpessoal adequada. Estes incumprimentos podem contemplar episódios de cariz psicológico ou físico, com diferentes manifestações e motivações;
- Terceiro nível: *Confronto com a autoridade*. São os desvios centrados no confronto direto com o docente e com a autoridade geral inerente à escola. Estes comportamentos podem ser verificados através de insultos, obscenidades e até narrativas e factos de agressividade.

Nos níveis 2 e 3 estão implícitos a possibilidade de a indisciplina se converter, por vezes, em violência escolar e *bullying*. No entanto, o conceito de violência deve ser reservado para as ocorrências que ultrapassam as normas e a responsabilidade escolar, impondo o recurso às instâncias jurídicas e policiais. Esta análise é muito importante, apesar de toda a indisciplina ser um desvio à norma, mas nem sempre ela comporta um carácter violento.

1.2 - Causas da Indisciplina escolar

A dinâmica da escola é complexa e só é verdadeiramente compreendida quando são analisados todos os modelos relacionais que intervêm na comunidade escolar, numa visão holística, pois se cingimos um fenómeno a uma única causa explicativa seria distorcer a realidade. Amado (2000) apresenta alguns modelos presentes no contexto escolar, por exemplo:

- a) No contexto específico de sala de aula interagem dois subsistemas interdependentes: estrutura das tarefas académicas (conteúdos e métodos de ensino aplicados; relação docente-aluno) e a estrutura da participação social (membros comunidade educativa);
- b) Em qualquer situação de interação na sala de aula coabitam variáveis contextuais, experienciais e de comunicação que se organizam em três níveis: intrapessoal (estruturas cognitivas e afetivas), interpessoal e grupal;
- c) Relação hierárquica com o pessoal não docente a quem é atribuída a função generalizada de controlo disciplinar nos espaços comuns da escola e fora dos tempos letivos. Estas funções são salvaguardadas na Lei n.º 51/2012, artigo 46º, de 5 de setembro “Estatuto do Aluno e Ética Escolar” a nível nacional, onde:

“O pessoal não docente das escolas deve colaborar no acompanhamento e integração dos alunos na comunidade educativa, incentivando o respeito pelas regras de convivência, promovendo um bom ambiente educativo e contribuindo, em articulação com os docentes, os pais e encarregados de educação, para prevenir e resolver problemas comportamentais e de aprendizagem”.

- d) Relação pedagógica “Professor-aluno”, onde é solicitada como principal preocupação o trabalho para que o docente torne o ambiente educativo mais disciplinado, sem autoritarismo.

É importante destacar que a escola é incumbida de desempenhar papéis relativos à socialização e educação das crianças/jovens, outrora delegados à família. Esta realidade não é aceite passivamente, na medida em que os docentes responsabilizam, em grande parte, os pais pelos fenómenos de indisciplina escolar (falta de diálogo entre pais e filhos; pouca participação escolar da família no processo educativo dos filhos) (Gomes, 2020). De facto, a família encontra-se sistematicamente referida como um dos fatores que se encontram na génese da problemática relacional na escola, cuja origem prende-se com a atmosfera criada, as vivências particulares de cada família e o próprio estilo de educação parental. O disfuncionamento ou desestruturação familiar interfere nos problemas comportamentais e cognitivos do aluno, sendo que estas vivências são depois transportadas para outros contextos sociais, onde se inclui a escola (Amado & Freire, 2009). Alguns estudos ilustram que as crianças com comportamentos mais disruptivos eram provenientes de famílias cujos pais eram mais permissivos ou extremamente autoritários (Veiga 2001).

Sabemos que há influências na vida dos alunos, mas consoante a fase e a faixa etária em que ele se encontra, certas pessoas acabam por assumir um papel de maior ou menor relevância. Essencialmente os pais/E.E. e/ou outros adultos significativos (relações verticais) e os pares (relações horizontais) são as principais referências do aluno, acabando por ocorrer uma interdependência entre estas duas realidades: família-escola. Quanto à influência direta dos pais/E.E. nas crianças/jovens, elas ficam expostas a conflitos, mais ou menos prolongados e recorrentes entre os pais ou em família, apresentando níveis mais elevados de agressividade, violência e outras manifestações de desviação comportamental (Freire, Veiga & Ferreira, 2006). Os modelos podem condicionar o modo como a criança/jovem assume que a forma correta para lidar com os conflitos é através de uma expressão emocional negativa, apresentando um padrão de comportamento demarcado pela apreciação hostil das intenções e ações de terceiros (Queiroz, 2019).

Sobre as características sociais das famílias, Amado e Freire (2009) defendem que os alunos vítimas de problemas sociais – situações sociais e económicas desfavoráveis – acabam por perder, muitas vezes, o respeito pela propriedade (própria ou alheia) e por valores/princípios considerados tradicionais. Estas questões sociais suscitam grande interesse dos estudiosos, como foi o caso da Escola de Sociologia de Chicago ao desenvolver diversas ideologias interpretativas (Sociologia Interpretativa) sobre os fenómenos sociais e a repercussão que estes têm nos comportamentos humanos (Amado, 2000). Contudo, os problemas sociais, apesar de interferirem diretamente no modo de atuação das crianças/jovens, podem sempre ser contornados individualmente impondo regras/normas disciplinares. As crianças com maior resistência e capacidade de ultrapassar situações adversas são aquelas que apresentam algumas características muito específicas ao nível das competências sociais e interpessoais, adotando uma atitude predominantemente reflexiva (ao invés de impulsiva) capaz de controlar internamente situações externas adversas.

Por outro lado, ao nível das competências emocionais e/ou das habilidades socio-emocionais, há um conjunto de características essenciais para um desenvolvimento pessoal e social em harmonia, equilíbrio e de modo saudável: Autoconhecimento das suas emoções e estados; Discernimento quanto às emoções dos outros; Utilização e/ou domínio adequado para as emoções numa determinada cultura; Empatia pelas emoções dos outros; Compreensão de que os estados emocionais internos nem sempre têm que ser exteriorizados (em si mesmo ou

nos outros); Adaptabilidade a emoções e sentimentos adversos; Desenvolver habilidades e relações sociais baseadas no modo como as emoções são transmitidas e pela reciprocidade inerente; Autocontrolo emocional, aprendendo a controlar as experiências e estados emocionais.

Ora estas competências emocionais devem ser analisadas e ajustadas de acordo com a faixa etária das crianças e do seu contexto cultural, já que sociedade assenta em critérios diferentes. Igualmente é importante o temperamento pessoal (aspetos comportamentais e emocionais) inerentes à pessoa, que devem ser estáveis ao longo do tempo, apresentando uma base neurofisiológica e até componentes hereditárias (afeta diretamente os padrões relacionais). Neste sentido é fundamental promover nas crianças/jovens em idade escolar experiências afetivas positivas, muitas delas preconizadas na Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º48/1986, alterada posteriormente pela Lei n.º 115/1997, pela Lei n.º49/2005 e Lei n.º 85/2009, onde se enaltece a necessidade da escola trabalhar nos alunos a maturidade cívica e socio-afetiva, de maneira a que estes sejam capazes de intervir de modo consciente e responsável nos seus contextos sociais e, conseqüentemente, na escola.

É óbvio que a complexidade do termo indisciplina comporta, seja pela variedade de formas e expressões que esta pode adotar, pelas repercussões a diversos níveis, mas, essencialmente, pela dificuldade em identificar e discernir claramente quais os fatores

Podemos, seguindo a Amado e Freire (2009) indicar como causas da indisciplina e desencadeantes de comportamentos desviantes das normas disciplinares impostas os seguintes aspetos:

- A.** Fatores inerentes ao individuo, que são aspetos que se prendem com particularidades do sujeito, podendo passar pela história de vida de cada um, bem como problemas de ordem psicopatológica, baixas perspetivas futuras, falta de competências e habilidades sociais;
- B.** Fatores relacionados com o contexto familiar, destacando os comportamentos desviantes que são altamente influenciados pelo comportamento familiar, visto que os disfuncionamentos familiares marcam significativamente a história de vida de um sujeito (ex.: negligência parental, maus tratos, falta de afetividade). É evidente que as circunstâncias familiares geram nas crianças/jovens certos estados de “abandono” e de incompreensão, tornando-se agressivas na tentativa de chamar à atenção dos adultos. Também a falta de comunicação ou comunicação pouco coesa e a falta de escuta ativa no ambiente familiar, os estilos parentais e de autoridade, são desajustados ou verifica-se uma inexistência de qualquer supervisão no percurso escolar dos filhos, podem comprometer o desempenho interpessoal e o rendimento escolar das crianças/jovens;
- C.** Fatores sociais e políticos. Os comportamentos indisciplinados podem advir de uma incompatibilidade entre os valores, linguagem e a cultura particular da escola com a das famílias. Ou seja, a discrepância entre as classes dominantes e as restantes, faz com que as classes oriundas, geralmente, de etnias e classes minoritárias reproduzam regras e valores distintos, sendo complicado encontrarem um ponto de equilíbrio para coexistirem na diversidade cultural;
- D.** Fatores pedagógicos e escolares, em que a indisciplina poderá ser motivada por fatores internos ao ambiente educativo, seja pela organização escolar das turmas, pelo currículo e conteúdos, o clima escolar e relações interpessoais entre pares, as retenções

letivas, quer seja pela própria forma como os docentes desempenham as suas funções (estilos de ensino, de autoridade e modos de interação com alunos e turma).

Nas suas diversas manifestações a indisciplina escolar constitui uma transgressão das normas disciplinares impostas pela escola (regulamento) aos alunos, prejudicando as condições de aprendizagem, o ambiente de ensino ou a relação pedagógica na escola “[...] tornou-se uma fonte de stress entre professores” (Veiga et al., 2001, p. 15). No dizer de J. Amado (2001, p. 65):

[...] um fenómeno relacional e interativo que se concretiza no incumprimento das regras que presidem, orientam e estabelecem as condições das tarefas na aula e, ainda, no desrespeito de normas e valores que fundamentam o são convívio e estabelecem as condições das tarefas na aula e, ainda, no desrespeito de normas e valores que fundamentam o são convívio entre pares e a relação com o professor enquanto pessoa e autoridade.

As causas da indisciplina consideradas como geradoras deste fenómeno e a avaliação das medidas de amenização são diversas e, por vezes não muito eficazes. Partimos do pressuposto que ao intervir devemos conhecer, de antemão, a forma como os alunos estão envolvidos nessas situações, os dilemas que vivenciam e as alternativas de modificação (Antunes, 2002). Consideramos que as regras são imprescindíveis ao ajustamento, ordenamento, controlo e coerção de cada aluno e da turma como um todo (Antunes, 2002). Nas salas de aula e espaços educativos procura-se a tranquilidade, o silêncio, a interatividade, de forma a não distrair os exercícios de aprendizagem. Por isso, as atitudes e comportamentos indisciplinados são entendidos, como um desafio aos padrões do estatuto disciplinar do aluno na escola. (Martins, 2014).

A percepção atribuída pelos alunos à indisciplina ou ao incumprimento de regras/normas disciplinares refletem uma pluralidade de terminologias conceptuais, de tal modo, que não é um problema que possa ser resolvido de forma isolada, exigindo a colaboração e a participação da família e de outros atores escolares (conselho tutelar, responsáveis e autoridades escolares e sociais). A indisciplina na perspectiva de J. Amado (2001, pág. 66) pode englobar vários fenómenos:

“-Desvios às regras da produção: abarca aqueles incidentes a que é imputado um carácter disruptivo, em virtude da perturbação que causam ao bom funcionamento da aula;

-Conflitos interpares: abrange os acidentes que traduzem essencialmente, as dificuldades de relacionamento entre alunos da turma e não só, podendo traduzir-se também em fenómenos de violência e *bullying*;

-Conflitos na relação professor aluno: é composto por comportamentos, que de algum modo, põem em causa a autoridade e o estatuto de professor, abrangendo também o vandalismo e a violência contra a propriedade da escola”.

A análise aos vários atores da comunidade educativa sobre as causas do incumprimento de normas e/ou de indisciplina escolar implica identificação dos pressupostos subjacentes às explicações manifestadas pelos educadores, que revelam implicitamente determinadas visões sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem e do papel da escola (Martins, 2014). De facto, as questões relacionadas com a indisciplina constituem um foco de problema na

realidade escolar, que nos impossibilita cartografar a rede de elementos que se envolvem nessas situações de alteração à normatização do processo de ensino-aprendizagem e os sentidos atribuídos pelos alunos a esse fenómeno.

1.3 - Perspetiva dos alunos e docentes sobre a Indisciplina

Para um melhor entendimento sobre este fenómeno da indisciplina, importa caracterizar o aluno indisciplinado, sendo que, este é apenas uma criança ou jovem que ainda não desenvolveu o seu conceito de autodisciplina, não tomou consciência de que o seu comportamento prejudica o processo de ensino/aprendizagem, quer o seu como o dos seus colegas (Carvalho, 2018). Por outras palavras, um aluno indisciplinado é aquele que não cumpre as regras de sã convivência, não respeita os colegas, docentes e toda a restante comunidade educativa, impedindo a possibilidade de construir a sua aprendizagem num ambiente calmo e favorável à mesma.

No que se refere às perspetivas dos alunos sobre a indisciplinas, estes revelam que, a indisciplina abrange não só o espaço da sala de aula, mas o espaço escolar em geral. Neste sentido, indisciplina é, por exemplo, *“gozar com o professor”*, mas também é *“faltar às aulas”* ou *“dizer palavrões”* no diálogo regular (Sebastião, Alves e Campos, 2003). Como uma das principais causas do surgimento de comportamentos indisciplinados, apontadas pelos alunos, na maioria dos estudos já realizados, está o facto de as aulas não serem interessantes. Amado (2001 p.226), refere que aulas desinteressantes são as que, segundo os alunos, *“não há nada para fazer, em que o professor nunca sai da matéria ou está a ser desinteressante”*. Isto remete-nos para a necessidade de o docente preparar as aulas com recurso a incentivos à participação ativa dos alunos, evitando o método expositivo.

Uma outra causa apontada pelos alunos é que, frequentemente, os comportamentos indisciplinados surgem da necessidade de quem os pratica de captar a atenção dos pais. A atenção desejada pode, igualmente, provir de uma baixa autoestima, a qual se procura compensar com a atenção e aprovação dos pares, mesmo que tal represente prejuízo para o próprio. Este tipo de comportamento indisciplinado apresenta efeitos negativos para o aluno, nomeadamente, consequências negativas, no seu sucesso escolar, na sua relação pedagógica e no seu processo de socialização, ou seja, cria no aluno um mau estar, stresse, fadiga, sentimentos de impotência, frustração, irritação e desejo de fuga à tarefa.

Do ponto de vista dos docentes, parece existir algum consenso sobre a inexistência de regras uniformes e a existência de culturas de oposição à escola, como variáveis que contribuem para a indisciplina (Correia, 2014). Segundo Jesus (2000), estes comportamentos não têm as mesmas conotações entre os docentes que adotam atitudes diferentes perante o mesmo ato de indisciplina, dificultando, para os alunos, a perceção do que é ou não indisciplina. Também Sampaio (1996) alerta para a falta de homogeneidade das regras estabelecidas que são diferentes entre as escolas e os docentes.

Na verdade, um dos maiores problemas que o docente enfrenta, principalmente aqueles com pouca experiência, é a criação de um clima favorável à aprendizagem na sala de aula e a falta de formação inicial que lhes permita gerir de forma eficiente os conflitos (Tavares, 2018). Todas estas situações provocam nos profissionais sentimentos negativos, nomeadamente, sensações de fracasso profissional, desmotivação, ansiedade, frustração, stress e desgaste físico e emocional.

Costa (2011) no seu estudo divulgou que os docentes se mantêm ligados permanentemente à escola, pois levam para casa imensas tarefas para realizar e preocupações com os incidentes diários, impedindo-os de descansar e provocando-lhes, conseqüentemente, um grande desgaste. Ainda que o docente seja um bom profissional, encontra sempre muitas dificuldades na gestão da aula, sobretudo pela falta de concentração, empenho e respeito por parte dos alunos.

Por outro lado, os docentes reconhecem os problemas de indisciplina e o tempo excessivo que dedicam para intentarem resolver muitos deles. Orientam-se nesses procedimentos de mediação e resolução mais pela experiência que pelos conhecimentos científicos, de índole psicopedagógicos, mas que na prática a intuição e as crenças predominam nessas intervenções (Estrela, 1996, p. 34-36). Indisciplina, sendo um problema em si mesmo, vê-se muitas vezes agravada pela aplicação de recursos inadequados, ou pela incapacidade e intransigência em tendê-la, originando outros problemas escolares. A estrutura e organização eficiente da sala de aula são imprescindíveis para manter um ambiente ordenado de aprendizagem (Martins, 2014). Na perspetiva psico-educativa há uma série de possibilidades para prevenir problemas de comportamento, de modo a conseguir um ambiente ordenado e otimizador da relação ensino-aprendizagem (Amado, 2000).

Entre os elementos elencados como possíveis causadores de manifestações de indisciplina no contexto escolar está a perda de autoridade do docente, no conhecimento e na postura em sala de aula. Os docentes parecem “*desqualificados*” e desmotivados para enfrentarem essas situações de incumprimento e indisciplina, utilizando metodologias que pouco ou nada fazem refletir os alunos, daí haver aulas aborrecidas ou não estimulantes para a participação dos alunos (Martins, 2014). É importante enfatizar que a maneira como interpretamos os atos de indisciplina (ou a disciplina) acarreta implicações na prática pedagógica, ao interferir nos tipos de interações estabelecidas com os alunos e na definição de critérios para avaliar os seus desempenhos na escola, assim como no estabelecimento dos objetivos que se quer alcançar (Barros, 2010).

Sabemos que a disciplina na sala de aula está relacionada com o estilo da prática pedagógica do docente, da sua autoridade (matéria, métodos e procedimentos de ensino), gestão e controlo da disciplina. Alunos excessivamente irrequietos, agitados, com tendência à agressividade (verbal, física), que se destacam no grupo/turma pela dificuldade de aceitar e cumprir as normas, às vezes, não conseguem produzir o esperado para a sua idade, representam um desafio constante para a escola e família (Amado, 2000).

1.4 - Papel interventor da mediação nos conflitos e indisciplina

No dizer de Martins (2014) existem técnicas que ajudam os docentes a lidarem com situações problemáticas, que muitas vezes desconhecem, sabendo-as gerir e controlar na sala de aula e evitar que se propaguem a outros espaços escolares. Uma boa gestão da aula está na base da prevenção da indisciplina, na medida em que, a organização de boas aulas em nível de gestão de tempo e programação, adequação aos interesses dos alunos, vão incentiva-los a ficarem mais motivados, concentrados no processo de ensino aprendizagem, evitando assim distrações, casos de indisciplina. As situações problemáticas devem ser prevenidas, quando estão geradas são difíceis de corrigir (Martins & Teixeira, 2014). É fundamental uma formação (inicial, contínua) adequada de docentes, direcionada para a aquisição de competências de

gestão da sala de aula pode ser uma ferramenta importante para solucionar esses problemas indisciplinados (Amado & Freire, 2009).

De facto, os problemas de indisciplina devem-se: questões de natureza neurótica da personalidade e a atitudes antissociais por parte de crianças com necessidades educativas; resultado do nível de desenvolvimento cognitivo e moral do indivíduo (cognitivistas), de interações que ocorrem na sala de aula (perspetiva social), das interações entre os indivíduos e o meio (perspetiva ecológica) e, ainda da organização criada pelo docente na aula (perspetiva pedagógica) (Martins, 2014). Os comportamentos indisciplinados ocorrem porque a escola falha, enquanto agente de socialização, não conseguindo interiorizar as regras e os valores. O docente tem de ser capaz de manter o autocontrolo, não deve de reagir emocionalmente aos comportamentos incorretos dos alunos, não cedendo às reações deles (Amado, 2000; Queiroz, 2019). Assim sendo, o comportamento inadequado deve ser temporariamente ignorado, desencadeando o docente formas de dar atenção ao aluno e de controlo das situações que possam levar a atos de indisciplina (Antunes, 2002). As formas de intervir variam de docente para docente (Amado & Freire, 2002).

Por outro lado, a mediação é o primeiro recurso a utilizar para combater a indisciplina. Em qualquer dos quadros legislativos referentes ao estatuto do aluno dos Ensinos Básico e Secundário, existe uma margem de autonomia, que permite introduzir este elemento de estratégia de prevenção primária e de prevenção secundária face a fenómenos de conflitualidade, indisciplina e agressividade (Valente, 2014). Há, pois a necessidade de dotar os alunos das competências necessárias para uma intervenção eficaz e positiva ao nível dos conflitos. A mediação de conflitos em contexto escolar apresenta-se como uma ferramenta educativo-pedagógica que pode proporcionar aos jovens a aquisição de competências relacionais duradouras (Amado & Freire, 2009). Estas competências permitem reforçar a convivialidade e a cooperação dentro da sala de aula e na escola, promovendo o sentimento de melhor integração no meio escolar (Alves & Costa, 2021). A mediação contém uma conceção mais ampla que a busca de soluções para as disputas, sustentando-se na premissa do desenvolvimento de competências individuais e interpessoais na resolução dos conflitos. Assim, a mediação produz uma capacitação nos indivíduos. E, ao apostar na valorização do conflito e na sua reapropriação pelos indivíduos, a mediação proporciona o aproveitamento deste como oportunidade de aprendizagem, crescimento e transformação (Martins, 2014).

De acordo com o modelo de intervenção construtivista as competências sociais e relacionais são nucleares à formação integral dos jovens. A aprendizagem dessas competências permite ao aluno adquirir os conhecimentos, treinar as habilidades e fomentar as atitudes adequadas, assim como possibilita que este se torne autónomo e responsável pela resolução pacífica e positiva dos conflitos. Poderemos considerar como primeiro mediador o docente titular de turma e depois o diretor de turma, em caso de indisciplina mais grave, o mediador será o diretor da escola ou agrupamento, não havendo acordo entre as partes e em último recurso, será punida segundo o previsto no regulamento interno (Alves & Costa, 2021). Os encarregados de educação do aluno serão sempre envolvidos nos comportamentos de indisciplina e no Código Disciplinar no Aluno, seja ela grave ou ligeira, como corresponsáveis pela educação dos seus filhos dado que conheceram e aceitaram as normas que regem os estabelecimentos de ensino frequentados pelos mesmos (Martins, 2014).

Efetivamente, mediação é uma técnica negociação e uma forma de resolução de problemas, compondo-se de interações, que permitem desmontar o problema, estudar as suas causas e encontrar estratégias de remediação e favorece a diversificação de soluções alternativas. Pode praticar-se entre os alunos que pretendam resolver os seus conflitos, entre pares, ou recorrendo a um mediador exterior ao conflito a quem os intervenientes reconheçam competência (Pereira, 2016; Tavares, 2018). Esta técnica apresenta as seguintes vantagens: a resolução de conflitos pelos próprios agentes que os desencadeiam; não é o mediador a tomar as decisões; foca-se a resolução dos problemas, não a causa dos mesmos; as soluções são negociadas, nunca impostas. Daí que a mediação é um ato voluntário, imparcial, confidencial, que permite a transformação interpessoal, a autodeterminação e segurança dos alunos envolvidos. A mediação educativa está orientada para os valores, convivência e formação da cidadania (Martins, 2014).

2. ESCOLA E DOCENTES PERANTE ATOS DE INDISCIPLINA

Se recorremos ao caráter interativo da situação em aula e a necessidade do docente desempenhar a sua autoridade/liderança, ele deve estabelecer uma relação pedagógica adequada à aprendizagem dos alunos, assim como animá-los à autodireção, sabendo que depende das características pessoais, da forma de entender a indisciplina, o incumprimento de regras, o desrespeito e violência escolar no ato de dirigir a aula. Há um leque de comportamentos do docente originador de conflitos, por exemplo: a vulnerabilidade psicológica; modelo de liderança (teorias de Lewin, Lippitt y White); relações interpessoais na aula; capacidades pedagógicas de gerir situações. É certo que a comunidade educativa deve conhecer o Estatuto de Disciplina, mas própria escola gera índices de ansiedade e atitudes de recusa dos alunos perante normas disciplinares, associado à falta de coordenação dos docentes, responsáveis no controlo de indisciplina, infrações, desrespeitos, incumprimentos de normas, atrasos, absentismo e/ou abandono, falta de interesse pela matéria, dedicação nas atividades, sistemas de avaliação, falta de recursos, etc.). Obviamente que muitas das causas dos conflitos são devidos a fatores sociais e extraescolares (Teixeira, 2007).

Na verdade, muitos docentes entendem a indisciplina como uma chamada de atenção do aluno sobre si. No entanto, qualquer interação na sala de aula afeta e é afetada pelo funcionamento da turma, enquanto grupo heterogéneo (Lopes, 2009). O docente deverá estar atento à especificidade da turma, à sua estrutura e cultura, garantindo o seu progresso e desenvolvimento positivos, pois mesmo os docentes mais experientes confirmam que adquirir o domínio da sala de aula é um dos principais objetivos, mas ainda assim existem sempre alunos que se desmarcam desse objetivo (Gomes, 2020). É sabido que os docentes se encontram em processo contínuo de aprendizagem e evolução profissional e pessoal. Têm flexibilidade e capacidade de reformulação que lhes permite reconstruírem as suas representações com base na prática diária e na sua relação pedagógica com os alunos. Assim, as suas representações (Amado, 2001; Estrela, 2002; Jesus, 2000; Veiga, 2001) sobre a indisciplina determinam a interpretação dos comportamentos dos alunos, limitando a sua atuação e condicionam a existência de um clima de empatia favorável ao desenvolvimento de relações harmoniosas. Contudo, há dificuldades e limitações do papel do docente e da escola, nas formas de intervenção.

Reconhecermos que a indisciplina é um grave problema, como algo angustiante e frustrante e como um obstáculo à relação pedagógica e à aprendizagem. Nos docentes mais novos, surge

muitas vezes a crença da sua impotência na resolução dos problemas. Entre os mais experientes, encontra-se muito enraizado o saudosismo e o conservadorismo, o que não lhes permite alterar práticas, apesar das profundas mudanças que foram efetuadas na escola. Em geral, os docentes sentem que têm vindo a perder autoridade e desculpabilizam-se acusando o sistema, o Ministério da Educação e o meio socioeconómico das famílias, as suas crenças e os seus valores mesmo, por vezes, com pouca informação sobre estas últimas. Muitos vêm a indisciplina como mero desrespeito pelo docente, como um ataque pessoal e um ato de sabotagem das aulas. Outros consideram que é devida à personalidade dos alunos, o que os desresponsabiliza e não promovem modificações no seu comportamento. No entanto, é uma ideia comum que a indisciplina é um fenómeno complexo, de difícil solução, para o qual não existem receitas, mas que pode ser atenuado através da intervenção de profissionais de várias áreas, como a psicologia, a sociologia e a própria comunicação social, como meio poderoso de informação para massas. Nesta última vertente, encontramos alguns descrentes, que vêm nos meios de comunicação social e na tecnologia em geral uma influência negativa que culmina no desinteresse dos alunos.

Os docentes consideram que a indisciplina pode acontecer normalmente, mas com graus de frequência e intensidade diferentes, devendo os alunos ser responsabilizados pelos seus atos. Entre os docentes, existe o conceito de que as sanções, embora necessárias, não resolvem o problema, apenas conduzem a alguma acalmia no curto prazo, mas não permitem uma transformação dos comportamentos no longo prazo. Não existe uma linha comum na definição de regras nem na atuação nas situações de indisciplina e acreditam na importância do diálogo e no fomento da amizade para prevenir situações de indisciplina. Para Amado e Freire (2009), o docente deve apresentar-se perante os alunos calmo e seguro, flexível, mas coerente, e procurar evidenciar o que o aluno tem de positivo, antes de aplicar uma repreensão. O docente precisa de conhecer o aluno, conhecê-lo na sua história, no que para ele é significativo. O aluno deve sentir que o docente a estima, embora não possa aceitar o seu mau comportamento na sala de aula (Correia, 2014; Tavares, 2018). Nesse sentido, o docente deve falar particularmente com ele, permitir-lhe apresentar os seus pontos de vista e fazer-lhe sentir que tem vontade de o ajudar.

Evidentemente, as escolas encontram-se embrenhadas em formalismos que não encontram tempo para responder eficazmente aquilo que deve ser a sua missão educativa, nem para atuar prontamente e com eficácia em matéria disciplinar. Barros (2010) refere que, apesar dos condicionalismos a que estão submetidas, as escolas têm a sua quota de responsabilidade no aproveitamento e comportamento dos alunos. Parece haver um 'efeito de escola', já que as escolas com contextos semelhantes apresentam desempenhos diferentes e respondem de modo distinto aos problemas que surgem (medidas ou respostas) (Queiroz, 2019). Têm, por conseguinte, um clima e uma cultura que as torna únicas, devido ao comportamento dos diferentes atores e das relações que estabelecem e à sua perceção do ambiente de trabalho. O clima que falamos está ligado aos valores, às crenças e expectativas coletivas, sabendo que os aspetos humanos prevalecem sobre quaisquer outros (Amado; Freire, 2002). Valoriza-se a existência de um clima e cultura na escola, onde haja partilha nos modos de pensar e atuar entre docentes e órgãos de gestão, de modo a terem melhores resultados e uma maior adesão às normas. M^a Teresa Estrela (2002, p. 55) refere que “[...] numa escola disciplinada há a convergência de um certo número de variáveis organizacionais ligadas

à gestão da escola e a um clima colaborativo que envolve todos os professores e pais no reforço de regras claras”.

De facto, as escolas que conseguem melhor controlo são as que têm uma liderança forte, atenta às necessidades, gerando uma cultura de motivação partilhada por todos e possuindo um projeto educativo realista elaborado a partir do contributo de todos, para fomenta os valores de respeito, civismo, cooperação e solidariedade (Carvalho, 2018). A gestão e funcionamento das escolas influencia os resultados e a manutenção da disciplina, pelo que é fundamental que se reflita sobre as suas práticas.

3. PREVENÇÃO DA INDISCIPLINA ESCOLAR

A prevenção da indisciplina surge como uma medida importante a implementar, na opinião de Estrela (1992, p.12) é *“fundamentalmente um problema de prevenção”*. Esta autora, refere a importância e a necessidade da prevenção na indisciplina, no sentido de proporcionar uma melhoria na relação docente-aluno e nas aprendizagens. Assim, mais do que controlar a indisciplina a escola deve preocupar-se com a sua prevenção (Gomes, 2020; Queiroz, 2019). Os resultados indicam que a falta de uniformização de medidas de combate à indisciplina na sala de aula, por parte dos docentes, leva ao seu aumento, sendo que, verifica-se que existem docentes a entregar um elevado número de participações disciplinares, enquanto outros não entregam nenhuma ao longo do ano letivo.

Segundo Freire (2001), existem cinco medidas preventivas da indisciplina, sendo elas as competências de comunicação (desenvolvimento das competências do *“saber ser”*, *“saber ouvir”* e *“saber respeitar”*); educação para os valores (clarificação dos valores individuais e sociais, que norteiam a nossa vida em sociedade); autoconceito positivo e realista (desenvolvimento adequado do autoconceito do futuro adulto, através da formulação de pensamentos positivos e conscientes perante si próprio e perante os outros que o rodeiam e que com ele convivem); participação estudantil na vida escolar (criação de condições para uma participação efetiva, honesta e equitativa, das quais surjam oportunidades e responsabilidades de intervenção a diferentes níveis); e as condições ambientais (criação de um ambiente positivo, onde se consiga estabelecer relações interpessoais que expressem e traduzam bem-estar para todos os intervenientes no processo educativo).

Neste sentido, sabendo que a indisciplina pode surgir a partir de algumas ações relacionadas com o docente, como a gestão de sala de aula, a metodologia utilizada e o planeamento da aula, podemos atribuir a este, a função de ser um agente de mudança da indisciplina, e para tal, é necessária uma formação adequada para que possam atuar numa perspetiva preventiva. Estes devem estabelecer regras de socialização com os alunos para que os mesmos aprendam a diferenciar os seus direitos dos deveres (Pedreira, 2020).

Deste modo, tendo por referência João Lopes (2001), podemos considerar que os comportamentos e atitudes que os docentes adotam podem ser distinguidos em quatro estilos diferentes de gestão de sala de aula. Sendo eles o docente permissivo, considerado como aquele que exige pouco dos seus alunos e com pouco controlo da gestão da sala de aula. Este demonstra dificuldade em impor regras, fazendo com que a promoção da disciplina não seja firme.

Também temos o docente autoritário que é aquele que controla de forma rígida os seus alunos, impondo regras e limites. Este é bastante rígido não deixando espaço de participação para troca de ideias. Por outro lado, temos o docente indiferente que adota uma postura de pouca exigência perante os alunos (Pereira, 2016). Este não apresenta variação e criatividade nos materiais utilizados e nas atividades realizadas, o que resulta num desinteresse por parte dos alunos, originando comportamentos de indisciplina.

Por conseguinte, temos o docente persuasivo que estabelece limites e controla os comportamentos dos alunos, levando-os ao seu autocontrolo (Correia, 2014). Este expõe e clarifica as regras, e em situações de indisciplina chama a atenção do aluno de forma firme, mas não autoritária. Este estilo de docente estimula situações de diálogo e debate, reforça de forma positiva o trabalho do aluno e incentivando-o a melhorar o seu desempenho.

Posto isto, mencionar que podemos recorrer á mediação como recurso para combater a indisciplina. Sendo esta uma forma de resolução de problemas que produzindo interações permite desmontar o problema, estudar as suas causas e encontrar estratégias de remediação e favorece a diversificação de soluções alternativas (Queiroz, 2019). Esta técnica apresenta algumas vantagens entre elas: a resolução de conflitos pelos próprios agentes que os desencadeiam, não é o mediador a tomar as decisões, foca-se na resolução dos problemas não a causa dos mesmos e as soluções são negociadas nunca impostas.

4. ARTICULAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA NAS SITUAÇÕES DE INDISCIPLINA

A família e a escola são as principais instâncias sociais nas quais a criança/jovem está inserida e nas quais constrói os seus modelos de socialização, primeiramente, no meio familiar e, posteriormente, na escola. Assim, é de extrema importância o equilíbrio na relação Escola-Família e o contacto entre estas de forma a que haja uma aproximação e possível criação de bem-estar que proporcione o sucesso escolar dos alunos.

Deste modo, para se abordar a relação Escola-Família, importa primeiramente apontar alguns aspetos relacionados com a família, sendo que, esta é designada por um conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco ou laços afetivos e que coabitam na mesma habitação (Valente, 2014). Assim, a família é o espaço onde se espera que os afetos aconteçam de uma maneira natural, sem constrangimentos, sendo que, cada ser tem um lugar único e insubstituível. É na família que se faz a aprendizagem de dimensões significativas da interação (contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais e relações afetivas) (Gomes, 2020). Contudo, a família não está imune a transformações, e analisando o seu conceito é possível conferir que tem vindo a adquirir novas tendências, novas configurações, permitindo novas conceções de família e da organização da vida dos seus membros. Deste modo, a indisciplina presente nas escolas, é comum associá-la à mudança nas relações que surgem nas famílias e às alterações ocorridas no conceito tradicional de família. A um estilo educativo tradicional, sucedeu um estilo educativo permissivo, pautado pela falta de autoridade, verificando-se *“uma inversão da hierarquia, sendo os filhos a impor a lei lá em casa”*, como refere Lopes (2009, p. 24).

Jesus e Neves (2004 p. 21) defendem que o surgimento de novos tipos de famílias, bem como as escolas cheias de alunos de diferentes estratos económicos, sociais e culturais, fez com

que a comunicação que se estabelecesse entre os diferentes intervenientes (pais/encarregados de educação, alunos, comunidade escolar) exigisse uma maior compreensão e aceitação por parte de todos.

Hoje em dia, a relação entre a escola e a família tem-se vindo a revelar um tema que suscita várias reflexões teóricas no âmbito da educação. Segundo Afonso, (2006, p. 114) na relação escola-família:

“(…) quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito. Basta pensarmos na definição das regras escolares, se estas forem ao encontro daquilo que é praticado em casa podemos obter uma modelação de comportamentos desejáveis, uma vez que o aluno também em seio familiar possui regras e referências. Pelo contrário, se não existirem padrões comuns podemos estar a pedir atitudes e comportamentos que não são aqueles que fazem parte do [seu] quotidiano familiar, o que [lhe] provocará um choque com a cultura escolar, manifestando-se muitas vezes em comportamentos disruptivos e indisciplinados.”.

Independentemente das diferentes opiniões que podem surgir, a escola não pode substituir a família, porque os pais são os primeiros educadores e têm que assumir esse papel, sendo parceiros das escolas em sintonia com os docentes, pois estes poderão fazer muito pelos alunos, mas é competência dos pais prepará-los para uma cidadania responsável. Por conseguinte, alguns autores, como Marques (2011) e Sampaio (2011) realçam que é necessário responsabilizar as famílias pelos atos dos seus educandos e a reconhecerem o seu papel decisivo na mudança, aceitando que os alunos sejam responsabilizados pelos maus comportamentos, levando-os a reconhecer a sua conduta errada e a procurar corrigi-la. Como refere F. Veiga (2007, pág.10), só *“desta maneira poderão aprender a tornar-se seres responsáveis”*. Além disso, podemos verificar que existe quatro tipos de estilos parentais, nomeadamente, o autoritário onde são colocados limites rígidos relativamente às crianças, as regras são impostas sem que exista qualquer tipo de discussão entre o adulto e a criança. Os pais são mais punidores, ao invés de serem afetuosos (Carvalho, 2018; Carita & Fernandes, 2002; Pereira, 2016).

Em relação ao segundo estilo, o permissivo, os pais adotam uma atitude de aceitação perante os impulsos da criança, evitam o exercício da sua autoridade e a imposição de regras e limites. No que diz respeito ao estilo democrático, este caracteriza-se pela existência de uma reciprocidade entre as expectativas e exigências que os pais possuem em relação aos comportamentos das crianças. As regras são definidas pelos pais, mas ao mesmo tempo dão a oportunidade de discussão na decisão final. (Tavares, 2018). No que se refere ao último estilo, o negligente, os pais parecem dar pouca relevância à definição de regras, sendo pouco exigentes no que diz respeito às responsabilidades e deveres. Estes demonstram desinteressados perante as necessidades da criança, manifestando algum distanciamento dos seus filhos a nível emocional. Os castigos são aplicados com o objetivo de não haver um esforço, por parte dos pais, de contornar as atitudes e os comportamentos de indisciplina.

Posto isto, cabe à escola estabelecer contactos com a família através de reuniões individuais com os pais/E.E., contactos telefónicos, cartas, e-mail, entre outros. Para tal, o D.T. é uma peça fundamental da comunicação, este deve utilizar uma linguagem adequada às características sociais e culturais das famílias. Quando os pais/E.E. não participam na vida escolar do seu

educando, por diversos motivos, é importante que a escola procure a melhor maneira de os envolver, ou descubra qual a melhor estratégia para se aproximar deles. Neste sentido, segundo Marques (1997) citado por Fonseca (2011), existem três modos de envolvimento parental: A comunicação escola-família, (em que os docentes são os responsáveis e se esforçam para tirar as dúvidas aos pais/E.E. para que estes consigam ajudar os seus filhos); A interação escola-família, (na qual a família e comunidade é considerada como um recurso de aprendizagem para a escola); E a parceria escola-família, (em que a tomada de decisões para a gestão da escola é feita em parceria entre os dois sistemas) (Amado, 1999; Barros, 2010; Tavares, 2018).

Nesse seguimento ainda existem três tipos de participação, a participação ativa, em que há uma postura de grande envolvimento por parte dos pais/E.E. na organização individual e coletiva; a participação reservada, em que os pais/E.E. têm atividade menos voluntária aguardando a tomada de decisões; e por fim, a participação passiva, em que há comportamentos e atitudes por parte da família de desinteresse e falta de informação.

Por outro lado, Sampaio (1996) enumera algumas razões pelas quais os pais/E.E. se afastam da vida escolar. Muitos, devido aos seus afazeres profissionais não têm tempo disponível para irem a reuniões na escola relacionadas com os seus educandos e por outro lado, o horário dessas mesmas reuniões não é compatível com o seu horário de trabalho. A acrescentar a tudo isto, muitas vezes a escola fica bastante longe do seu local de trabalho, gastando por esse motivo muito tempo para lá chegar. Por fim, há ainda aqueles que preferem ignorar o que se passa com os seus educandos, pois no dia-a-dia já se ausentam bastante deles ou têm receio de se depararem com situações difíceis, preferindo ignorá-las. Apesar do esforço na articulação e envolvimento Escola-Família, muitos dos pais/E.E. responsabilizam a escola pela educação dos seus filhos. Muitos são os pais/E.E. que são da opinião que é responsabilidade da escola educar os seus filhos, encarregando o docente para esse papel, descartando-se das suas responsabilidades (Sousa & Sarmiento, 2010).

Os estudos realizados evidenciam que a relação que se estabelece entre a escola e a família é benéfica para o bom desenvolvimento e aproveitamento escolar das crianças e jovens. Esta relação poderá traduzir-se num melhor desempenho dos alunos, uma vez que, existe uma aproximação e cooperação entre a família e a escola no que se refere ao processo ensino aprendizagem do aluno.

Evidentemente, que é aceitável pensar-se que a indisciplina é, nos dias que correm, um dos principais problemas das nossas escolas e um dos maiores dilemas com que se confrontam, em plena sala de aula, os nossos docentes, contribuindo para um aumento da imagem negativa da escola (Amado, 2000). É certo que quando falamos em indisciplina, não nos referimos a um fenómeno, mas de uma variedade de fenómenos que se entrelaçam com a mesma designação, o que implica uma certa dificuldade em conseguirmos definir, com razoável consenso, o que é (ou não) um comportamento indisciplinado ou incumpridor das regras/normas disciplinares no contexto da escola (Carvalho, 2018). Essa falta de uniformização leva-nos a uma perceção sobre que atitudes e/ou comportamentos dos alunos são ou não tipificados por 'indisciplinados' (Queiroz, 2019; Tavares, 2018).

A este propósito, Carita & Fernandes (2002, p.17) alerta-nos para o facto que quando nos reportamos não às aceções, significados ou interpretações que formulamos dos

comportamentos e das atitudes protagonizadas pelos alunos na escola, mas, pelo contrário, ao cingirmo-nos a esses comportamentos/atitudes, torna-se difícil “(...) proceder a uma caracterização generalizável do que é a indisciplina, uma vez que é praticamente impossível estabelecer universalmente quais os comportamentos ou situações concretas merecedoras de tal adjectivação (...)”. Ora as medidas punitivas, surgem, por vezes, como sanções exigidas pela comunidade educativa “(...) em nome da ordem e do respeito na aula” (Amado, 2001, p. 175), encontram-se consagradas no Regulamento Interno das escolas e/ou na própria legislação em vigor, e conseguem colocar termo à indisciplina. Certamente ajudará muito que os pais/E.E., docentes e não-docentes saibam lidar com os comportamentos de indisciplina na escola e, particularmente, em sala de aula.

Ora se intentarmos compreender o relacionamento existente entre docentes, D.T. e pais/E.E. todo ele se baseia no diálogo sobre as situações de indisciplina dos seus educandos (Correia, 2014; Valente, 2014). O entendimento que os Encarregados de Educação têm do trabalho dos docentes é o de atribuir (Carvalho, 2018; Gomes, 2020; Queiroz, 2019) ao docente a responsabilidade da indisciplina escolar; os próprios pais/E.E. aceitam o que lhes dizem os filhos; valorizam os contactos da Escola, D.T. e dos docentes de turma (contactos telefónicos e emails), etc. De facto, é importante que os pais/E.E. saibam dos comportamentos incorretos e indisciplinados dos filhos e que conheçam bem os documentos orientadores da escola (Regulamento Interno, Projeto Curricular), para além do estatuto do Aluno e demais legislações de regras disciplinares na escola (Amado; Freire 2009).

Efetivamente, é necessário refletir sobre a relação existente entre os pais/E.E. e a Escola, sabendo que aqueles (Antunes, 2002): questionam muito as medidas tomadas pela Escola em casos de indisciplina e violência escolar; em muitos casos adotam um silenciamento sobre estas situações indisciplinadas; e têm pouco conhecimento dos seus filhos em contexto de grupo turma (relações).

Nem todos os pais/E.E. lidam com a (in)disciplina da mesma forma. Muitos deles conversam com os seus educandos sobre os seus comportamentos de modo a estimular a sua melhoria e, muitas vezes, recorrem à colaboração com o docente da turma e/ou diretor de turma reforçando a ação disciplinar da escola. Contudo, muitos estudos (Sousa & Sarmiento; Tavares, 2018, Teixeira, 2007) indicam que os pais/E.E. consideram que a escola frequentada pelos seus educandos é disciplinada, mas essa tendência varia mais em função do ano de escolaridade e do tipo de escola frequentada em termos de lideranças. Desta forma é responsabilidade da família manter-se integrada na escola acompanhando o processo de aprendizagem dos educandos e do tipo de educação que lhes é oferecida, bem como das relações interpessoais, sociais e convivência gerada.

CAPÍTULO II -METODOLOGIA EMPÍRICA DO ESTUDO

Realizámos uma investigação qualitativa utilizando diferentes alegações de conhecimento, estratégias, métodos de recolha e análise de dados. Os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagem, na análise de dados, utiliza diversas estratégias de investigação (Creswell, 2007, p. 184). Segundo Flick (2005, pág. 18) a investigação qualitativa consiste na “*escolha certa de métodos e teorias adequados, [no] reconhecimento e análise de diferentes perspetivas, [nas] reflexões dos investigadores nas suas investigações como parte do processo de produção do conhecimento e [na] variedade de abordagens e métodos*”. Na perspetiva de Bogdan & Bilken (1994), a abordagem qualitativa consiste num processo que procura compreender uma determinada realidade, implicando, portanto, uma análise em profundidade dos conhecimentos e dos significados atribuídos ao fenómeno estudado. A investigação qualitativa apresenta um modelo fenomenológico caracterizado pela maior proximidade do investigador com o objeto em investigação, uma vez que não atua para ele mas com ele, no seu meio natural (Creswell, 2007; Quivy & Campenhoudt, 1992).

Estando subjacente ao paradigma naturalista a pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural. O pesquisador vai sempre ao local onde está o participante para conduzir a pesquisa, permitindo que o pesquisador desenvolva um nível de detalhes sobre o participante ou sobre o local de intervenção, o que permite que o investigador esteja envolvido nas experiências reais dos participantes (Flick, 2005). Esta metodologia utiliza métodos interativos e humanísticos. Os métodos de recolha de dados envolvem a participação ativa e a sensibilização dos participantes do estudo. Os pesquisadores qualitativos promovem o envolvimento dos participantes na recolha dos dados e tentam estabelecer harmonia e credibilidade com os participantes no estudo (Bogdan & Bilken, 1994). A recolha de dados, baseia-se na observação, nas entrevistas e análise documental. No desenvolver da pesquisa, pode haver aspetos em que seja necessário alterações, tais como as questões de pesquisa, que podem ser redefinidas no decorrer da pesquisa, caso seja necessário.

De facto, a investigação qualitativa assenta na interpretação, ou seja, o investigador faz uma interpretação dos dados. Que inclui o desenvolvimento da descrição de uma pessoa, a análise dos dados para identificar os temas ou categorias e terminando com uma interpretação ou pode tirar conclusões sobre o seu significado (Quivy & Campenhoudt, 1992). No nosso caso trata-se de uma investigação no local (cenário) onde ocorre o fenómeno. Neste sentido é necessário interagir com o fenómeno (Flick, 2005).

Efetivamente, a metodologia qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações. A investigação qualitativa, nas palavras de Bogdan e Biklen (1994, pág. 272), “*é rica em relatos realizados pelos próprios sujeitos*”. Utiliza-se quando pretendemos compreender como é que as pessoas interpretam e qual o significado que atribuem às suas experiências. Para aqueles autores Bogdan & Biklen (1994, pág. 55):

“o significado que as pessoas atribuem às suas experiências, bem como o processo de interpretação, são elementos essenciais e constitutivos, não acidentais ou secundários àquilo que é a experiência. Para compreender o comportamento é necessário compreender as definições e o processo que está subjacente à construção destas”.

Por isso, a metodologia qualitativa, tem como objetivo aprofundar a compreensão dos fenómenos que estuda (ações dos indivíduos, grupos ou organizações no seu ambiente ou contexto social), interpretando, segundo a perspectiva dos sujeitos participantes (Quivy & Campenhoudt, 1992). O investigador identifica os valores e interesses pessoais em relação aos tópicos e ao processo de pesquisa (Creswell, 2007). O que leva a processos éticos que são elementos do papel do investigador, tais como: as declarações sobre as experiências passadas e que fornecem dados, através dos quais o público pode entender melhor o tema, o ambiente e os participantes, isto é, identificar as conexões entre o investigador e os participantes, incluindo os locais de investigação (Flick, 2005).

Na verdade, o investigador vê os fenómenos holisticamente, explicando o porquê de os estudos de pesquisa aparecerem como visões amplas. Quanto mais complexa e interativa for a narrativa, melhor se torna o estudo qualitativo. Na pesquisa qualitativa o investigador reflete sistematicamente sobre quem ele é na investigação. Essa introspeção e reconhecimento de valores e interesses, do investigador, representa honestidade e abertura para a pesquisa, reconhecendo os valores de toda investigação (Quivy & Campenhoudt, 1992).

Por conseguinte, a nossa investigação insere-se no paradigma interpretativo -metodologia qualitativa (ecológico, naturalista, interpretativo), elencado na modalidade de estudo de caso (Lessard-Hebért, Goyette & Boutin, 2005). Na fase de exploração e descrição dos casos em estudo (turma e alunos), pretendemos identificar as causas/motivos que levam os alunos da turma do 9.º ano escolaridade do ESMA a cometerem atos de indisciplina e/ou de incumprimento das normas disciplinares estabelecidas (Código Disciplinar), para além de analisar a influência que tem esses atos no seu desempenho e rendimento escolar.

1. OPÇÃO METODOLÓGICA: ESTUDO DE CASO QUALITATIVO

Em termos metodológicos propomo-nos, realizar uma investigação qualitativa (Flick, 2005), de teor exploratória, transversal, descritivo, analítico e interpretativo, utilizando várias técnicas de recolha de dados (inquérito por questionário, entrevistas semiestruturadas, observação documental à natureza da instituição e do seu Projeto Educativo, observação não participante ou natural/informal e notas de campo). De facto, a nossa investigação tem aqueles aspetos por constituir um tema pouco explorado/analizado, o que exige um levantamento bibliográfico, documental e empírico, de modo a desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias com o objetivo de proporcionar outros estudos posteriores (Aires, 2015; Bogdan & Bicklen, 1994; Gil, 2008; Lessard-Hebért, Goyette & Boutin, 2005). Convém, pois explicar cada um desses termos utilizados:

- A vertente descritiva e exploratória numa investigação é muito adequada aos estudos sobre organizações/instituições educacionais (Gil, 2008, pág. 29). Esse aspeto descritivo vai mais “(...) além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Nesta situação tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa permitindo a partir dos seus objetivos proporcionar uma nova visão do problema” (Gil 2008, pág. 28). Ou seja, o processo descritivo visa a identificação, registo e análise das características dos fatores (variáveis sociodemográficas), que se relacionam com o fenómeno ou processo. O objetivo da descrição refere-se às características dos sujeitos da (s) amostra (s),

fenómenos ou experiências, originando opiniões, atitudes e crenças para identificar e estabelece relações entre variáveis do estudo (Quivy & Campenhouldt, 1992);

- A vertente transversal é explicada pela realização num período temporal curto, permite levantar questões relacionadas com as perguntas de investigação e recolher dados, através de fontes diretas ou primárias e fontes secundárias. O estudo transversal é um estudo do tipo observacional em que o investigador não interage com a população da amostra de modo direto, para além captar opiniões de um grupo de pessoas em um momento específico, descrevendo fatores predominantes, avaliando pessoas de diferentes idades, etnias, localizações geográficas, origens sociais, ou seja, assumindo-se como descritivo (Afonso, 2014);
- A vertente analítica é caracterizada pela elaboração de perguntas de investigação, e elas serem analisadas em função da natureza dos dados obtidos (Flick, 2005);
- A vertente interpretativa procura entender o fenómeno em estudo, através dos significados que os sujeitos em estudo atribuem a ele, pois auxiliam a compreensão dessas pessoas e dos seus contextos sociais, culturais e institucional, nos quais eles vivem (Creswell, 2007).

Portanto, o nosso design é de natureza exploratória e norteia-se pela descrição, pela análise e compreensão do fenómeno da indisciplina escolar dos alunos da ESMA, mediante e percepção do sentido de elementos implícitos aos sujeitos em estudo (alunos e pais/encarregados de educação, diretor conselho executivo, do docente de turma e técnicos de intervenção,), pois pretendemos interpretar com fundamentação teórica as aceções e noções dos intervenientes neste estudo.

Por outro lado, optámos pela modalidade de Estudo de Caso, que tem sido um terreno contestado na investigação em ciências sociais ao utilizar abordagens diferentes, às vezes opostas. É uma das mais utilizadas metodologias de investigação qualitativa em pesquisa educacional. Visa conhecer em profundidade o seu “como” e os seus “porquês” evidenciando a sua unidade e identidade próprias. O estudo de caso se assume como particularista, isto é, debruça-se deliberadamente sobre uma situação específica (turma do 9.º ano escolaridade) que se supõe ser única em muitos aspetos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. Sobre a indisciplina escolar. No dizer de Merriam (1998, pág. 9) o estudo de caso qualitativo caracteriza-se pelo seu carácter descritivo, indutivo, particular e a sua natureza heurística que implica a compreensão do próprio estudo, ou seja, “*um estudo de caso é um estudo sobre um fenómeno específico tal como um programa, um acontecimento, uma pessoa, um processo, uma instituição ou um grupo social*”. Quando numa investigação se usa o estudo de caso é porque não se consegue controlar os acontecimentos e, portanto, não é de todo possível manipular as causas do comportamento dos participantes (Yin, 2005). Portanto, um estudo de caso é uma investigação que se baseia principalmente no trabalho de campo, estudando uma pessoa, um programa ou uma instituição na sua realidade, utilizando para isso, entrevistas, observações, documentos, questionários e artefactos.

Utilizámos o estudo de caso para compreender melhor a particularidade da indisciplina escolar no contexto do ESMA e, porque pretendemos observar, descrever e analisar detalhada e aprofundadamente esse fenómeno (Merriam, 1998; Yin, 2005). Apresenta vantagens na investigação qualitativa, pois é o método ideal para caracterizar e aprender acerca de um indivíduo em particular. Outra vantagem é o facto de o investigador poder, a qualquer

momento da investigação, alterar os métodos da recolha de dados e estruturar novas questões de investigação. Alguns autores citados por Bogdan & Biklen (1994) recomendam como metodologia de investigação o estudo de caso, considerando-o a melhor escolha para uma investigação naturalista em educação. Aqueles autores sugerem que se um investigador pretende estudar o que uma turma ou aluno pensa, então deverá observar as atividades no seu contexto natural: a sala de aula.

Num estudo de caso, o investigador, depois de recolher todo o tipo de dados de cariz qualitativo, terá que conhecer a perspetiva dos alunos e docentes, e compreender os seus pontos de vista para tentar perceber o significado que atribuem às diferentes situações de indisciplina ou incumprimento das normas de disciplina escolar (Stake, 1995). A análise de dados de um estudo de caso pode ser de três tipos (Merriam, 1998): (a) a interpretativa que visa analisar os dados recolhidos com a finalidade de organizá-los e classificá-los em categorias que possam explorar e explicar o fenómeno em estudo; (b) a estrutural, que analisa dados com a finalidade de se encontrar padrões que possam clarificar e/ou explicar a situação em estudo; e (c) a reflexiva que pretende, interpretar ou avaliar o fenómeno a ser estudado, quase sempre por julgamento ou intuição do investigador.

Relembramos que esta modalidade de investigação não tem o propósito de generalizar os resultados obtidos, mas sim de conhecer profundamente casos concretos e particulares (Merriam, 1998; Yin, 2005). Bogdan & Biklen (1994) referem que o estudo de caso pode ser representado como um funil em que o início do estudo é sempre a parte mais larga. Ou seja, a nossa investigação constitui um estudo de caso qualitativo na medida em que decorreu em ambiente natural (sala de aula), com um número reduzido de sujeitos (uma turma de 9º ano de escolaridade com 17 alunos) onde, a cada momento, surgiram novos aspetos importantes para investigar sobre o incumprimento de normas disciplinares e atos de indisciplina. O docente da turma, foi o principal agente de recolha de dados através da observação direta e interação com os alunos, através de conversas informais. Os métodos de recolha de dados, essencialmente descritivos foram evoluindo e pretenderam identificar quais as atitudes e reações dos alunos.

Por conseguinte, optámos pelo método de estudo de caso, por possibilitar uma análise mais profunda de uma situação particular, sendo essa, a problemática da indisciplina escolar numa determinada turma do 3º ciclo. Esta metodologia permite-nos conhecer detalhadamente a situação individual de cada elemento da turma, e assim, alcançar da melhor forma o objetivo da investigação. Tal como dissemos anteriormente o estudo de caso é uma abordagem metodológica que permite analisar com intensidade e profundidade diversos aspetos de um fenómeno, de um problema, de uma situação real, ou seja, o caso, mesmo consistindo no estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular. Organiza-se como uma investigação empírica que visa compreender um fenómeno dentro do contexto real, preservando as suas características holísticas e significativas (Stake, 1995).

Segundo Yin (2005), os estudos de caso são classificados como: exploratórios (quando se pretende obter informações preliminar acerca do respetivo objetivo de interesse), descritivos (quando tem como propósito essencial descrever, isto é, dizer simplesmente “*como é*” o caso em apreço), e analíticos (quando procuram problematizar o seu objetivo, construir ou desenvolver uma nova teoria ou confrontá-la com teorias já existentes). Assim, quando se opta pelo estudo de caso, há que ter presente, três fases: o planeamento, o qual compreende

assuntos relacionados com a pesquisa realizada; a recolha de dados, que diz respeito ao inerente processo de recolha dos dados; e a análise dos dados, referente ao processo de análise dos dados obtidos. (Dubé & Paré, 2003, pág. 607-616). De acordo com Coutinho e Chaves (2013), o estudo de caso tem por base as seguintes características: ser um sistema limitado não existindo definição clara e precisa das noções de tempo e de processos; tem que se identificar a situação para atribuir o objetivo e direcionar a investigação; deve ser preservado o carácter único, específico, diferente e complexo do caso; na investigação privilegia-se o ambiente natural e verifica-se o recurso a fontes múltiplas de dados e a métodos de recolha diversificados. Contudo, esta metodologia não detém só vantagens, os estudos de caso são muitas vezes criticados por não permitirem a generalização dos seus resultados, referindo-se a um único caso, nada nos dizem sobre as suas semelhanças e diferenças com outros casos existentes, nem sobre a frequência de tal característica. Num estudo de caso não faz sentido formular conclusões sob a forma de proposições gerais, poderá haver, isso sim, a formulação de hipóteses de trabalho que poderão ser testadas em novas investigações.

2. AS PERGUNTAS ORIENTADORAS DA INVESTIGAÇÃO

A indisciplina constitui, sem dúvida, uma grande preocupação para a escola e toda a comunidade educativa, uma vez que, afeta o normal funcionamento da escola em geral e das aulas em particular, sendo, todavia, os docentes e os alunos aqueles que sentem com maior intensidade os efeitos dos comportamentos indisciplinados.

Formulado o problema de investigação, na introdução deste Trabalho de Projeto, onde explicámos com clareza, exequibilidade e pertinência o nosso propósito e com a sustentabilidade dos respetivos objetivos de fundamentação, queremos dar o fio condutor de compreensão da sua própria estrutura. Nesta perspetiva iremos formular as seguintes perguntas de investigação que norteiam o nosso estudo ao nível empírico.

Deste modo, formulámos as seguintes perguntas de investigação:

- **Perg. 1** - Caracterizar a dimensão do fenómeno da indisciplina escolar nos alunos do 9.º ano de escolaridade -3.º CEB da ESMA;
- **Perg. 2** - Compreender o significado de indisciplina versus disciplina nos alunos do 9.º ano de escolaridade -3.º CEB da ESMA;
- **Perg. 3** - Identificar situações escolares com alunos na ESMA consideradas como indisciplinadas ou de incumprimento de normas disciplinares;
- **Perg. 4** - Conhecer os fatores (internos e externos) que condicionam a manifestação de indisciplina escolar nos alunos da ESMA;
- **Perg. 5** - Compreender se o estilo do docente e a forma que estabelece a relação pedagógica determina a ocorrência de situações de indisciplina escolar na ESMA;
- **Perg. 6** - Analisar o tipo de medidas desenvolvidas pela ESMA para dar resposta aos casos de indisciplina escolar;
- **Perg. 7** - Determinar as estratégias mais adequadas aplicadas pelos docentes na ESMA no combate à indisciplina escolar;
- **Perg. 8** - Analisar a opinião dos pais/E.E. no conhecimento das regras disciplinares e de prevenção de situações de indisciplina escolar na ESMA.

3. O CENÁRIO E OS SUJEITOS PARTICIPANTES

O contexto do nosso estudo situou-se na ESMA – Escola Secundária Manuel de Arriaga na Horta – Açores tendo convidado a participar no estudo os seguintes sujeitos: os alunos de uma turma do 9.º ano de escolaridade – 3.º CEB (Na=17 alunos); os pais/E.E. desses alunos (Nee=17); a os docentes a lecionarem na turma (Nd= 7 docentes, dos 15 convidados); ao presidente do Conselho Executivo da Escola (entrevista); ao diretor da turma do 9.º ano de escolaridade (entrevista); e à presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do ESMA (entrevista).

Em seguida descremos alguns elementos de caracterização do cenário de estudo e dos seus participantes.

3.1 - Caracterização da Instituição de Ensino - ESMA

No que se refere ao contexto de intervenção no qual este estudo se desenvolveu foi na ESMA da Horta, escola pública da Ilha do Faial nos Açores. Esta instituição de ensino, na sua oferta educativa, tem no seu ensino regular, constituído pelo 3º ciclo do ensino básico (7º, 8º e 9º ano) e ensino secundário com o Curso de Ciências e Tecnologias, Curso de Artes Visuais, Curso de Ciências Socioeconómicas e Curso de Línguas e Humanidades. O seu ensino não regular é constituído pelo Curso PROFIJ, com o Curso de Operador de Informática, Técnico de Gestão do Ambiente, Técnico de Ação Educativa, Técnico de Informática – Instalação e Gestão de Redes, Técnico de Desporto e Técnico de Turismo Ambiental e Rural. Também oferece o Curso de Formação Vocacional (Curso de Orientação Vocacional para o Mar), o Programa Reativar, este em regime pós-laboral e o Programa Pré-Profissionalização e Programa de Formação Profissionalizante (Operador de Jardinagem), em regime educativo espacial.

Esta instituição de ensino leva a cabo diversos projetos e clubes, estes visam desenvolver competências específicas de determinadas áreas, assim como, complementar as desenvolvidas nas diferentes disciplinas. Os projetos (ERASMUS+, Equipa de Saúde, Plano Regional de Leitura, Plano Nacional de Cinema, Parlamento dos Jovens, Encontros Filosóficos, Jornal ARAUTO) e clubes (Clube do Mar, Clube de Teatro, Clube de Robótica, Clube de Proteção Civil, Clube de Filatelia e Clube Desportivo Escolar) existentes têm no Plano Anual de Atividades o espaço próprio para a divulgação das suas atividades e devem ser amplamente divulgados junto da comunidade escolar.

Abordando um pouco a história da instituição de ensino, esta foi:

- Inicialmente designada Liceu Nacional da Horta, iniciou as suas atividades a 1 de outubro de 1853, mas a sua constituição definitiva verificou-se a 15 de maio de 1854 num edifício próximo do Convento da Glória;
- A 1 de janeiro de 1882 passou a funcionar no Largo do Bispo onde se manteve até 31 de agosto de 1926;
- Em 1918, o Liceu passa a designar-se de Liceu do Dr. Manuel de Arriaga, denominação que manteve até 1947;
- Devido a uma crise sísmica em 1926, o imóvel foi abandonado, correndo-se o risco de não haver aulas nesse ano letivo. Felizmente tal não aconteceu, pois, um conterrâneo de nome José da Rosa Martins (Barão da Ribeirinha) disponibilizou o seu palacete,

localizado na freguesia da Conceição, à disposição das autoridades, para nele se instalar o liceu;

- Em 1935 uma nova crise sísmica obriga à transferência do liceu para as instalações alugadas à Companhia Inglesa de Cabos Submarinos, depois adquiridas pelo Estado Português;
- Em 1936 passou a designar-se por Liceu Provincial Manuel de Arriaga;
- Em 1947 por Liceu Nacional da Horta;
- A 27 de Abril de 1950, as obras de adaptação e ampliação (Construção do Ginásio Masculino) foram solenemente inauguradas. O aumento do número de alunos, dado o funcionamento, desde 1949, nas suas instalações, da Escola do Magistério Primário e a abertura do 3º ciclo (6º e 7ºanos), em 1957, obrigaram à construção do então designado edifício novo (1962-1966);
- A partir de 1977/1978 o Liceu Nacional da Horta passou a denominar-se Escola Secundária da Horta;
- Em 1994 Escola Secundária Geral e Básica Dr. Manuel de Arriaga;
- Em 1999 Escola Básica e Secundária Dr. Manuel de Arriaga;
- Em 2004 Escola Secundária Manuel de Arriaga;
- No ano letivo 2007/2008 esta escola mudou para as atuais instalações.

A título de curiosidade, mencionar que o patrono da instituição de ensino é Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue, nasceu na cidade da Horta a 8 de julho de 1840, no seio de uma das mais ilustres famílias locais. Em 1911 foi eleito deputado às Constituintes e António José de Almeida propôs o seu nome para Presidente da República. Aos 71 anos entra para a história como o primeiro Presidente Constitucional da República Portuguesa, eleito no Parlamento com 121 votos, contra os 86 do seu concorrente, Bernardino Machado. Manuel d'Arriaga foi ainda Reitor da Universidade de Coimbra, escritor e poeta com várias obras publicadas.

Relativamente ao contexto geográfico, referir que a insularidade marca toda a comunidade devido ao isolamento a que está sujeita a população, principalmente no inverno. Contudo, este fator tem vindo a ser minorado graças ao desenvolvimento dos transportes e das novas tecnologias. A ESMA abrange uma população de cerca de 15 mil habitantes distribuídos por três freguesias urbanas (Angústias, Matriz e Conceição) e dez freguesias rurais (Praia do Almoxarife, Pedro Miguel, Ribeirinha, Salão, Cedros, Praia do Norte, Capelo, Castelo Branco, Feteira e Flamengos). Ao longo da sua história, serviu não só a ilha do Faial como outras ilhas do arquipélago (Ilha do Pico, S. Jorge, Graciosa, Flores e Corvo) que não dispunham de ensino secundário ou da opção pretendida pelos alunos. Hoje em dia, esta presença de alunos deslocados já é praticamente inexistente.

Para além desta escola, a ilha dispõe de uma Escola Básica Integrada, com seis Escolas do 1º ciclo, algumas delas com Jardim de Infância distribuídas pelas freguesias rurais, no ensino privado dispõem de uma Escola de 1º Ciclo. Posto isto, ainda dispões de um Conservatório Regional, de uma Escola Profissional e de um Departamento da Universidade dos Açores, que funciona como um polo (Oceanografia e Pescas). pós conclusão do ensino secundário, os alunos que desejem prosseguir estudos no ensino superior são obrigados a deslocarem-se para outras ilhas (Terceira e S. Miguel) ou para o Continente, o que poderá implicar que nem todos os alunos possam prosseguir estudos.

Missão, Princípios Gerais, Valores e Áreas Prioritárias. A missão de uma organização, seja ela de que tipo for, é a declaração clara dos seus valores, convicções e grandes finalidades, de modo a que todos os seus membros possam trabalhar para um fim comum. Neste sentido, a presente instituição de ensino tem como missão: preparar e motivar a comunidade educativa para uma cultura de trabalho, para o sentido de pertença à ESMA e para a utilização de tecnologias, possibilitando os alunos adquirir competências de cidadania ativa que lhes permita enfrentar os desafios do futuro.

Princípios e Valores. Tendo por base a missão da escola, é imperativo que se promovam determinados princípios e valores que se destinam a criar as condições para que docentes, alunos e pais/E.E. vejam reforçados os seus vínculos cognitivos e emocionais com a escola e o seu papel social na promoção do desenvolvimento e da coesão da comunidade em que se encontra inserida. Deste modo, a instituição de ensino regue-se pelos seguintes princípios e valores:

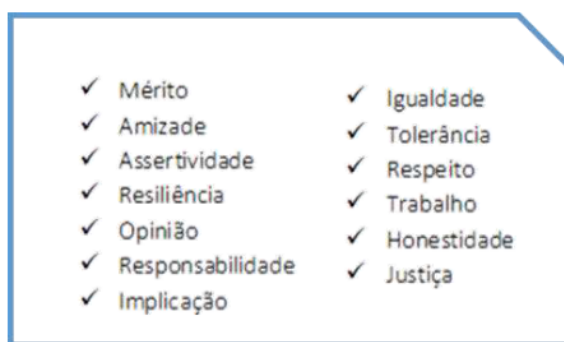


Figura 1 - Princípios e Valores da ESMA

Áreas Prioritárias. Analisando o Projeto Educativo da Escola, foram reconhecidas as áreas prioritárias de intervenção estratégica a que a escola pretende desenvolver:

Alunos. Nesta área o Projeto Educativo pretende privilegiar a promoção de uma ação estratégica em prol da integração e sucesso educativo, favorecendo um trabalho direcionado para as áreas constantes do Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória, de forma a desenvolver: **(a)** A dimensão ética da pessoa; **(b)** Melhoria da condição física; **(c)** A autonomia na aprendizagem; **(d)** A competência em língua materna e línguas estrangeiras; **(e)** A literacia digital; **(f)** O desenvolvimento motor e a cultura desportiva; **(g)** A criatividade; **(h)** A tolerância; **(i)** A capacidade de fruição estética; **(j)** A sustentabilidade; **(l)** A valorização do corpo e da saúde; **(m)** A avaliação das suas aprendizagens; **(n)** A reformulação de práticas em função da avaliação efetuada; **(o)** A autorregulação; **(p)** A resiliência; **(q)** O compromisso; **(r)** A perseverança; **(s)** A responsabilidade face a si próprio e aos outros.

Indisciplina. Este aspeto tem sido considerada uma das fragilidades da escola e neste sentido, para ultrapassar e prevenir os problemas inerentes à indisciplina, considera-se importante: **(a)** A dinamização de reuniões com os pais/E.E. no sentido de sensibilizar para a necessidade de os seus educandos cumprirem as regras previstas no Regulamento Interno da escola; **(b)** A proximidade entre o órgão executivo e os alunos, na realização de assembleias com os alunos, por ciclo, de forma a sensibilizar para a importância do cumprimento das regras previstas no Regulamento Interno da escola e monitorizar com estes os resultados da sua implicação; **(c)** O trabalho sistemático de competências pessoais, de autorregulação,

autocontrolo e resiliência; **(d)** A divulgação do Regulamento Interno da escola para conhecimento dos direitos e deveres dos alunos e cumprimento de regras de sala de aula; **(e)** A promoção da discussão e reflexão a partir de situações concretas de indisciplina; **(f)** A dinamização de atividades de prevenção de *bullying* e *cyberbullying*, violência no namoro, igualdade de género, *ciberdependência*, entre outros; **(g)** A realização de atividades de Cidadania Ativa com a comunidade; **(h)** A sensibilização dos alunos para competências sociais em todas as disciplinas; **(i)** A manutenção e/ou criação de projetos de combate à indisciplina, que integrem não só uma componente cognitiva, mas emocional e afetiva; **(j)** A dinamização de formação no âmbito da gestão de comportamentos.

Sucesso Educativo. No sentido de promover o sucesso educativo a ESMA considera-se importante: **(a)** Desenvolver e aplicar metodologias e estratégias; **(b)** Orientar os alunos nos hábitos de trabalho e técnicas de estudo eficazes; **(c)** Valorizar a língua materna; **(d)** Reconhecer e premiar o esforço pessoal; **(e)** Responder às necessidades educativas dos alunos; **(f)** Promover a orientação vocacional; **(g)** Desenvolver um sentimento de pertença à comunidade.

Cooperação Interciclos. Numa escola onde convivem mais do que um ciclo de ensino, deverá existir uma ponte de comunicação entre estes. Com esta visão de articulação interciclos, pretende-se: **(a)** Promover a colaboração entre os docentes dos vários ciclos de ensino; **(b)** Estabelecer um diálogo entre os conteúdos e metodologias de cada ciclo, com vista a minimizar o fosso existente na transição entre os ciclos; **(c)** Dinamizar um sistema de apoio e interajuda entre alunos de diferentes ciclos de ensino.

Conhecimento Tecnológico. A escola atual deve integrar os dispositivos tecnológicos que incluem o dia a dia de uma cidadania ativa, pelo que é importante garantir o acesso e a utilização consciente, responsável competente e segura da tecnologia. De forma a satisfazer esta necessidade, à escola compete: **(a)** Garantir a transversalidade da aprendizagem das TIC; **(b)** Mobilizar recursos individuais para os processos de ensino e aprendizagem; **(c)** Assegurar a utilização consciente e responsável das TIC; **(d)** Promover o domínio de ferramentas e recursos digitais; **(e)** Dinamizar atividades na área do domínio de software adequado às aprendizagens; **(f)** Criar apoios específicos ao desenvolvimento da literacia digital.

Interação Disciplinar. Trata-se de uma forma diferente de ensinar e de aprender, possibilitando a articulação das diferentes disciplinas, promovendo atividades comuns de forma organizada e orientada para a promoção de conhecimentos através de estratégias significativas e motivadoras. A concretização desta interação é possível através de: **(a)** Trabalho colaborativo; **(b)** Formação interpares; **(c)** Estimulação da criatividade; **(d)** Promoção de aprendizagens relevantes; **(e)** Investimento na aprendizagem por projeto; **(f)** Desenvolvimento de Domínios de Autonomia Curricular; **(g)** Trabalho cooperativo.

Formação do Pessoal Docente e Não Docente. A formação contínua permite a valorização do currículo e inovação nas práticas, pelo que importa dinamizar a formação do pessoal docente e não docente, bem como divulgar ações de formação propostas por outras entidades formadoras, concordantes com: **(a)** As sugestões apresentadas pelos departamentos; **(b)** As necessidades aferidas pelas alterações curriculares; **(c)** A integração de novas ferramentas tecnológicas; **(d)** A importância da gestão de conflitos/ comportamentos/ indisciplina; **(e)** Os desafios da sociedade que se refletem na escola.

Participação dos pais/E.E. e da Família. A integração dos pais/E.E. e famílias de forma comprometida na escola permite desenvolver o sentido de pertença e de comunidade que contribui para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem, através da: **(a)** Valorização da escola e da educação no presente e no futuro; **(b)** Valorização das aprendizagens e dos progressos escolares; **(c)** Participação ativa nos acontecimentos escolares ao longo do ano; **(d)** Participação nas decisões da escola; **(e)** Criação de parcerias educativas.

Recursos institucionais. Relativamente aos recursos a ESMA funciona em três edifícios, está preparada com elevadores e rampas de acesso para cadeiras de rodas e instalações sanitárias específicas. No total têm à disposição cinquenta e quatro salas destinadas a atividades letivas. Destas, cinco são laboratórios, quatro são salas de artes visuais, quatro são salas de informática, duas salas são oficinas e há ainda uma sala de aula situada junto do pavilhão desportivo, todas as salas estão equipadas com um quadro interativo e computador integrado. Ao longo dos vários corredores da escola, os alunos dispõem de cacifos individuais. Vejamos a descrição das instalações do **Edifício Escolar** constituído por 3 Pisos:

- **Piso 1:** Salas da Área de Projeto; Laboratórios de Biologia e de Geologia; Gabinete do Departamento 6; Oficina de manutenção com arrecadação; Arrecadação; Gabinete do Técnico de Laboratório; Casa de máquinas do elevador; Instalações sanitárias do piso.
- **Piso 2:** 13 Salas de aulas; Laboratório de Física; Laboratório de Química; Sala de Ciências; Museu; Sala de convívio dos alunos; Bufete; Arquivo documental; Compartimento de arrumos, incluindo gabinete da Chefe de Pessoal; Reprografia e compartimento de arrumos; Papelaria e compartimento de arrumos; Serviços Administrativos; Sala Técnica; Sala de Estudo; Sala de Trabalho dos Professores com compartimento de arrumos; Sala de Diretores de Turma com espaço de arquivo; Sala de Atendimento dos pais/E.E.; 3 Gabinetes do Conselho Executivo; Sala de Reuniões com compartimento de arrumos; Serviço de Psicologia e Orientação (SPO); Gabinete de Informática; Associação de Estudantes; Sala de Professores; Gabinetes dos Departamentos 1, 2, 3 e 4; Arrecadação junto ao Departamento 4; Gabinete Médico; Gabinete do SASE; Arrecadação junto ao Gabinete do SASE; Gabinete do Presidente da Assembleia e Conselho Pedagógico; Arrecadação junto ao Gabinete do Presidente da Assembleia e Conselho; Pedagógico; Gabinete da Coordenação de D.T.; Gabinetes de Trabalho (2); Arrecadação junto aos Gabinetes de Trabalho; Instalações sanitárias; Auditório; Bar do Auditório.
- **Piso 3:** 26 Salas de aulas; CA2 e arrumos; Gabinete do Departamento 5; Gabinete dos Clubes; Sala de convívio de alunos; Biblioteca; Instalações Sanitárias; 3 Salas de Informática; Gabinete do CAME; Auditório (balcão).

Edifício do Refeitório: Refeitório e zona de balcão; Cozinha; Copa; Compartimento das câmaras frigoríficas; Câmara frigorífica de lixos; Gabinete de controlo e chefe de cozinha; Instalações sanitárias. masculina e feminina; Arrumos de produtos de limpeza; Arrumos de louça lavada.

Zona Desportiva: Pavilhão; Polidesportivo coberto; Sala de combate; Sala de ginástica; Piscina; Campo de futebol com relvado sintético; Caixa de salto em comprimento.

Espaços Exteriores: Pátio de entrada; Pátio central; Auditório exterior e ampla zona relvada; Pátio Norte com “Espelho de água”; Parque de estacionamento principal; Arruamentos

interiores e pequenos parques de estacionamento; Pequenas zonas relvadas em redor dos edifícios.

A interligação entre os vários edifícios faz-se por meio de uma galeria aberta e coberta. Possui ainda à entrada do Edifício Escolar uma pequena edificação onde está instalada a guarita do posto de receção/controlado de entradas.

Por outro lado, o ESMA promove ações/estratégias através de Projetos relacionados com o nosso tema da indisciplina escolar, já que este fenómeno tem sido considerado pelos responsáveis uma das fragilidades da instituição, e deste modo, está presente nas áreas prioritárias de intervenção estratégica, perceptível no Projeto Educativo da instituição. Assim, com objetivo de ultrapassar e prevenir os problemas inerentes à indisciplina a escola considera:

- A dinamização de reuniões com os pais/E.E. no sentido de sensibilizar para a necessidade de os seus educandos cumprirem as regras previstas no Regulamento Interno da escola;
- A proximidade entre o órgão executivo e os alunos, na realização de assembleias com os alunos, por ciclo, de forma a sensibilizar para a importância do cumprimento das regras previstas no Regulamento Interno da escola e monitorizar com estes os resultados da sua implicação;
- O trabalho sistemático de competências pessoais, de autorregulação, autocontrolo e resiliência;
- A divulgação do Regulamento Interno da escola para conhecimento dos direitos e deveres dos alunos e cumprimento de regras de sala de aula;
- A promoção da discussão e reflexão a partir de situações concretas de indisciplina;
- A dinamização de atividades de prevenção de *Bullying* e *Cyberbullying*, *Violência no namoro*, *Igualdade de género*, *Ciberdependência*, entre outros;
- A realização de atividades de Cidadania Ativa com a comunidade;
- A sensibilização dos alunos para competências sociais em todas as disciplinas;
- A manutenção e/ou criação de projetos de combate à indisciplina, que integrem não só uma componente cognitiva, mas emocional e afetiva;
- A dinamização de formação no âmbito da gestão de comportamentos.

Além disso, o ESMA tem em prática o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar – ProSucesso, implementado pelo governo regional dos açores, que elege como principal objetivo a redução da taxa de abandono precoce da educação e da formação e o aumento do sucesso escolar em todos os níveis e ciclos de ensino. Deste modo, a escola apresenta um plano de ação estratégico, cujo objetivo é resolver os problemas presente na instituição, entre os quais a indisciplina no 3º CEB. Assim esta medida é direcionada aos alunos, tendo como objetivo melhorar o “*saber estar*” dos alunos identificados pelos conselhos de turma como sendo indisciplinados, de forma a reduzir o número de participações disciplinares. O plano tem como metas a alcançar, a diminuição do número de participações disciplinares dos alunos identificados pelos conselhos de turma como sendo indisciplinados. Para tal, elencou um conjunto de atividades que mencionamos:

- **Conselhos de Turma:** Identificação dos alunos com comportamentos indisciplinados; Identificação dos docentes que têm dificuldades em manter a disciplina e aplicar as

regras emanadas no Regulamento Interno, na sala de aula, e estabelecer parcerias pedagógicas; Concertação de estratégias, cumpridas por todos. Estas atividades decorrem ao longo do ano letivo, tendo como responsáveis os diretores de turma e os docentes da turma. Será monitorizada com recurso a um *Feedback* dos diretores de turma;

- **Assembleias de Turma:** Preocupação em estudar os casos de indisciplina em contexto escolar: são apresentados diferentes casos aos alunos e promovida a sua discussão / reflexão. Esta atividade decorre ao longo do ano letivo, tendo como responsáveis o coordenador de diretores de turma e os diretores de turma. Será monitorizada com recurso a um *Feedback* do coordenador de diretores de turma;
- **Acompanhamento dos alunos com comportamentos indisciplinados.** Esta atividade realiza-se ao longo do ano letivo, tendo como responsáveis o conselho executivo, o diretor de turma, o gabinete do aluno, as tutorias, EPIS, SPO. Será monitorizada com recurso participações disciplinares, *Feedback* dos diretores de turma e coordenadores dos projetos;
- **Projeto Tutorias.** Esta atividade efetua-se ao longo do ano letivo, tendo como responsáveis os tutores, diretores de turma e coordenador das tutorias. Será monitorizada com recurso a um relatório de tutoria;
- **Projeto EPIS.** Esta atividade realiza-se ao longo do ano letivo, tendo como responsável o coordenador do projeto EPIS. Será monitorizada com recurso ao *Feedback* do Coordenador;
- **ESMA – Escola Promotora de Saúde:** é um plano de prevenção de comportamentos de risco, que decorre ao longo do ano letivo, tendo como responsáveis a Equipa de saúde da ESMA, sendo monitorizado com recurso ao *Feedback* do Coordenador;
- **Serviço de Psicologia e Orientação.** Esta atividade efetua-se ao longo do ano letivo, tendo como responsável a Psicóloga. Será monitorizada com recurso ao seu *Feedback*;
- **Dinamização de formação:** (Gestão de comportamentos; Perturbações de hiperatividade e défice de atenção; Comunicação pedagógica na sala de aula; Prevenção de *bullying*; Outras). Esta atividade decorre ao longo do ano letivo, tendo como responsáveis a entidade formadora da ESMA e o conselho executivo. Será monitorizada com recurso ao número de ações concretizadas e o número de participantes.

3.2 - Os sujeitos em estudo

No que se refere às amostras utilizadas na investigação o processo de amostragem foi intencional, quer a turma dos alunos do 9.º ano de escolaridade do 3.º CEB (Na=17 alunos, grupo/turma já constituído) e dos respetivos pais/E.E. (Nee=17) e dos docentes da turma (Nd=7 docentes dos 15 a lecionarem nela). A todos estes sujeitos foram-lhe aplicados o inquérito por questionário. Houve igualmente a seleção de outros sujeitos: o Diretor de Turma (D.T.), o Presidente do Conselho Executivo (CE) e a Presidente da Associação de Pais/Encarregados de Educação (APEE), que foram submetidos a entrevistas semiestruturadas.

Amostra dos Alunos (Na=17). A amostra convidada da turma do 9.º ano de escolaridade – 3.º CEB compunha-se de 20 alunos, mas os que participaram na amostra produtora de dados foram Na= 17 alunos, já que no período de aplicação das técnicas/instrumentos de recolha de dados faltaram 3 alunos. As variáveis sociodemográficas de caracterização são as seguintes:

Sexo -M=11 e F=6; idade compreendida de 14 a 17 anos (14 anos fr.=10; 15 anos fr.=1, 16 anos fr.=5 e 17 anos fr.=1).

No que se refere aos apoios da ação social escolar a maioria dos alunos não beneficiam de nenhum apoio (10 alunos não têm nenhum apoio, 3 alunos detêm do escalão nível I, 2 alunos o nível II e 2 alunos o nível III. O nível IV e V não detêm de nenhum beneficiário). Isto deve-se ao fato de os pais não declararem os rendimentos adequadamente, não solicitarem os apoios por exigência documental ou por possuir rendimentos superior superiores. O apoio social escolar encontra-se contemplado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho, mantido em vigor pelo n.º 2, do artigo 2.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto, podendo beneficiar de Ação Social Escolar as crianças da educação pré-escolar e os alunos do ensino básico e secundário, matriculados nos estabelecimentos públicos de educação e ensino diretamente dependentes da administração regional autónoma. Para efeitos de determinação do nível de participação, os alunos são agrupados em escalões de rendimento (I a V) definidos tendo em conta o rendimento familiar, a composição do agregado familiar e a existência de encargos especiais devidos a doença, deficiência ou outro qualquer motivo atendível. Os benefícios desse apoio são muitos, por exemplo: isenção de propinas e taxas de inscrição (exceto as fora do prazo); cobertura pelo seguro escolar; fornecimento de refeições a preços comparticipados; fornecimento de leite escolar aos alunos do ensino básico; participação na aquisição e de empréstimo de manuais escolares (O Governo Regional dos Açores tem um Programa de Manuais Digitais de acesso aos alunos) ou em material escolar; participação no alojamento de estudantes deslocados; participação na aquisição de próteses e ortóteses; fornecimento de transporte escolar gratuito e a preços comparticipados.

Em relação às retenções na sua maioria os alunos não têm nenhuma retenção (11 alunos responderam que não -65%, e 6 responderam que sim = 35%). Dos 6 alunos que mencionaram já ter reprovado de ano, 1 aluno reprovou 1 ano letivo e 5 alunos reprovaram 2 anos letivos. Estes com reprovações (insucesso escolar) têm um desinteresse pela escola ou falta de motivação na aprendizagem. Muitos deles não pretendem continuar, pois preferem os cursos profissionais. O Governo Regional determinou, por Resolução do Conselho do Governo n.º 133/2015, de 14 de setembro, implementar o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar – ProSucesso (Açores pela Educação), que tem como principal objetivo a redução da taxa de abandono precoce da educação e da formação e o aumento do sucesso escolar em todos os níveis e ciclos de ensino, em sintonia com a Estratégia Europeia para a Educação e Formação, Europa 2020. O ESMA segue estas recomendações, mas não de forma eficaz como se desejaria.

Há que mencionar que os alunos do ESMA têm o Código de Conduta Ética e Estatuto Disciplinar do Aluno previsto na Região Autónoma dos Açores Assembleia /A - Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário (D. R. 1.ª série, N.º 138, 19 de julho de 2007) e pelo Regulamento Interno da própria escola.

Amostra de Pais/Encarregados de Educação (Nee=17). Os sujeitos desta amostra caracterizam-se com as seguintes variáveis sociodemográficas: maioria são do género feminino, pois o grau de parentesco que detêm com o educando é o facto de ser a progenitora (mãe=80%) e o pai (20%) os seus encarregados de educação. Possuem uma idade média dos 44 anos (idade compreendida entre os 38 anos até aos 55 anos). Em relação ao estado civil a maioria dos pais/EE são casados (70%) e outras situações (divorciado, solteiro, em união de facto e viúvo perfazendo 30%). No que se refere ao nível de escolaridade dos pais/E.E., na sua maioria

têm o 12º ano (60%) e outras habilitações dispersas no total de 40% (9º ano, 6º ano e licenciatura). Em termos profissionais a maioria trabalha por conta própria ou são empresários (40%) e o restante tem profissões díspares (geógrafo, assistente operacional, enfermeira, empregados de balcão ou de comércio, treinador de natação), havendo um desempregado.

Amostra dos docentes a lecionar na turma 9.º ano escolaridade (Nd=7). A maioria dos docentes são do género feminino -80% (20% do M), lecionando História, Inglês, Matemática/MCS, Educação Física, Geografia, Físico-química e Português. Apresentam idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos (média de 43 anos, com formação académica universitária de licenciatura (80%) e pós-graduação (20%), tirada nas universidades (maioritariamente na Universidade dos Açores) não havendo nenhum docente que tenha sido formado no Ensino superior Politécnico. O tempo de serviço docente anda entre 16 a 25 anos (60%) e dos 6 aos 15 anos (40%), sendo que maioritariamente (55%) levam entre 5 a 10 anos na ESMA (inferior a 3 anos= 10%; entre 3 a 5 anos= 25%; e mais de 10 anos =10%).

4. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Utilizámos diversas técnicas e instrumentos de recolha de dados para a abordagem do estudo qualitativo tendo por objetivo compreender os sujeitos em estudo, na base das perguntas de investigação formuladas. Vejamos as várias técnicas de recolha de dados utilizadas no estudo.

➤ **Observação documental**

Na técnica de análise documental (Hélder, 2006), inserida na metodologia qualitativa, pesquisámos e analisámos (por análise de conteúdo), por exemplo: a legislação e/ou normativos jurídicos; o Projeto Educativo do Agrupamento de Escola e respetivas atividades e/ou eventos envolvendo os parceiros socioeducativos; Regulamento interno e outra documentação da ESMA (projetos, programas,) existente no seu site; dossiê de turmas (9.º ano de escolaridade) e outras informações relativas às turmas e/ou aos alunos em estudo (processos de avaliação do rendimento/desempenho escolar e comportamental). Segundo Hélder (2006, p.1-2),

“A análise documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenómeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos; é caracterizada como documental quando essa for a única abordagem qualitativa, sendo usada como método autónomo. Porém, também é possível utilizar documentos e análise de documentos como estratégias complementares a outros métodos”.

No que refere a pesquisa documental realizámos uma análise de conteúdo aos documentos consultados, numa série de operações que visaram estudar e analisar vários documentos, para recolher informações com as quais possam estar relacionadas com o nosso objeto de estudo (Coutinho, 2013). São documentos de realizações produzidas no contexto escolar da ESMA, que mostram indícios das ações educativas/escolares e que revelaram ideias e formas de atuar. Nesta perspetiva, a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um

fato social (Quivy & Campenhoudt, 1992). Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo. Ou seja, a análise documental possibilitou-nos uma primeira abordagem à realidade do contexto natural e estudo e, daí ter sido uma técnica privilegiada na investigação, por ser a forma de fornecer a informação sobre o tema e permitir concretizar os objetivos propostos. No que se refere ao presente estudo, a análise documental baseou-se na observação de diversos documentos da instituição de ensino, nomeadamente, o projeto educativo, projeto curricular, plano de ação estratégica e regulamento interno. Também foi analisada legislações, como por exemplo, o Decreto-Lei nº 372/90 de 27 de novembro que regulamenta a atividade das APEE, o Decreto Legislativo Regional nº 12/2013/A um diploma que aprova o estatuto do aluno dos ensinos básico e secundário, entre outros.

➤ **Observação não-participante**

A observação natural, espontânea e informal comporta o objetivo de familiarizar-nos com uma situação, observar um fenómeno sob um máximo de aspetos de registo. A sua função será a de recolher informações sobre os alunos do 9.º ano de escolaridade do 3.º CEB, objeto do nosso estudo, o que pressupõe uma atividade de codificação: a informação bruta selecionada registou-se em termos qualitativos. Esta técnica de observação não participante permite obter dados as informações recolhidas, que deram sentido ao nosso propósito e às perguntas de investigação formuladas e ainda, dá-nos a possibilidade de adquirir conhecimentos complementares. Ou seja, este tipo de observação não consistiu em apenas ver ou ouvir, mas examinar os fatos/fenómenos que desejamos analisar, neste caso relativo às emoções, constituindo um elemento básico no estudo. As observações naturais e espontâneas serão efetuadas nos contactos informais com a turma do 9.º ano escolaridade do ESMA, durante a realização do estudo.

➤ **Entrevista Semiestruturada**

Consideraremos a entrevista como uma técnica de recolha de dados, cuja utilização envolve planeamento minucioso e a aplicação de um conjunto de procedimentos específicos (Afonso,2006). É uma das técnicas mais privilegiadas pelos investigadores em ciências sociais, pois implica um processo de comunicação entre o entrevistador e o entrevistado, podendo influenciar-se mutuamente no sentido positivo ou negativo (Aires, 2015; Pardal & Lopes, 2011). Ou seja, a entrevista para Ketele e Roegiers (1993, p.23) a entrevista é “(...) *um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupo, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, a fim de obter informações sobre factos ou representações, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações.*”.

Sabemos que a entrevista, que é um ato de conversação intencional e orientado, que implicará uma relação pessoal com os entrevistados que desempenham um papel importante na educação dos alunos do 9.º ano de escolaridade e, simultaneamente proporcionará um interagir com eles em muitos momentos da intervenção. Assim, em termos de técnica de recolha de dados a entrevista é um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas tem o objetivo de obter informação por parte do entrevistado, visando obter informações ou dados objetivos e subjetivos (Coutinho, 2013). Neste caso privilegiaremos a entrevista semiestruturada como base de recolha de informação, por se tratar de uma

conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que proporciona verbalmente a informação necessária. Entre as principais vantagens destas entrevistas semiestruturadas, contam-se as seguintes (Flick, 2005; Lessard-Hebert, Goyette & Boutin, 2005): a possibilidade de acesso a uma grande riqueza informativa (contextualizada e através das palavras dos atores e das suas perspetivas; a possibilidade do/a investigador/a esclarecer alguns aspetos no seguimento da entrevista, o que a entrevista mais estruturada ou questionário não permitem; é causadora, na fase inicial de qualquer estudo, de pontos de vista, orientações para o aprofundamento do estudo, definição de novas estratégias e seleção de outros instrumentos.

De facto, a entrevista semiestruturada é conhecida como um dos principais meios ou procedimentos para a recolha de dados e informações na pesquisa qualitativa (Bogdan & Bicklen, 1994). Esta técnica se caracteriza por um conjunto de perguntas ou questões estabelecidas num roteiro flexível em torno de um ou mais assuntos do interesse de uma pesquisa para elucidação do seu objeto. Para a produção dos dados optámos por utilizar como instrumento a entrevista semiestruturada, de modo a estudar o fenómeno da indisciplina na instituição ESMA, como característica de roteiro com perguntas abertas e fechadas. A adoção de entrevistas e, mais especificamente, de entrevistas semiestruturadas pode se apresentar como uma decisão metodológica adequada para a resolução do problema (Aires, 2005).

A entrevista como técnica de recolha de dados carrega consigo algumas vantagens como a riqueza, a flexibilidade e a acessibilidade de informação e é uma técnica que utiliza poucos custos. Como desvantagens podemos identificar a dificuldade em realizar anotações. Assim, optámos pela entrevista semiestruturada, onde o entrevistador segue um referencial de perguntas, suficientemente aberta, vai encaminhando a comunicação de acordo com os objetivos da mesma. Aplicámos este tipo de entrevista ao D.T., a Presidente do CE e a Presidente da APEE. Foram colocadas questões relativas à investigação, tendo por base a entrevista estruturada sendo fixo o enunciado e a sequência das questões. As entrevistas foram acompanhadas por um guião, que serviu como suporte para as questões, este guião foi organizado segundo os seguintes capítulos: Presidente da APEE (Solicitação de informações pessoais; Ambiente Escolar; Indisciplina Escolar; Relação Escola-Família); D.T. (Solicitação de informações pessoais; Ambiente Escolar; Indisciplina Escolar; Relação Aluno – Docente; Relação Escola – Família) e Presidente do CE (Solicitação de informações pessoais; Ambiente Escolar; Indisciplina Escolar; Relação Aluno – Docente; Relação Escola – Família).

➤ **Inquérito por Questionário**

O inquérito apresenta-se como uma técnica e/ou estratégia de recolha de dados (Hill & Hill, 2005), amplamente difundida no âmbito das Ciências Sociais e Humanas e com particular destaque na investigação em educação (Coutinho, 2013). O questionário será o instrumento de pesquisa utilizado nesta investigação. Segundo Hill & Hill (2005), o questionário é um instrumento de colheita de dados, constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do investigador. Na sua estrutura é constituído por um conjunto de enunciados ou de questões, que permitem avaliar atitudes, opiniões dos sujeitos ou colher outro tipo de informação, junto desses mesmos sujeitos. Ainda este autor afirmou que é importante o investigador consulte outros questionários de estudos conexos que tratam temas similares, aproveitando experiências de outros e tomar consciência de certas formulações (Aires, 2015). O questionário deve também ser submetido a pré- testes, junto de pequenas amostras da população a inquirir, no sentido de aferir o questionário, corrigindo-se,

se for esse o caso, eventuais dúvidas de interpretação colocadas pelos sujeitos (Quivy & Campenhouldt, 1992).

O instrumento questionário foi aplicado a alunos, pais/E.E. e docentes, sendo entregues à direção da ESMA que providenciou a sua aplicação a alunos e docentes (coube ao DT distribuir os questionários aos docentes do 9.º ano de escolaridade da turma) e, ainda enviou aos pais/E.E. Ele permite objetivar a informação, permitindo a possibilidade de quantificar os dados e daí retirar as conclusões (Hill & Hill, 2005). O inquérito por questionário enquanto instrumento de recolha de dados torna-se fundamental na investigação que se pretende desenvolver. O questionário consiste em colocar aos inquiridos um conjunto de perguntas, as quais dizem respeito à situação social, profissional ou familiar dos inquiridos (variáveis sociodemográficas ou de identificação) e, ainda se reportam às suas opiniões, às suas atitudes em relação à indisciplina escolar e incumprimento de normas disciplinares pelos alunos em contexto escolar. Esta técnica diferencia-se de outros instrumentos de recolha de dados pelo facto do investigador e o inquirido não necessitarem de interação para a resposta ao instrumento, existindo assim uma interação indireta. Na perspetiva de Lima, (2000 p.35), um dos aspetos importantes nos inquéritos por questionário *“reside no facto de recolherem e tratarem a informação de forma estandardizada, com vista a assegurar a comparabilidade dos elementos apurados”*.

São várias as vantagens apontadas aos questionários, entre elas, o facto de ser económico, rápido, garantir o anonimato e ser respondido quando o inquirido achar oportuno. Contudo, este também apresenta algumas desvantagens, entre elas, não pode ser aplicado a analfabetos ou a pessoas com dificuldades de compreensão, não garante que todos os sujeitos inquiridos preencham o questionário devidamente, facilitar a resposta em grupo, o que poderá prejudicar a informação e o facto de poder existir atrasos na entrega dos mesmos. Neste sentido, o inquérito por questionário utilizado foi desenvolvido utilizando uma linguagem adequada aos inquiridos e um formato longo. Assim, o questionário seguiu a seguinte estrutura: Alunos- (Dados Pessoais; Atitude Face à Escola; Questões sobre o Comportamento; Indisciplina na Escola; Medidas para Melhorar a Disciplina na Escola); pais/E.E. – (Dados Pessoais; Relação E.E. e Educando; Relação Escola – Família) e Docentes – (Dados Pessoais; Indisciplina na Sala de Aula; Atitude face à indisciplina; Relação Docente e Aluno).

➤ **Notas de campo (registos)**

As notas de campo são recursos metodológicos úteis, com uma potencialidade descritiva, interpretativa e reflexiva, que no dizer de Flick (2005, pág. 172) são *“registos da perspetiva do sujeito que podem ser confrontados com as notas do investigador”*, ou como afirmam Bogdan & Biklen (1994, pág. 150) constituem o *“relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo”*. De facto, estes registos do investigador no momento em que descreve experiências e observações (naturais e informais) com os sujeitos de estudo e/ou participar em determinado contexto, foram, no nosso estudo, essenciais para descrever os alunos na ESMA, nas entrevistas realizadas e nos contactos observacionais (informais e participantes) na recolha de informação documental. Estes registos fornecem recursos valiosos e primordiais para uma apreciação mais profunda de como os investigadores no terreno empírico, acabam interpretando e se apropriando das ações e preocupações dos outros e, daí oferecerem compreensões sutis e complexas das rotinas e dos significados vividos por essas pessoas.

Por conseguinte, o conteúdo dos registos da observação (informal, natural) contém uma parte descritiva e outra reflexiva, compreendendo a primeira um registo detalhado do que ocorre no campo de estudo. Para Bogdan & Biklen (1994) a parte descritiva permite: Descrição dos sujeitos de estudo; Reconstrução de diálogo, depoimentos e observações entre os sujeitos e entre estes e o investigador; Descrição do contexto do estudo (ESMA) e ambiente educativo; Descrição de aspetos especiais: do envolvimento investigador e sujeitos de estudo (anotações de comportamentos, atitudes). Por isso, foram um bom instrumento na pesquisa, sendo importante para o investigador/observador incluir as suas anotações na fase da triangulação dos dados. A parte reflexiva dessas anotações incluíram as observações pessoais feitas durante a fase de recolha de dados: as especulações, sentimentos, problemas, ideias, impressões, dúvidas, incertezas, surpresas e deceções. Essas notações reflexivas foram de teor analítico, metodológica, mudanças de perspetiva do investigador e clarificações necessárias em determinados momentos.

5. PROCEDIMENTOS ÉTICO E LEGAIS E DE APLICAÇÃO

É fundamental em qualquer investigação, que o investigador respeite o compromisso com os princípios éticos no estabelecer o Protocolo e termos de livre aceitação na participação dos sujeitos no estudo, na recolha e tratamento dos dados, isto porque os participantes não devem ser prejudicados. O cumprimento pelos princípios éticos e legais e do imperativo técnico-científico sugere que igualmente o imperativo ético da sabedoria, indique o caminho a ser seguido para que a ciência possa atingir sua finalidade, respeitando e preservando a dignidade da pessoa humana. Tivemos em conta esses princípios na realização da recolha e no tratamento de dados e respetiva divulgação argumentativa, salvaguardando os direitos fundamentais dos participantes do estudo.

Enquanto procedimentos ético-legais para concretização do estudo e aplicação dos instrumentos de recolha de dados, foi fornecido a cada um dos participantes um consentimento informado. O consentimento informado elaborou-se de acordo com a Declaração de Helsínquia, formatado e adaptado à realidade do nosso estudo. O consentimento informado para participação em projeto de pesquisa permite ao convidado manifestar a sua vontade de forma informada/elucidada, através da assinatura deste documento assinado por ambas as partes envolvidas no processo de pesquisa – investigador e participante. O consentimento foi entregue a cada um dos participantes antes da prestação e/ou recolha de qualquer informação. A informação prestada no consentimento informado, incluiu, aspetos relativos ao objetivo do estudo, o instrumento de recolha de dados que se iria aplicar, o seu tratamento e a disponibilização do estudo no Repositório do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Por conseguinte, tomámos todas as medidas éticas e legais que exige uma investigação científica desta natureza. Estabelecemos o protocolo com a ESMA, elaborámos a formalidade do pedido institucional de solicitação de autorização ao Diretor e, conseqüentemente o termo de consentimento aos sujeitos intervenientes no estudo, assinado pelos mesmos, de modo a ter as referidas autorizações para realização e efetivação das entrevistas, aplicação dos inquéritos por questionários e as observações diretas e participante

Efetivamente, realizámos um primeiro contato com a direção escolar (protocolo), a qual se mostrou recetiva e colaborante à concretização do mesmo. Neste primeiro contato, foi

explicado o intuito do estudo, bem como a exposição dos objetivos a que nos propomos. Posto isto, procedemos à seleção dos sujeitos do estudo (processo amostragem), sendo que, foi solicitado à direção escolar que designasse qual a turma do 9.º ano de escolaridade do 3º CEB com mais casos de indisciplina naquele ano letivo. Após a consultou o conselho executivo designou a turma do 9.º ano de escolaridade. Após a obtenção das autorizações necessárias por parte da direção escolar, procedeu-se de imediato à recolha documental que começou com a recolha dos documentos mencionados anteriormente nas plataformas online da instituição de ensino.

Paralelamente, depois da exposição dos objetivos, de garantir que os procedimentos éticos e legais seriam cumpridos e de informar que para além dos alunos também iriam participar os pais/E.E. e os docentes da turma selecionada, procedeu-se à elaboração de um pedido de autorização para participação no estudo, pedido este direcionado aos pais/E.E. para autorizarem os seus educandos a participarem no estudo, e posteriormente, um consentimento informado aos restantes intervenientes (pais/E.E. e docentes).

Consecutivamente, após a designação da turma e respetiva autorização dos sujeitos em estudo (termo de livre consentimento) em participarem foram aplicados os inquéritos por questionários a alunos e seus pais/E.E. e aos docentes durante o ano letivo de 2022-23. Os inquéritos por questionário, acompanhados das autorizações e consentimentos foram entregues à direção da ESMA que encarregou o Diretor de Turma de providenciar a sua distribuição e/ou a entrega aos alunos da turma do 9.º ano escolaridade e aos pais/E.E e aos docentes que lecionam neste ano letivo de escolaridade. Passado um tempo recolhemos os instrumentos/questionários junto da direção e direção de turma do ESMA.

CAPÍTULO III - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados dos dados recolhidos e a respetiva análise dos inquéritos por questionário aplicados aos alunos, docentes e pais/E.E. Bem como, a análise do conteúdo das entrevistas realizadas ao Presidente do CE, ao D.T. e ao Presidente da APEE. Assim, os dados recolhidos através dos inquéritos por questionário foram analisados estatisticamente utilizando o SPSS e apresentados sob a forma numérica.

No que se refere à entrevista, foi imprescindível estruturar um guião que orientasse as mesmas, estas foram realizadas ao D.T., Presidente do CE e Presidente da APEE. As entrevistas foram realizadas individualmente com cada participante e a cada um foi-lhes solicitada autorização para a gravação da mesma. Foi realizada a transcrição integral das entrevistas e, conseqüente, análise de conteúdo.

Em seguida foi realizada a análise dos dados, e triangulação dos mesmos de forma a cruzar as informações obtidas através das diferentes técnicas de recolha de dados e dos diferentes intervenientes no estudo.

Deste modo, foram seguidos todos os procedimentos legais e éticos no estudo e na aplicação científica dos instrumentos, sendo que, foi garantida a confidencialidade de toda a informação prestada pelos participantes no contexto de investigação e na sua publicação, os participantes, não são identificáveis. Assim sendo, iremos subdividir em quatro subcapítulos os dados recolhidos e sua respetiva análise e, posterior triangulação.

1. OBSERVAÇÃO DOCUMENTAL: ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise documental, foi uma técnica privilegiada nesta investigação, por ser o meio pelo qual recolhemos a informação qualitativa sobre o tema no contexto em estudo. Esta análise baseou-se na observação de documentos referentes à instituição onde foi desenvolvido este estudo, nomeadamente, o Projeto Educativo, Projeto Curricular, Plano de Ação Estratégica e o Regulamento Interno Escolar. Também foi analisada alguma legislação, nomeadamente, o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básicos e Secundários (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013).

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de todo tipo (tipologia e categorização) de documentos e textos, neste caso educativos, pertencentes à atividade da instituição. Essa análise, conduziu-nos a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (Bardin, 2006). Esta metodologia faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais (Bogdan & Bicklen, 1994). Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias (Flick, 2005).

Por conseguinte a utilização desta técnica teve por objetivo analisar o contexto escolar, que proporcionou um conhecimento aprofundado da realidade, bem como, a identificação do método de atuação da escola nos casos de indisciplina de forma a combater e controlar este fenómeno. Apresentaremos em seguida os dados na forma de texto descritivo, onde se salientam os principais tópicos analisados em cada documento.

A. Medidas do Governo Regional dos Açores

O Governo Regional determinou, por Resolução do Conselho do Governo n.º 133/2015, de 14 de setembro, implementar o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar – ProSucesso, Açores pela Educação, que elege como principal objetivo a redução da taxa de abandono precoce da educação e da formação e o aumento do sucesso escolar em todos os níveis e ciclos de ensino, em sintonia com a Estratégia Europeia para a Educação e Formação, Europa 2020.

Neste sentido, o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar – **ProSucesso** baseia-se em três eixos:

- **Eixo 1: Foco na qualidade das aprendizagens dos alunos** - Interligado com competências estabelecidas como prioridades no plano ProSucesso, fazem elencar neste âmbito: o Programa AaZ – Ler Melhor, Saber Mais; a Plataforma Aprendo Português Açores; a Rede Regional de Bibliotecas Escolares (RRBE); o Plano Regional de Leitura (PRL); os Mediadores para o Sucesso Escolar; o Ensino Especializado em Desporto; o Desporto Escolar Açores (DEA) e alguns projetos na esfera das Tecnologias. Por razões várias, em relação ao ano anterior há a registar a descontinuidade de algumas medidas, nomeadamente o Prémio “*Ousar, Intervir, Melhorar*”, o Crédito Letivo e o Programa Fénix – Açores;
- **Eixo 2: Promoção do desenvolvimento profissional dos docentes** – No ano em relato, foi feito essencialmente nos domínios das Didáticas na Educação Pré-Escolar, da PACISXXI – Projetar a Área Curricular de Inglês para o Século XXI e da ERMAEI – Equipa Regional de Monitorização e Acompanhamento da Educação Inclusiva, com algumas outras propostas formativas, nomeadamente em relação à Educação para a Cidadania e às Tecnologias. Comparativamente com o ano anterior, não foi dada continuidade a várias equipas de acompanhamento e dinâmicas formativas no âmbito do Programa de Formação e Acompanhamento Pedagógico de Docentes: Português – 1.º CEB; Português – 2.º CEB, Matemática – 3.º CEB, Inglês – 3.º CEB/ES; e Físico-Química– 3.º CEB/ES. Também não se reuniram as condições indispensáveis para uma nova edição do Encontro ProSucesso;
- **Eixo 3: Mobilização da comunidade educativa e parceiros sociais** - Tem como expoente principal a PIC – Parceria de Intervenção Comunitária para o Sucesso Educativo – Escola, Comunidade, Família, sendo também relevante a promoção de várias iniciativas através de comunicação digital.

B. Projeto Educativo (triénio 2020/2023)

Relativamente a este documento, ele consagra a orientação educativa da unidade orgânica, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um período de três anos, no qual, se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a instituição de ensino se propõe cumprir.

Neste sentido, deste documento, foram recolhidas as informações para a caracterização do contexto escolar, nomeadamente, a missão, princípios e valores e áreas prioritárias do contexto escolar. Também foi, a partir deste documento, que realizamos o enquadramento da instituição, o seu historial, a caracterização das suas infraestruturas e equipamentos e suas atividades educativas e culturais.

Importa referir que neste documento estão presentes as áreas prioritárias de intervenção estratégica, sobretudo direcionadas à indisciplina, com o objetivo de ultrapassar e prevenir os problemas inerentes a este fenómeno, e deste modo, a escola considera importante:

- A dinamização de reuniões com os pais/E.E. no sentido de sensibilizar para a necessidade de os seus educandos cumprirem as regras previstas no Regulamento Interno da escola;
- A proximidade entre o órgão executivo e os alunos, na realização de assembleias com os alunos, por ciclo, de forma a sensibilizar para a importância do cumprimento das regras previstas no Regulamento Interno da escola e monitorizar com estes os resultados da sua implicação;
- O trabalho sistemático de competências pessoais, de autorregulação, autocontrolo e resiliência;
- A divulgação do Regulamento Interno da escola para conhecimento dos direitos e deveres dos alunos e cumprimento de regras de sala de aula;
- A promoção da discussão e reflexão a partir de situações concretas de indisciplina;
- A dinamização de atividades de prevenção de *bullying* e *cyberbullying*, violência no namoro, igualdade de género, *ciberdependência*, entre outros;
- A realização de atividades de Cidadania Ativa com a comunidade;
- A sensibilização dos alunos para competências sociais em todas as disciplinas;
- A manutenção e/ou criação de projetos de combate à indisciplina, que integrem não só uma componente cognitiva, mas emocional e afetiva;
- A dinamização de formação no âmbito da gestão de comportamentos.

C. Projeto Curricular 2020/2023

No que se refere ao Projeto Curricular, este é um documento que estabelece as orientações a seguir pela instituição de ensino em matérias de desenvolvimento curricular, avaliação e gestão pedagógica dos alunos.

Do referido documento, podemos apurar as medidas promotoras do sucesso escolar, as aprendizagens essenciais e perfil dos alunos, onde constam os critérios para a constituição de turmas. Também foi possível consultar o calendário escolar, o qual deu continuidade à organização do calendário escolar em dois semestres – 1º semestre (do dia 12 de setembro a 16 de dezembro e de 3 a 24 de janeiro) e o 2º semestre (do dia 30 de janeiro a 5 de abril e de 17 de abril a 7 de junho). Posto isto, a oferta formativa e os clubes e projetos a decorrer junto da comunidade educativa também foram possíveis de consultar neste documento.

D. Plano de Ação Estratégica 2022/2023

Relativamente ao Plano de Ação Estratégica, este é um documento planeado pela instituição de ensino, é um documento que evidencia as ações a serem tomadas para resolução de problemas presentes na instituição.

No presente contexto escolar, este Plano de Ação Estratégica, assentou-se em três medidas, a primeira medida a indisciplina no 3º ciclo, a segunda medida são as dificuldades no 3º ciclo, nomeadamente, o insucesso, e a terceira medida a literacia digital, ou seja, as dificuldades na utilização de ferramentas digitais. Todas estas medidas são apresentadas com o problema a

resolver, os destinatários, objetivos e metas a alcançar, bem como, o esquema das atividades a desenvolver (calendarização, responsáveis e monitorização).

Neste sentido, relativamente à indisciplina no 3º ciclo, esta medida é direcionada aos alunos, tendo como objetivo melhorar o “*saber estar*” dos alunos identificados pelos conselhos de turma como sendo indisciplinados, de forma a reduzir o número de participações disciplinares.

Deste modo, este plano tem como metas a alcançar, a diminuição do número de participações disciplinares dos alunos identificados pelos conselhos de turma como sendo indisciplinados. Para tal, elencou um conjunto de atividades, mencionadas em seguida:

- **Conselhos de Turma**

- ✓ Identificação dos alunos com comportamentos indisciplinados;
- ✓ Identificação dos docentes que têm dificuldades em manter a disciplina e aplicar as regras emanadas no Regulamento Interno, na sala de aula, e estabelecer parcerias pedagógicas;
- ✓ Concertação de estratégias, cumpridas por todos.

Estas atividades iram decorrer ao longo do ano letivo, tendo como responsáveis os diretores de turma e os docentes da turma. Será monitorizada com recurso a um Feedback dos diretores de turma.

- **Assembleias de Turma**

- ✓ Estudo de casos de indisciplina em contexto escolar: são apresentados diferentes casos aos alunos e promovida a sua discussão / reflexão.

Esta atividade irá decorrer ao longo do ano letivo, tendo como responsáveis o coordenador de diretores de turma e os diretores de turma. Será monitorizada com recurso a um Feedback do coordenador de diretores de turma.

- **Acompanhamento dos alunos que apresentam comportamentos indisciplinados**

Esta atividade irá decorrer ao longo do ano letivo, tendo como responsáveis o conselho executivo, o diretor de turma, o gabinete do aluno, as tutorias, EPIS, SPO. Será monitorizada com recurso participações disciplinares, Feedback dos diretores de turma e coordenadores dos projetos.

- **Projeto Tutorias**

Esta atividade irá decorrer ao longo do ano letivo, tendo como responsáveis os tutores, diretores de turma e coordenador das tutorias. Será monitorizada com recurso a um relatório de tutoria.

- **Projeto EPIS**

Esta atividade irá decorrer ao longo do ano letivo, tendo como responsável o coordenador do projeto EPIS. Será monitorizada com recurso ao Feedback do Coordenador.

- **Serviço de Psicologia e Orientação**

Esta atividade irá decorrer ao longo do ano letivo, tendo como responsável a Psicóloga. Será monitorizada com recurso ao seu Feedback.

- **ESMA – Escola Promotora de saúde: plano de prevenção de comportamentos de risco.**

Esta atividade irá decorrer ao longo do ano letivo, tendo como responsáveis a Equipa de saúde da ESMA. Será monitorizada com recurso ao Feedback do Coordenador.

- **Dinamização de formação: (Gestão de comportamentos; Perturbações de hiperatividade e défice de atenção; Comunicação pedagógica na sala de aula; Prevenção de *bullying*; Outras).**

Esta atividade irá decorrer ao longo do ano letivo, tendo como responsáveis a entidade formadora da ESMA e o conselho executivo. Será monitorizada com recurso ao número de ações concretizadas e o número de participantes.

E. Regulamento Interno

No que se refere ao Regulamento Interno, este define o regime de funcionamento da instituição de ensino, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, bem como, os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar. Do documento recolhemos a informação sobre o regime de funcionamento da ESMA, nomeadamente, a oferta educativa, o funcionamento do conselho executivo, dos departamentos curriculares, do conselho de turma, e da APEE. Também recolhemos informações sobre a estrutura de apoio educativo, os direitos e deveres dos membros da comunidade escolar, alunos e pais/E.E.

Neste sentido, importa mencionar que os Direitos e Deveres dos Membros da Comunidade Educativa, integrados no capítulo IV estão subdivididos pelo Pessoal Docente (Artigo 86.º ao Artigo 88.º) onde refere os direitos que cada docente detêm, sendo que, destacamos no Artigo 87.º , *“Cada docente tem direito a: a) Obter da ESMA as melhores condições possíveis de trabalho e ambiente; (...) c) Participar em ações de formação, aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos de acordo com a legislação em vigor; (...)”*. (Regulamento Interno da ESMA).

Posto isto, estes têm como deveres, reconhecidos no Artigo 88.º, sendo que, cada docente tem o dever de:

“b) Manter boas normas de civismo e ter uma correção exemplar no trato com os alunos, colegas, funcionários e encarregados de educação, bem como com todas as pessoas que se dirijam à ESMA; c) Manter a disciplina, ambiente de trabalho e bom relacionamento com os alunos; (...) e) Não impedir a entrada tardia dos alunos na sala de aula, sempre que haja razões justificadas; (...) g) Utilizar estratégias de aprendizagem diversificadas e adequadas aos alunos; h) Sensibilizar os alunos para os princípios e valores definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo, nomeadamente, liberdade, solidariedade, tolerância, autonomia, intervenção, civismo, espírito crítico; (...) r) Não autorizar a saída dos alunos durante a aula, salvo por motivo urgente e de reconhecida necessidade; (...) u) Comunicar ao diretor de turma, por escrito através do SGE, qualquer falta por motivos disciplinares; (...) x) Informar os alunos das regras de comportamento e das consequências do incumprimento das mesmas”. (Regulamento Interno da ESMA).

Relativamente aos alunos (Artigo 89.º e Artigo 90.º), estes veem no Regulamento Interno consagrados os seus direitos no Artigo 89.º, aqui importa destacar que

“O aluno tem direito a: a) Ter acesso a uma educação de qualidade, em condições de efetiva igualdade de oportunidades, que permita a realização de aprendizagens bem sucedidas; (...) d) Usufruir do ambiente e do projeto educativo que proporcionem as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico, para a formação da sua personalidade e da sua capacidade de autoaprendizagem e de crítica consciente sobre os valores, o conhecimento e a estética; (...) i) Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa; (...) w) Assistir à aula quando chegar atrasado, mesmo que já tenha sido marcada a respetiva falta de presença”. (Regulamento Interno da ESMA).

Por conseguinte, como deveres inerentes ao aluno estão consagrados no Artigo 90.º, e destacamos que este deve

“a) Estudar, empenhando-se na sua educação e formação integral; b) Tratar com respeito e correção qualquer elemento da comunidade educativa; (...) e) Respeitar as instruções do pessoal docente e não docente; f) Respeitar o exercício do direito à educação e ensino dos outros alunos; (...) h) Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração na ESMA de todos os alunos; (...) o) Trazer o material escolar necessário às suas atividades; (...) q) Não perturbar o normal funcionamento das aulas em quaisquer circunstâncias; r) Manter desligados e guardados telemóveis e outros equipamentos de comunicação e áudio dentro da sala de aula ou durante outras atividades curriculares, exceto para fins pedagógicos quando autorizados pelo professor. (...) t) Não comer, beber ou mastigar pastilha elástica na sala de aula e durante as restantes atividades; o disposto neste ponto não se aplica à ingestão de água, que é permitida; u) Não usar boné ou gorro na cabeça durante as aulas, salvo motivo devidamente justificado; (...) w) Ser assíduo, pontual e responsável no cumprimento do horário escolar e das tarefas que lhe foram atribuídas; (...) bb) Sair da sala de aula sempre que exigido pelo professor;” (Regulamento Interno da ESMA).

No que se refere aos pais/E.E. (Artigo 93.º ao Artigo 95.º) estes também detêm de direitos, presentes no Artigo 93.º, sendo que,

“Os pais e encarregados de educação têm o direito a: a) Participar na vida da ESMA e nas atividades da APEE; b) Informar-se, ser informado e informar a comunidade educativa sobre todas as matérias relevantes no processo educativo do seu educando; c) Comparecer na ESMA por sua iniciativa; d) Colaborar com os professores no processo ensino-aprendizagem do seu educando; e) Ser convocado para reuniões com o diretor de turma e ter conhecimento da hora semanal de atendimento; f) Ser informado, no final de cada período letivo, do aproveitamento, comportamento e assiduidade do seu educando; (...) h) Articular a educação na família com o trabalho escolar; (...) j) Ser recebidos na ESMA em sala própria para o efeito, num clima adequado à confidencialidade dos assuntos a tratar;” (Regulamento Interno da ESMA).

Como deveres presentes no Artigo 95.º,

“Os pais e encarregados de educação têm o dever de: a) Acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando; (...) c) Diligenciar para que o seu educando beneficie efetivamente dos seus direitos e cumpra pontualmente os deveres que lhe incumbem, com destaque para os deveres de assiduidade, de disciplina, de correto comportamento escolar e de empenho no processo de aprendizagem; d) Comparecer na ESMA quando para tal for solicitado ou sempre que julgue necessário; e) Colaborar com os professores no âmbito do processo de ensino-aprendizagem do seu educando; f) Promover a articulação entre a educação na família e o trabalho escolar; (...) k) Contribuir para o correto apuramento dos factos em processo disciplinar que incida sobre o seu educando e, sendo aplicada a esta medida disciplinar, diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da sua formação cívica, do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e do seu sentido de responsabilidade; (...) p) Colaborar com o diretor de turma na busca de soluções para situações-problema surgidas com o seu educando;” (Regulamento Interno da ESMA).

F. Estatuto do Aluno dos Ensinos Básicos e Secundários

Relativamente ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básicos e Secundários, este está implementado no Decreto Legislativo Regional nº12/2013/A de 23 de agosto de 2013, no qual consta os princípios gerais e organizativos do sistema educativo, nomeadamente, a assiduidade, o mérito, a disciplina, a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, o cumprimento da escolaridade obrigatória, a responsabilidade, a formação cívica, o sucesso escolar e a efetiva aquisição de saberes e competências. Assim, este documento foi importante para recolhermos informações sobre a disciplina e as medidas aplicadas aos alunos (infração disciplinar, participação e medidas disciplinares). Assim, importa realçar o capítulo VI intitulado de disciplina, no qual consta a infração disciplinar, sendo que, a sua participação (Artigo 36.º) deve ser feita por toda a comunidade escolar, ou seja,

“O professor ou membro do pessoal não docente que presencie ou tenha conhecimento de comportamentos suscetíveis de constituir infração disciplinar (...) deve comunicá-los imediatamente ao docente titular de turma, ao diretor de turma ou ao professor tutor, o qual, no caso de os considerar graves ou muito graves, os participa, no prazo de três dias úteis, ao conselho executivo”; “O aluno que presencie (...) deve comunicá-los imediatamente ao docente titular de turma, ao diretor de turma ou ao professor tutor (...).” (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013).

Posto isto, neste documento também constam as medidas disciplinares (Artigo 37.º ao Artigo 47.º), sendo que, as medidas disciplinares têm como finalidades (Artigo 38.º)

“(...) pedagógicas e preventivas, dissuasoras e de integração, visando, de forma sustentada, o cumprimento dos deveres dos alunos, a preservação da autoridade dos professores e dos demais funcionários, garantindo a correção do comportamento perturbador e o prosseguimento normal das atividades da escola.” (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013).

Assim, as medidas disciplinares podem ser preventivas e de integração ou sancionatórias. Nas medidas disciplinares preventivas e de integração (Artigo 40.º) temos a advertência que

“(…) consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno, perante um comportamento perturbador do funcionamento normal das atividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem, de forma a evitar este tipo de conduta responsabilizando-o pelo cumprimento dos seus deveres” esta “(…) advertência é da exclusiva competência do professor, na sala de aula, enquanto que, fora dela, é extensiva ao pessoal não docente.”. (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013).

Outra medida é a ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva a atividade escolar, esta é de

“(…) exclusiva competência do professor, aplicável ao aluno cujo comportamento impeça claramente o prosseguimento do processo de ensino e aprendizagem e prejudique os restantes alunos(…)”, contudo, é necessário estar reunidas as seguintes condições: “A escola disponha de espaço devidamente supervisionado para o qual o aluno possa, de imediato, ser encaminhado para desenvolver as tarefas ou atividades determinadas pelo professor; A duração do período de permanência no espaço alternativo seja igual ao tempo remanescente da atividade da qual o aluno foi excluído”. Isto “(…) não se aplica a alunos maiores de 16 anos, os quais, quando sujeitos as ordens de saída da sala de aula devem, de imediato, apresentar –se ao conselho executivo, que, ouvido o aluno, determina a eventual aplicação de medida disciplinar adicional”. (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013).

Esta ordem de saída da sala de aula origina uma marcação de falta ao aluno e a comunicação, por parte do docente que deu a ordem, ao D.T. para posterior comunicação ao E.E.

Também existe a realização de tarefas e atividades de integração na escola, esta

“(…) execução de atividades de integração na escola corresponde ao desempenho, em horário não coincidente com as atividades letivas, de um programa de tarefas que contribua para o reforço da formação cívica dos alunos, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, do seu espírito colaborativo e do seu sentido de responsabilidade” (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013).

Por fim, existe o condicionamento no acesso a determinados espaços escolares ou na utilização de materiais e equipamentos específicos, esta “(…) é uma medida que se destina a alertar o aluno para a necessidade de correção de comportamentos perturbadores do normal funcionamento das atividades escolares”. (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013). E a mudança de turma, esta “(…) é uma medida que se aplica nos casos em que o aluno manifeste comportamentos perturbadores do normal funcionamento das atividades letivas e prejudique o processo de ensino -aprendizagem dos colegas, e sempre que se constate que a integração noutra turma pode propiciar a alteração deste comportamento recorrente”. (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013).

Relativamente às medidas disciplinares sancionatórias (Artigo 41.º) temos a repreensão registada que quando *“(...) praticada no decurso das atividades escolares, é da competência do professor respetivo, sendo do presidente do conselho executivo nas restantes situações, averbando -se no respetivo processo individual do aluno (...)”*. (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013).

Também temos a suspensão da escola que pode ser até três dias úteis, na qual a:

“suspensão da escola consiste em impedir o aluno, de idade não inferior a 10 anos, de entrar nas instalações da escola, e aplica -se apenas quando seja reconhecidamente a única forma de responsabilizar o aluno pelo cumprimento dos seus deveres e nas situações em que o aluno manifeste um comportamento perturbador do funcionamento normal das atividades da escola e da vivência escolar, que se configure como uma infração disciplinar grave.” (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013).

Em casos mais graves, esta medida de suspensão da escola pode ser de quatro a dez dias úteis, na qual, *“(...) é precedida da audição em processo disciplinar do aluno visado, do qual constam, em termos concretos, os factos que lhe são imputados, os deveres por ele violados e a referência expressa à possibilidade de pronúncia sobre os factos e da defesa dos mesmos (...)”*. (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013). A aplicação de ambas as medidas é da competência do presidente do conselho executivo.

Por fim, temos a medida de transferência de escola a qual

“(...) compete ao membro do Governo Regional com competência em matéria de educação, após a conclusão do procedimento disciplinar (...) e reporta -se à prática de factos notoriamente impeditivos do prosseguimento do processo de ensino -aprendizagem dos restantes alunos da escola, ou do normal relacionamento com os membros da comunidade educativa”. Esta “(...) é aplicável apenas a alunos de idade igual ou superior a 10 anos e, frequentando o aluno a escolaridade obrigatória, desde que esteja assegurada a frequência de outro estabelecimento de ensino situado na mesma localidade ou na localidade mais próxima servida de transporte público ou escolar”. (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013).

E a medida de expulsão da escola, esta *“(...) compete ao membro do Governo Regional com competência em matéria de educação, (...) e ocorre quando reconhecidamente se constate não haver outro modo de responsabilizar o aluno no sentido do cumprimento dos seus deveres.”* (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013).

2. ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS

No que se refere as entrevistas, estas foram realizadas junto da Presidente do CE, da D.T. e da Presidente da APEE. O objetivo da sua aplicação foi a caracterização da amostra, bem como, a identificação dos pareceres dos entrevistados sobre vários aspetos relacionados com a escola, família e indisciplina. Importa mencionar que os entrevistados foram previamente informados sobre a temática e o objetivo do estudo, seguidamente, foi preenchido um consentimento informado para a realização e gravação da entrevista. Deste modo, em seguida

são apresentadas as respostas às questões colocadas sob a forma de tabelas de análise de conteúdo e uma breve análise das mesmas.

A. Ambiente Escolar

Tabela 1 - Questões relacionadas com o Ambiente Escolar

Categorias	Participantes da Investigação		
	Presidente do CE	D.T.	Presidente da APEE
Em geral, que opinião tem sobre a Instituição de Ensino?	<i>"Existe parâmetros a melhorar"</i>	<i>"Enfrenta alguns problemas, sendo um deles a elevada taxa de desmotivação dos alunos"</i>	<i>"Dentro dos padrões atuais"</i>
Na sua opinião, que aspetos podem ser melhorados?	<i>"Deve ser melhorado e revisto o processo de formação de docentes"; "O currículo do 3.º ciclo é muito extenso e violento e os alunos precisavam de estar menos horas na escola, para realizarem atividades extracurriculares"</i>	<i>"Reabilitar as instalações"; "Revisto o currículo do 3ºciclo possibilitando uma menor carga horária para que os alunos tenham tempo para as atividades extracurriculares"; "Docentes devíamos ter uma formação contínua para lidar com determinados problemas"</i>	<i>"Estamos bastante preocupados com a": "Degradações do edifício"; "Aumento da indisciplina"; "Aumento do consumo de drogas sintéticas"; "Discrepância entre os currículos atuais e os interesses dos alunos de hoje"; "Resistência à mudança por grande parte da classe docente"; "Falta de professores profissionalizados"</i>

As categorias estabelecidas relacionadas com o ambiente escolar (Tabela 1), questionamos os entrevistados sobre a opinião que detém em relação à instituição de ensino, no qual:

- A Presidente do CE defende que existe parâmetros a melhorar;
- A D.T. afirma que existe uma elevada taxa de desmotivação dos alunos;
- A Presidente da APEE refere que a instituição de ensino se encontra dentro dos padrões atuais.

Neste sentido, é notório que os profissionais que trabalham dia a dia na escola apresentam uma opinião idêntica, a de que, existe problemas e estes devem ser solucionados. Contudo, como refere Pereira (2016) no seu estudo, *"As escolas encontram-se de tal forma embrenhadas em formalidades que não encontram tempo para responder eficazmente aquilo que deve ser a sua missão educativa, nem para atuar prontamente e com eficácia em matéria disciplinar."* (p.19).

Outra categoria pertinente que se colocou aos entrevistados, foi quais os aspetos que consideram que podem ser melhorados na instituição de ensino. Assim:

- A Presidente do CE afirma que devem ser melhorados e revistos o processo de formação dos docentes e o currículo do 3º ciclo deve ser repensado;
- A D.T. menciona que se deve reabilitar as instalações, rever o currículo do 3º ciclo possibilitando uma menor carga horária e os docentes deviam ter uma formação contínua;
- Por outro lado, a Presidente da APEE elencou um conjunto de preocupações, entre elas, a degradação do edifício, o aumento da indisciplina, o aumento do consumo de drogas, a discrepância entre os currículos atuais e os interesses dos alunos, a resistência à mudança por parte dos docentes e a falta de docentes profissionalizados.

Importa referir que todos estes aspetos elencados pelos entrevistados leva-nos a concluir que existem todos os fatores suscetíveis a influenciar o aparecimento de problemas comportamentais, pois, como refere Pereira (2016), “(...) *infraestruturas fracas ou danificadas; insuficiência de recursos financeiros ou má aplicação dos mesmos; horários desajustados; falta de pessoal auxiliar e de equipamentos; elevado número de alunos por turma; incongruências na atuação ao nível disciplinar (...).*” (p.18), originam o aparecimento de problemas comportamentais nos alunos, sendo que, a instituição alvo do estudo apresenta, segundo os entrevistados, alguns desses fatores potenciadores de indisciplina.

Por conseguinte, os entrevistados, em consenso, elencaram um conjunto de medidas, que aplicadas poderiam melhorar a qualidade da instituição de ensino, sendo essas, a reabilitação das instalações escolares, repensar o currículo do 3º ciclo de forma a reduzir a carga horária dos alunos possibilitando um maior envolvimento destes nas atividades extracurriculares e melhorar o processo de formação dos docentes de forma a prepara-los para os problemas atuais presentes nas escolas. Porém estas soluções “(...) *não dependem da atuação dos órgãos de decisão. A sua autonomia é muito limitada e a atuação dos diretores está balizada por leis emanadas da tutela (...).*” (Pereira, 2016, p.18-19).

B. Indisciplina Escolar

Tabela 2 - Questões relacionadas com a Indisciplina Escolar

Categorias	Participantes da Investigação		
	Presidente do CE	D.T.	Presidente da APEE
Nos últimos 5 anos, notou alguma diferença ao nível da indisciplina na escola?	<i>“Sim, o nível de indisciplina tem aumentado”; “Respeito pelas regras existentes tem diminuído”; “Os E.E. têm uma grande tendência para desculparem os filhos”</i>	<i>“Sim, nota-se um crescente aumento da indisciplina”; “Uma falta de respeito pela figura do professor”</i>	<i>“Sim”; “A tendência tem sido aumentar”</i>
Na sua opinião, o que deveria ser feito na escola, para reduzir os casos de indisciplina?	<i>“Os professores teriam de estabelecer regras muito firmes desde o primeiro dia de aulas”; “Os E.E. teriam de respeitar as regras existentes na escola e trabalhar com os seus educando a importância do seu cumprimento”</i>	<i>“Formar os docentes nessa matéria”; “Repensar um currículo que vá ao encontro das expectativas dos alunos”; “Envolver os E.E. para o trabalho em casa das regras estabelecidas na escola”</i>	<i>“Tornar a escola/ o currículo mais apelativa/ o aos olhos dos alunos”; “Métodos pedagógicos alternativos”; “Desenvolvimento do espírito crítico”; “Relevar a importância das expressões”; “Não permitir que o aluno sinta que a escola já desistiu dele”</i>
Que métodos considera serem mais eficazes em termos de prevenção e de resposta ao problema? E quais os menos eficazes?	<i>Mais eficazes – “Levar os alunos a perceber a importância das regras”; “Não vacilar na aplicação das mesmas” Menos eficazes – “Não exigir o cumprimento das regras”</i>	<i>Mais eficazes – “Apresentar as regras e a sua importância”; “Estabelecer com os E.E. uma comunicação regular e aberta” Menos eficazes – “A punição por meio da suspensão e da expulsão da sala de aula”; “Docentes ignorarem ou minimizarem atos de indisciplina”</i>	<i>Mais eficazes – “Um suporte, transversal e em rede (...) que permita o acompanhamento destes casos de forma o mais construtiva possível” Menos eficazes – “A punição”</i>

Considera que o atual Estatuto do Aluno regulamenta convenientemente as respostas à indisciplina?	<i>“Antes da regulamentação do Estatuto do Aluno, é necessário que professores e E.E. percebam a importância da existência de disciplina numa sala de aula”</i>	<i>“Não, porque regula pela punição do aluno e não apresenta métodos de contornar esse comportamento”</i>	<i>“Regulamenta com base na punição, pelo que (...) não me parece ser a via mais apropriada”</i>
Como descreve um aluno indisciplinado?	<i>“Um aluno que não respeita as regras de sala de aula e não permite o normal funcionamento de uma aula, impedindo que os colegas tenham a possibilidade de construir a sua aprendizagem num ambiente calmo e favorável à mesma”</i>	<i>“Aluno indisciplinado é aquele que demonstra frequentemente comportamentos desafiantes e inadequados dentro do ambiente escolar”; “Existem dois tipos de alunos indisciplinados os que querem ser “engraçadinhos” e os que têm realmente um total desinteresse pela escola e uma enorme indisciplina”</i>	<i>“Um aluno que não cumpre as regras de convivência em sociedade”; “Destabiliza a comunicação”; “Torna o ambiente tenso dentro da sala e/ou espaços exteriores”; “Não respeita os colegas, professores e toda a restante comunidade educativa”</i>

No que se refere ao tópico da indisciplina escolar (Tabela 2), todos os entrevistados referiram que nos últimos 5 anos ocorreu um aumento da indisciplina na escola. De notar que:

- A Presidente do CE refere que tem diminuído o respeito pelas regras existentes e os E.E. tendem a desculpar os seus educandos perante comportamentos indisciplinados;
- A D.T. menciona que existe uma falta de respeito dos alunos perante a figura do docente.

Neste sentido, como refere Gomes (2020) no seu estudo, o tema da indisciplina não é um fenómeno recente relacionado com uma geração ou faixa etária, este sempre esteve presente nas escolas portuguesas, *“(...) contudo, tem-se verificado nos últimos anos, a par do agravamento das condições económicas e sociais, o aumento da ocorrência de comportamentos de indisciplina nas nossas escolas (...).”* (p.5).

Posto isto, questionou-se sobre o que devia ser feito na escola para reduzir tais casos de indisciplina, sendo que:

- A Presidente do CE refere que os docentes devem estabelecer as regras no primeiro dia de aulas, e os E.E. devem respeitar as regras existentes na escola e trabalhar com os seus educandos a importância de as cumprir;
- A D.T., sugere que se deve formar os docentes na temática da indisciplina, repensar o currículo para que vá ao encontro das expectativas dos alunos e envolver os E.E. para o trabalho das regras estabelecidas na escola;
- A Presidente da APEE menciona também que se deve tornar o currículo mais apelativo aos olhos dos alunos, criar métodos pedagógicos alternativos, desenvolver o espírito crítico, relevar a importância das expressões e não permitir que o aluno sinta que a escola o abandonou.

Isto leva-nos a concluir que a redução da indisciplina passa pela figura do docente e dos métodos que este utiliza, mas não só, esta também passa pela família, pois como refere Carvalho (2018, p.16) nos seus estudos, *“(...) É na família que se faz a aprendizagem de*

dimensões significativas da interação: contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais e relações afetivas(...)”, e segundo Correia (2014, p.19), “os comportamentos desviantes dos jovens são altamente influenciados pelo comportamento familiar (...)”. Assim, torna-se necessário que os E.E. conheçam as normas/ regras escolares, para que, junto do seu educando as transmitam e trabalhem, e deste modo, não criem diferenças entre o comportamento aceitável na escola e em casa.

Relativamente aos métodos de prevenção e de resposta ao problema da indisciplina os entrevistados consideram mais eficiente apresentar e levar os alunos a entender a importância das regras, não hesitar na aplicação das regras, estabelecer com os E.E. uma comunicação regular e aberta e criar um suporte, transversal e em rede que permita o acompanhamento dos casos de indisciplina. Como menos eficácia, mencionaram não exigir o cumprimento das regras, os docentes ignorarem ou minimizarem os atos de indisciplina e a punição por meio da suspensão e da expulsão da sala de aula.

Neste sentido, é de realçar que todos os métodos de prevenção mencionados pelos entrevistados como adequados, são iniciativas de diálogo com o intuito de, junto do aluno, transmitir as normas de conduta adequadas e fazer com que este as entenda e repense o seu comportamento. Assim, estes métodos vão ao encontro das conclusões de Valente (2014), o qual citando Kolesnik (1970) refere que como medida de prevenção para comportamentos indisciplinados temos de “*informar os alunos das regras que regulam o funcionamento da sala de aula*”. (p.37). Mencionamos ainda que

“(…) uma boa gestão da aula está na base da prevenção da indisciplina, na medida em que a organização de boas aulas, a nível de gestão de tempo, programação e adequação aos interesses dos alunos, vai incentivá-los a ficarem mais motivados e concentrados no processo de ensino aprendizagem, evitando, assim, distrações e casos de indisciplina. (...)” (Martins & Teixeira, 2014, p. 87-88).

Assim, existem dois tipos de estratégias para lidar com a indisciplina, as estratégias preventivas “(…) executadas antes da ocorrência dos comportamentos de indisciplina, com o objetivo de diminuir ou anular os fatores que possam perturbar o desenvolvimento da aula (...)” (Cabral, 2022, p.9). E as estratégias remediativas aplicadas após situações de indisciplina, sendo que, nesta categoria englobam estratégias corretivas, utilizadas quando o comportamento indisciplinado não é considerado como muito grave

“(…) este tipo de estratégias pode ter por base o diálogo com os alunos e/ou encarregados de educação ou a utilização de advertências (verbais ou escritas)” (Picado, 2009, citado por Cabral, 2022, p.10). E as estratégias punitivas que “(…) visam a cessação imediata de comportamentos de indisciplina através da utilização de autoridade (...)” (Almog & Anzari, 2019, citado por Cabral, 2022, p.10).

No que diz respeito ao Estatuto do Aluno, este tem “(…) como objetivo promover o mérito, a assiduidade, a responsabilidade, a disciplina, a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, a sua formação cívica, o cumprimento da escolaridade obrigatória, o sucesso escolar e educativo e a efetiva aquisição de conhecimentos e capacidades.” (Martins & Teixeira, 2014, p.87). Assim, os entrevistados consideram que este diploma não responde convenientemente ao problema da indisciplina. Estes afirmam que antes da regulamentação do Estatuto do Aluno

é necessário que docentes e E.E. percebam a importância da existência de disciplina no contexto escolar. Outro argumento apresentado pelos entrevistados é de que este documento regula na base da punição, o que não aparenta ser a via mais apropriada para solucionar o problema.

Neste sentido no dizer de Jean-Pierre & Parris (2018, citado por Cabral, 2022, p.17) “(...) a literatura destaca o crescente consenso de que as estratégias punitivas são ineficazes, podendo ter impacto negativo nos alunos, uma vez que não promovem comportamentos adequados nem a autorregulação (...)”. Contudo, estas estratégias são muito utilizadas pelas escolas para lidar com a indisciplina, estando regulamentadas na documentação de todas as escolas. A “(...) aplicação repetida de estratégias punitivas pode privar os alunos da aprendizagem (...)” (Jean-Pierre & Parris, 2018, citado por Cabral, 2022, p.17).

Na nossa opinião, o ato de punir o aluno, por exemplo com uma suspensão, é muitas vezes considerado por este como um prêmio, uma vez que, fica impossibilitado de entrar na instituição de ensino. Provoca ainda um mau ambiente psicossocial o qual, por sua vez, pode afetar negativamente a interação e a motivação para participar na sala de aula.

Evidentemente que importou saber como os sujeitos entrevistados descrevem um aluno indisciplinado, assim:

- A Presidente do CE descreve como um aluno que não respeita as regras de sala de aula e não permite o normal funcionamento da aula;
- A D.T. descreve como um aluno que demonstra frequentemente comportamentos desafiadores e inadequados, sendo que, menciona que para si existe dois tipos de alunos indisciplinados, os que querem ser engraçados e os que realmente sentem um total desinteresse pela escola;
- A Presidente da APEE afirma que na sua opinião um aluno indisciplinado é aquele que não cumpre as regras de convivência em sociedade, que destabiliza a comunicação, torna o ambiente tenso e não respeita os colegas, docentes e restante comunidade educativa.

Por conseguinte, um aluno indisciplinado é apenas uma criança ou jovem que ainda não desenvolveu o seu conceito de autodisciplina, não tomou consciência de que o seu comportamento prejudica o processo de ensino/aprendizagem, quer o seu como o dos seus colegas. Por outras palavras, um aluno indisciplinado é aquele que não cumpre as regras de convivência, não respeita os colegas, docentes e toda a restante comunidade educativa, impedindo a possibilidade de construir a sua aprendizagem num ambiente calmo e favorável à mesma.

C. Relação Aluno – Docente

Tabela 3 - Questões relacionadas com a Relação Aluno - Docente

Categorias	Participantes da Investigação		
	Presidente do CE	D.T.	Presidente da APEE
O vínculo afetivo entre docente e aluno pode significar um recurso importante em relação à indisciplina?	<i>"Sim"</i>	<i>"Sem dúvida"; "Vínculo também promove o respeito entre aluno e professor"</i>	
Na sua perspetiva o que poderá provocar no docente a vivência em contextos de indisciplina?	<i>"Desmotivação"; "Ansiedade"</i>	<i>"Desmotivação"; "Frustração"; "Desânimo"; "Stress"</i>	
Recebeu instruções de como deve agir face às situações de indisciplina?	<i>"Na minha formação (aquando da licenciatura); "Aquando da realização do estágio pedagógico"</i>	<i>"Sim, durante a minha formação na licenciatura"</i>	
Considera que os professores deveriam receber na sua formação conteúdos sobre como lidar com a indisciplina?	<i>"Claro, que sim"</i>	<i>"Sim"</i>	
Quais as alterações que entende pertinentes na Legislação ou no Estatuto do Aluno para aumentar a disciplina na escola?	<i>"Necessário que professores e E.E. percebam a importância da (...) disciplina (...)"</i>	<i>"Clarificar e fortalecer as regras"; "Promover a formação e capacitação de professores"; "Investir em programas de educação socio emocional"</i>	<i>"A legislação (...) não resulta em nenhuma mudança significativa"; "É preciso ir mais fundo e convocar todos no sentido de devolver alguma tranquilidade à escola"</i>
Relativamente à turma em análise, considera que existe um problema de indisciplina a nível de grupo ou apenas em alguns alunos?		<i>"Apenas alguns alunos"</i>	
Enquanto D.T. que medidas toma em relação à indisciplina?		<i>"Ações de indisciplina são relatadas aos E.E."; "Ações mais gravosas é comunicado ao conselho executivo"</i>	

Relativamente à categoria da relação aluno-docente (Tabela 3), os entrevistados concordam que o vínculo entre docente e aluno pode significar um recurso importante em relação à indisciplina. Pois, num estudo realizado por Pinto (2001) citado por Valente (2014), refere que um clima de abertura entre o docente e os alunos favorece a disciplina, e neste sentido os seguintes fatores favorecem a disciplina:

"(...)a relação de amizade entre o professor e os alunos; a atmosfera e clima de liberdade; o espaço para estimular a criatividade do aluno; o interesse pelo trabalho, devido à motivação proporcionada pelo professor, cooperação entre professor/ alunos e entre pares; o sentido de humor do professor; o professor compreensivo, utilizando um esquema de aula flexível; o professor pouco rigoroso nas faltas e na aplicação de castigos; a liberdade de escolher o trabalho a desenvolver; atividades de animação e dinâmica de grupo." (Valente, 2014, p. 37-38)

No que se refere ao docente, questionou-se os entrevistados (Presidente do CE e D.T.) sobre o que pensa que pode provocar no docente a vivência em contextos de indisciplina, sendo que, as respostas foram sentimentos negativos no qual destacamos a desmotivação, ansiedade, frustração e stress. Assim, podemos mencionar que *“(...) a indisciplina constitui um dos principais desafios pedagógicos da atualidade, já que ela afeta não só a prática pedagógica do professor, mas também lhe cria “stress” e inquietação, fazendo-lhe despertar um sentimento de frustração, angústia, impotência, humilhação e desnorte nas suas funções”*. (Martins, 2014, p.166).

Neste seguimento, Costa (2011) citado por Pereira (2016), realizou um estudo onde

“(...) evidencia que os professores se mantêm ligados permanentemente à escola, pois levam para casa imensas tarefas para realizar e preocupações com os incidentes diários, impedindo-os de descansar e provocando-lhes, conseqüentemente, um grande desgaste. Ainda que o professor seja profissionalmente excelente, encontra sempre muitas dificuldades na gestão da aula, sobretudo pela falta de concentração, empenho e respeito dos alunos”. (Pereira, 2016, p.11)

Posto isto, tornou-se importante saber se estes receberam formação para lidar com a indisciplina e se consideram importante que os docentes recebam esse tipo de formação. Assim, ambos os entrevistados referiram que receber formação aquando da sua formação e consideram fundamental que os docentes recebam formação nesta área. Logo, *“(...) É fundamental uma formação (inicial, contínua) adequada de professores, direcionada para a aquisição de competências de gestão da sala de aula, o que pode ser uma ferramenta importante para solucionar esses problemas disciplinares”*. (Rego, 1996, citado por Martins & Teixeira, 2014, p.88).

Abordando o Estatuto do Aluno importou questionar os três entrevistados sobre as alterações que entendem pertinentes para aumentar a disciplina na escola, sendo que:

- A Presidente do CE considera necessário que docentes e E.E. percebam a importância da disciplina;
- O D.T. considera que se deveria clarificar e fortalecer as regras, promover a formação e capacitação dos docentes e investir em programas de educação socio-emocional;
- A Presidente da APEE considera que a legislação não resulta em nenhuma mudança significativa, pelo que, se deve envolver toda a comunidade educativa de forma a devolver alguma tranquilidade à escola.

Por fim, questionou-se a D.T. sobre a turma em estudo, pelo que, esta afirmou que a indisciplina está presente em alguns alunos, contudo, como a turma se trata de um grupo o comportamento de uns influencia e prejudica a turma no seu todo. Assim, esta afirma que, enquanto D.T. toma um conjunto de medidas para lidar com a indisciplina, sendo que, estas passam por relatar os casos de indisciplina aos E.E. e em casos mais graves comunicar ao conselho executivo.

D. Relação Escola – Família

Tabela 4 – Questões relacionadas com a Relação Escola – Família

Categorias	Participantes da Investigação		
	Presidente do CE	D.T.	Presidente da APEE
Como vê a relação entre a escola e os E.E.?	<i>“Deveria ser uma relação em que existisse respeito mútuo”</i>	<i>“Uma relação normal”; “Devia existir um maior envolvimento por parte dos E.E.”</i>	
Considera suficiente o envolvimento dos E.E.?	<i>“Considero”; “Os E.E. confundem envolvimento com a possibilidade de “mandarem” na escola”</i>	<i>“Não”; “Apenas vêm a escola quando são convocados”</i>	
Na sua formação inicial foram abordados temas relacionados com o tópico “relação escola-família”? E atualmente, sente necessidade de formação sobre esta temática?	<i>“A minha formação inicial foi muito completa e abordamos esses temas”</i>	<i>“Durante a minha licenciatura abordados essa temática”</i>	
Na sua opinião, como se deve aperfeiçoar a articulação escola-família e fomentar o envolvimento dos E.E. na escola?	<i>“Levá-los a perceber que a escola (...) realiza procedimentos e adota medidas que visam a formação do aluno como um todo”</i>	<i>“Criar dinâmicas que envolvam os E.E. na escola”</i>	
Tem conhecimento das medidas tomadas pelos E.E. perante as situações de indisciplina?	<i>“Tenho e são muito díspares”; “Alguns são muito exigentes (...) aplicam medidas no sentido de alterar o comportamento dos filhos”; “Muitos desvalorizam (...) e questionam tudo o que foi relato pelos professores ou pelo pessoal de ação educativa”</i>	<i>“Sim”; “Alguns E.E. (...) dizem que vão aplicar castigos”; “Outros questionam o que foi relatado”</i>	<i>“Sim”</i>
Concorda com a afirmação de que a falta de noção de regras e limites das crianças é causada pela formação que recebem das famílias?	<i>“Em alguns casos sim”</i>	<i>“Por um lado, sim, mas por outro não”; “Existe alunos que em casa se comportam de uma forma correta e na escola são o oposto”</i>	<i>“Também, mas não só”; “Estou convicta de que o respeito e os limites podem e devem ser também impostos pelos docentes”</i>
Como é o funcionamento da APEE?			<i>“Tenta sempre fazer parte da solução e nunca dos problemas, não obstante ser o mensageiro entre os E.E. e os docentes/órgãos executivos”</i>
Quando realiza assembleias gerais com os E.E., estes aderem?			<i>“Lamentavelmente não”</i>

Em média, que percentagem de E.E. participa nas assembleias?			<i>"Um grupo muito residual que num universo de 900 alunos, talvez não ultrapasse os 15 E.E."</i>
Aqueles E.E. que não participam, mais tarde têm interesse em obter informações?			<i>"Também não"</i>
Qual pensa ser a principal razão pela qual os E.E. não participam nas assembleias?			<i>"Não sei"; "O que sinto é que os EE só procuram a associação quando já existe um conflito aberto entre estes e os docentes/conselho executivo"</i>
Que tipo de atividades ou estratégias a APEE realiza para atrair os E.E.?			<i>"Ainda não tivemos muito tempo para dinamizar atividades às quais nos propusemos"; "Abrimos diferentes canais de comunicação, para que os EE cheguem à associação com enorme facilidade"; "Divulgamos diversas palestras a acontecer pontualmente no concelho no âmbito da educação"</i>
Neste ano letivo, quantas vezes convocou os E.E. para reuniões?		<i>"Tirando situações pontuais (...) foram três vezes, uma no início do ano, e outras duas no final de cada período"</i>	
Qual a adesão dos E.E. a essas reuniões?		<i>"Nas reuniões de entrega de notas por norma todos os E.E. comparecem"</i>	
Descreva a sua prática de trabalho junto dos E.E. (ex. tipo de contatos que estabelece, frequência desses contatos, etc).		<i>"Através de contatos telefónicos, por email e utilizando a plataforma SIGE"</i>	
Considera que a APEE ajuda no combate à indisciplina?	<i>"Considero, mas depende da Associação de Pais e E.E."</i>	<i>"A associação de pais tenta ajudar, no entanto tem uma adesão muito baixa"</i>	
Considera que a atual Direção Escolar tem perfil adequado para resolver os problemas de indisciplina?		<i>"Considero que sim"</i>	<i>"Sim, sem dúvida"</i>
Na sua opinião, o que devia fazer a Direção Escolar para diminuir a indisciplina?		<i>"A direção escolar faz o que pode para diminuir a indisciplina"; "Diminuição da indisciplina deve ser baseada numa compreensão das necessidades e desafios específicos da escola e comunidade"</i>	<i>"Acho que o atual elenco executivo gere a indisciplina de forma muito assertiva"; "A solução não passa por um único interveniente, mas sim por um compromisso alargado entre alunos, escola, tutela e políticas educativas"</i>

Relativamente à categoria da relação escola-família (Tabela 4), questionou-se dois entrevistados (Presidente do CE e D.T.) sobre como vê a relação entre a escola e os pais/E.E., no qual:

- A Presidente do CE menciona que deveria ser uma relação onde existisse um respeito mútuo;
- A D.T. afirma ser uma relação normal, contudo, deveria existir mais envolvimento dos E.E.

Há questão se considera suficiente esse envolvimento:

- A Presidente do CE afirma que considera, mas os E.E. confundem o seu envolvimento com a possibilidade de mandarem na escola;
- A D.T. opina diferente, pois menciona que os E.E. apenas se dirigem a escola quando são convocados.

Neste sentido, importa destacar o papel do E.E., sendo que, a estes

“(…) cabe a tarefa responsável de acompanhar o processo formativo dos seus educandos, desenvolvendo-lhes as primeiras aprendizagens, transmitir-lhes valores e normas de socialização, intervir no processo disciplinar e de cumprimento de normas dos seus educandos, conhecer os direitos e deveres dos alunos estipulados no Regulamento Interno da escola e ainda desenvolver um trabalho conjunto com o professor, interessando-se pela vida escolar do seu educando (…)” (Martins & Teixeira, 2014, p. 89).

Em relação à categoria ‘Escola-Família’, esta está prevista no Regulamento Interno das escolas, a qual nos seus Artigos 93º e 95º os Pais e E.E. vêm exibidos os seus direitos e deveres. Contudo, concordando com a opinião de Sampaio (2015) citado por Carvalho (2018, p.10) “(…) a escola atual envolve pouco as famílias (…)”.

Importou ainda questionar os entrevistados (Presidente do CE e D.T.) sobre se detinham de formação sobre o tópico relação escola-família pelo que ambas responderam que sim, uma vez que, lhes foi dada aquando da sua licenciatura. Ainda quisemos saber a sua opinião sobre o que fazer para aperfeiçoar essa articulação, pelo que:

- A Presidente do CE mencionou que se deve levar os E.E. a perceber que a escola visa a formação do aluno como um todo;
- A D.T. menciona que se deve criar dinâmicas que envolvam os E.E. na escola.

Posto isto, aos três entrevistados foi questionado se tinham conhecimento das medidas tomadas pelos E.E. perante as situações de indisciplina, pelo que, na sua totalidade todos responderam que sim, afirmam que uns aplicam medidas (castigos) para alterar o comportamento dos seus educandos e outros desvalorizam e questionam tudo o que foi relatado. Quisemos averiguar se concordavam com a afirmação de que a falta de noção de regras e limites das crianças é causada pela formação que recebem das famílias, sendo que, todos afirmam que sim, mas não só:

- A D.T. afirma que existe alunos que em casa se comportam de uma forma correta e na escola não;
- A Presidente da APEE considera que o respeito e os limites podem e devem ser também impostos pelos docentes.

Relativamente à APEE, a sua prática está regulada no Regulamento Interno da escola (Artigo 82º), “(...) é uma entidade sem fins lucrativos que se rege por estatutos próprios e pelas leis aplicáveis, constituída pelos pais e encarregados de educação dos alunos da ESMA que a ela se associem” (Artigo 82º do Regulamento Interno da ESMA). Assim, no que se refere à Presidente da APEE, importou realizar algumas questões sobre como funciona a associação, pelo que respondeu que tentam sempre fazer parte da solução e nunca dos problemas, embora sejam o mensageiro entre os E.E. e os docentes/ órgãos executivos. No que se refere as reuniões que realiza, infelizmente não tem muita adesão por parte dos E.E., pois afirma que num universo de 900 alunos, talvez não ultrapasse os 15 E.E. e os E.E. que não participam nas reuniões mais tarde não têm interesse em obter informações. Além disso, quisemos saber qual pensa ser a principal razão por esta baixa adesão, pelo que a Presidente afirmou que não sabia, mas o que sente é que os pais/EE só procuram a associação quando já existe um conflito aberto entre estes e os docentes/conselho executivo.

No seguimento, foi importante saber que tipo de atividades a associação desenvolve para atrair os E.E., pelo que, afirmou que ainda não detiveram de tempo para dinamizar as atividades a que se propuseram, contudo, realizaram algumas estratégias que passaram por abrir diferentes canais de comunicação, para que os E.E. cheguem à associação e divulgaram diversas palestras no âmbito da educação.

No que se refere ao papel do D.T., encontra-se regulamentado nos Artigos 48º e 49º do Regulamento Interno da escola. Assim, “3. A função de diretor de turma assume um papel nuclear no âmbito da ação educativa da ESMA, na medida em que as suas múltiplas competências fazem dele um elo de ligação entre os diversos intervenientes na vida da ESMA (alunos, professores, pais/encarregados de educação).” (Artigo 48º do Regulamento Interno da ESMA). Como competências o D.T. deve, entre outras,

“d) Apreciar ocorrências de natureza disciplinar e proceder à sua triagem e encaminhamento nos termos da legislação em vigor; e) Assegurar a participação dos alunos, professores e pais/encarregados de educação na aplicação de medidas educativas decorrentes da apreciação de situações de natureza disciplinar; (...) i) Contactar com os pais e encarregados de educação, mantendo-os constantemente informados do processo educativo do aluno e fomentando o seu envolvimento na ESMA;” (Artigo 49º do Regulamento Interno da ESMA).

Deste modo, há D.T. questionou-se sobre quantas reuniões realizou com os E.E, sendo que, esta declarou que foram três (tirando situações pontuais), nestas reuniões a adesão dos E.E. é notória. Ainda se quis saber qual era a sua prática de trabalho junto dos E.E., sendo que, a D.T. afirmou que esse contacto é através de contactos telefónicos, por email e utilizando a plataforma SIGE.

Efetivamente questionámos a Presidente do CE e a D.T. sobre a sua opinião acerca do contributo que a APEE dava em relação a indisciplina, pelo que ambas mencionaram que consideram que a associação ajuda, contudo depende da associação e da adesão dos E.E.

Por outro lado, questionámos a D.T. e a Presidente da APEE sobre a sua opinião acerca da atual direção escolar, uma vez que, se quis saber se tinha um perfil adequado para resolver os problemas de indisciplina, pelo que, ambas afirmaram que sim. Consideram que tem e a direção faz o que pode para diminuir a indisciplina, sendo que, a Presidente da APEE afirma que a

solução não passa por um único interveniente, mas sim por um compromisso alargado entre alunos, escola, tutela e políticas educativas.

3. ANÁLISE AOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO

No que se refere aos Inquéritos por Questionário, estes foram aplicados a Alunos, Docentes e pais/E.E. O objetivo da sua aplicação foi a caracterização da amostra, o método de atuação, bem como, a identificação das opiniões dos inquiridos sobre vários aspetos relacionados com a escola, família e indisciplina. Deste modo, em seguida são apresentados os resultados às questões colocadas sob a forma numérica, acompanhada de uma breve análise.

3.1. - Resultados do Inquérito por Questionário aos Alunos

Parte II – Atitude Face à Escola

- **Item 1 – Importância da escola na vida do Aluno**

Neste item, os alunos detinham como opção de resposta: muito importante; importante; pouco importante; e nada importante. Assim, na sua maioria, os alunos consideraram importante a escola na sua vida (10 alunos responderam importante, 3 muito importante, 3 alunos pouco importante e 1 aluno respondeu nada importante).

- **Item 2 – Em termos de estudos, o que os Alunos pretendem seguir**

Neste item, os alunos detinham como opção de resposta: depois do 9º ano, seguir um curso profissional; fazer o 12º ano e trabalhar; e ir para o ensino superior. Na sua maioria os alunos responderam que pretendiam terminar o 9ºano e prosseguir um curso profissional (9 alunos responderam terminar o 9ºano e seguir um curso profissional, 6 alunos querem ingressar no ensino superior, 1 aluno pretende fazer o 12ºano e trabalhar e 1 aluno não respondeu à questão).

- **Item 3 – Grau de interesse do E.E. pelo percurso escolar do Aluno**

Neste item, os alunos detinham como opção de resposta: nenhum; pouco; muito; e bastante. Assim, na sua maioria os alunos consideram que o seu E.E. é bastante interessado pelo seu percurso escolar (13 alunos responderam bastante e 4 alunos muito, sendo que, as opções nenhum e pouco não obtiveram nenhuma seleção).

- **Item 4 – Tipos de aulas que mais motivam os Aluno**

Os alunos detinham como opção de resposta: aula expositiva (exposição oral/escrita do conteúdo pelo professor); aula interativa (utiliza a tecnologia para promover um ensino-aprendizagem completo e flexível); realização de trabalho em grupo; e recurso a elementos multimédia. Assim, podendo selecionar mais do que uma opção, estes responderam que se sentem mais interessados e motivados por aulas interativas e aulas com recurso à realização de trabalhos em grupo (12 alunos selecionaram aulas interativas, 9 alunos realização de trabalho em grupo, 5 alunos o recurso a elementos multimédia e 4 alunos selecionaram aulas expositivas).

Parte III – Questões sobre o Comportamento

- **Item 1 – Onde existe mais regras na opinião do Aluno**

Neste item, os alunos detinham como opção de resposta casa ou escola. Sendo que, na sua maioria os alunos sentem que estão expostos a mais regras na escola, do que, em casa (13 alunos responderam na escola e 4 alunos responderam em casa).

- **Item 2 – Como o Aluno vê o seu comportamento**

Neste item, os alunos detinham como opção de resposta disciplinado ou indisciplinado. Na sua maioria, os alunos avaliam o seu comportamento como disciplinado (12 alunos consideram que têm um comportamento disciplinado e 5 alunos têm consciência que o seu comportamento é indisciplinado).

- **Item 3 – Opinião dos Alunos sobre os seus colegas**

Neste item, os alunos detinham como opção de resposta sim ou não. Aqui, foi nossa intenção saber se os alunos consideravam os seus colegas indisciplinados, sendo que, obtivemos uma resposta unânime, todos concordam que estes são indisciplinados, ou seja, dos 17 alunos todos selecionaram essa opção.

- **Item 4 – Opinião do Aluno sobre o ambiente em sala de aula**

Neste item, os alunos detinham como opção de resposta: barulhento; calmo; descontraído; disciplinado; indisciplinado; e desorganizado. Assim, a maioria alerta para o facto de o ambiente em sala de aula, ser um ambiente barulhento (7 alunos consideram ser barulhento, 4 alunos afirmam ser desorganizado, 4 alunos afirmam ser indisciplinado, 2 alunos afirmam ser descontraído, e as opções calmo e disciplinado não foi selecionada por nenhum aluno).

- **Item 5 – O quanto incomodado se sente o Aluno pelos comportamentos dos colegas**

Neste item, os alunos detinham como opção de resposta: nada; pouco; muito; e bastante. Foi nossa intenção saber o quanto incomodado se sentia o aluno com os comportamentos indisciplinados dos colegas, sendo que, muitos afirmam que se sentem pouco incomodados (7 alunos afirmam se sentir pouco incomodados, 4 alunos afirmam se sentir muito incomodados, 3 responderam bastante, 2 alunos não se sentem nada incomodados e 1 aluno não respondeu à questão).

Parte IV – Indisciplina na Escola

- **Item 1 – Participações escritas por mau comportamento**

Os alunos detinham como opção de resposta sim ou não. Aqui foi nossa intenção saber se já obtiveram alguma participação escrita por mau comportamento, sendo que, na sua maioria já tiveram (12 alunos responderam que sim e 5 alunos responderam não).

- **Item 2 – Suspensão**

Neste item, os alunos detinham como opção de resposta sim ou não, sendo que, a intenção era saber se alguma das medidas aplicadas como sanção ao aluno pelo seu mau comportamento tinha sido a suspensão, assim, a maioria respondeu que não (13 alunos responderam não e 4 alunos responderam sim).

- **Item 3 – Duração da suspensão**

Tendo por base a questão anterior, quem respondeu já ter sido suspenso, importou saber a duração dessa sanção, sendo que, essa foi de um dia.

- **Item 4 – E.E. chamado à escola por causa do comportamento do Aluno**

Neste item, os alunos detinham como opção de resposta sim ou não. Na sua maioria os alunos responderam que sim, o seu E.E. já foi convocado por causa do seu mau comportamento (10 alunos responderam sim e 7 alunos responderam não).

- **Item 5 – Como lida o E.E. com os comportamentos indisciplinados**

De facto, os alunos detinham como opção de resposta: ralham; castigam; batem; explicam; e não fazem nada. Nesta questão, foi nossa intenção saber o método utilizado pelo E.E. perante comportamentos indisciplinados, sendo que, as respostas mais comuns foi os castigos e o ato de ralhar (7 alunos responderam que os E.E. castigam, 6 alunos afirmam que ralham, 4 alunos dizem que eles explicam, e a opção de batem e não fazem nada não obteve nenhuma seleção).

- **Item 6 – Opinião dos Alunos sobre o grau de gravidade de certos comportamentos**

Tabela 5 - Opinião dos Alunos sobre o grau de gravidade de certos comportamentos

Categories	Nada Grave	Pouco Grave	Grave	Muito Grave
1 - Faltar às aulas sem razão	1	4	6	6
2 - Chegar atrasado à aula	2	13	2	0
3 - Entrar na aula sem pedir autorização	1	6	9	1
4 - Entrar aos empurrões aos/às colegas	1	2	4	10
5 - Sair da aula sem pedir autorização	1	0	6	10
6 - Permanecer fora do lugar	1	3	11	2
7 - Ter uma postura incorreta/ não saber estar sentado	2	6	7	2
8 - Passar o tempo virado para trás, a falar com os/as colegas	1	5	6	5
9 - Intervir fora da vez	1	11	5	0
10 - Estar desatento	2	5	7	3
11 - Fazer barulho	2	1	11	3
12 - Dormir	4	2	3	8
13 - Jogar jogos	2	1	7	7
14 - Comer na aula	1	2	9	5
15 - Beber na aula	13	2	0	2
16 - Mascar pastilha elástica	8	7	2	0
17 - Usar boné	7	7	2	1
18 - Rir ou fazer rir em situações em que se pretende o silêncio	2	5	7	3
19 - Atirar papéis ou pedaços de borracha	1	1	9	6
20 - Usar o telemóvel sem permissão	1	1	5	10
21 - Ouvir música, com ou sem auriculares sem autorização do professor	1	3	6	7
22 - Realizar tarefas sem o conhecimento e consentimento do professor (ex. fazer trabalhos de casa de outras disciplinas, ler outras matérias etc)	5	8	4	0
23 - Falhar repetidamente a entrega de trabalhos	1	3	8	5
24 - Destruir/estragar material escolar	1	1	5	10
25 - Não trazer ou não tirar o material necessário para a aula	1	5	8	3
26 - Recusar-se a obedecer às instruções do professor	1	1	5	10
27 - Agredir verbalmente colegas ou professores	2	0	2	13
28 - Agredir fisicamente colegas ou professores	3	0	0	14
29 - Responder ao/à professor/a com arrogância	2	1	6	8
30 - Levantar a voz para o/a professor/a	2	0	7	8
31 - Mandar calar o/a professor quando ele/a chama a atenção	2	0	3	12
32 - Bater com a porta quando o/a professor/a manda sair	2	0	9	6

Parte V – Medidas para Melhorar a Disciplina na Escola

- **Item 1 – Conhecimento sobre o Regulamento Interno**

Neste item, os alunos detinham como opção de resposta sim ou não. Aqui era nossa intenção saber se o aluno tinha conhecimento sobre o Regulamento Interno da escola, sendo que, na sua maioria os alunos responderam que sim (12 alunos responderam que sim e 5 alunos responderam não).

- **Item 2 – Conhecimento sobre o Estatuto do Aluno**

Neste item, os alunos detinham como opção de resposta sim ou não. Aqui era nossa intenção saber se o aluno tinha conhecimento sobre o Estatuto do Aluno, sendo que, na sua maioria os alunos responderam que sim (10 alunos responderam sim e 7 alunos responderam não).

- **Item 3 – Principal causa de indisciplina na escola na opinião do Aluno**

Os alunos detinham como opção de resposta: espaços escolares pouco vigiados; castigos poucos severos para os alunos indisciplinados; problemas familiares; desinteresse pela escola; e aulas pouco interessantes. Nesta questão, o nosso intuito era saber, na opinião do aluno, qual a razão, dentro das opções apresentadas (podendo escolher mais do que uma), que origina-se os comportamentos de indisciplina, sendo que, as opções mais elegidas foram o desinteresse pela escola e as aulas serem pouco interessantes (13 alunos consideram ser o desinteresse pela escola, 11 alunos pensam ser aulas pouco interessantes, 6 alunos selecionaram os problemas familiares, 3 alunos consideram ser castigos poucos severos para os alunos indisciplinados, 1 aluno selecionou a opção outras, na qual mencionou o pouco respeito da parte dos alunos e algumas vezes a pouca compreensão dos professores. A opção espaços escolares pouco vigiados não obteve nenhuma escolha).

- **Item 4 – O Aluno considera as medidas adotadas pela escola as mais adequadas**

De facto, os alunos detinham como opção de resposta sim ou não. Aqui foi nossa intenção saber se o aluno considerava adequadas as medidas adotadas pela escola como resposta aos comportamentos indisciplinados, sendo que, na sua maioria os alunos responderam que não (12 alunos responderam que não considera, 4 alunos consideram as medidas adequadas e 1 aluno não respondeu à questão).

- **Item 5 – Que medidas o Aluno sugere para resolver o problema da indisciplina**

Os alunos cuja resposta à questão anterior foi não consideram as medidas adequadas, foi lhes proposto que de entre as medidas apresentadas (podendo escolher mais do que uma opção) sugerissem as que consideravam adequadas, estes detinham como opção de resposta: dialogar mais com os alunos; diversificar o tipo de aula; responsabilizar toda a turma pelo comportamento individual; manter os pais/E.E. informados; envolver os alunos em projetos; tornar o espaço escolar mais agradável; e acompanhamento mais individualizado dos alunos com dificuldades.

Na verdade, as respostas dos alunos foram dispersas, estes variaram em torno da criação de espaços escolares mais agradáveis, a criação de projetos para os alunos, a diversificação do

tipo de aula e o dialogar mais com os alunos (9 alunos sugerem tornar o espaço escolar mais agradável, 8 alunos consideram envolver os alunos em projetos, outros 8 alunos selecionaram a opção diversificar o tipo de aula, outros 8 alunos escolheram o dialogar mais com os alunos, 6 alunos selecionaram o acompanhamento mais individualizado dos alunos com dificuldades, outros 6 alunos selecionaram manter os encarregados de educação informados e 1 aluno selecionou a opção responsabilizar toda a turma pelo comportamento individual).

3.2. - Resultados do Inquérito por Questionário aos Docentes

Parte II – Indisciplina na Sala de Aula

- **Item 1 – Opinião dos Docentes sobre a indisciplina na escola**

Os docentes detinham como opção de resposta: nenhuma; pouca; muita e bastante. Aqui foi nossa intenção saber a opinião dos docentes sobre a indisciplina presente na escola, sendo que, os docentes afirmaram que existe indisciplina na escola, contudo, os resultados foram dispersos, houve docente a classificar que existe bastante indisciplina e outros a classificar a existência de muita (3 docentes disseram ‘Bastante’, 2 docentes afirmaram haver muita, 2 docentes afirmaram existir pouca e a opção nenhuma não foi selecionada por nenhum docente).

- **Item 2 – Opinião dos Docentes sobre a indisciplina na escola nos últimos 5 anos**

Neste item, os docentes detinham como opção de resposta: diminuiu; não se alterou; e aumentou. Nesta questão, o nosso propósito era saber como o docente via o fenómeno da indisciplina presente na escola nos últimos 5 anos, sendo que, os resultados demonstram que o docente considera que a indisciplina presente na escola tem vindo a aumentar (5 docentes afirmam que aumentou, 2 docentes afirmam que não se alterou e a opção diminuiu não obteve nenhuma escolha).

- **Item 3 – Importância que o Docente atribui ao Regulamento Interno**

Neste item, os docentes detinham como opção de resposta: nada importante; pouco importante; importante; e fundamental. Aqui foi nossa intenção saber a importância que o docente atribui ao Regulamento Interno, sendo que, a maioria dos docentes respondeu que considera fundamental o regulamento (5 docentes consideram fundamental e dois docentes consideram importante. As opções, nada importante e pouco importante não obtiveram nenhuma eleição).

- **Item 4 – Opinião dos Docentes sobre o Estatuto do Aluno**

Neste item, os docentes detinham como opção de resposta: nada; pouco; muito; e bastante. Nesta questão, o nosso intuito foi saber a opinião do docente sobre se o Estatuto do Aluno tem vindo a contribuir para a melhoria do clima disciplinar, sendo que, na sua maioria os docentes consideram que em pouco têm contribuído (5 docentes consideram pouco, 1 docente considera nada, 1 docente considera muito e a opção bastante não obteve nenhuma seleção).

- **Item 5 – Opinião dos Docentes sobre o grau de gravidade de certos tipos de comportamento**

Tabela 6 - Opinião dos Docentes sobre o grau de gravidade de certos tipos de comportamento

Categorias	Nada Grave	Pouco Grave	Grave	Muito Grave
1 - Faltar às aulas sem razão	0	0	1	6
2 - Chegar atrasado à aula	0	0	6	1
3 - Entrar na aula sem pedir autorização	0	1	3	3
4 - Entrar aos empurrões aos/às colegas	0	1	1	5
5 - Sair da aula sem pedir autorização	1	0	1	5
6 - Permanecer fora do lugar	0	1	3	3
7 - Ter uma postura incorreta/ não saber estar sentado	0	1	2	4
8 - Passar o tempo virado para trás, a falar com os/as colegas	0	0	1	6
9 - Intervir fora da vez	0	1	5	1
10 - Estar desatento	1	0	2	4
11 - Fazer barulho	0	0	2	5
12 - Dormir	0	1	3	3
13 - Jogar jogos	0	0	1	6
14 - Comer na aula	1	0	2	4
15 - Beber na aula	2	0	3	2
16 - Mascar pastilha elástica	1	1	3	2
17 - Usar boné	1	1	3	2
18 - Rir ou fazer rir em situações em que se pretende o silêncio	0	0	1	6
19 - Atirar papéis ou pedaços de borracha	0	1	2	4
20 - Usar o telemóvel sem permissão	0	0	1	6
21 - Ouvir música, com ou sem auriculares sem autorização do professor	0	0	4	3
22 - Realizar tarefas sem o conhecimento e consentimento do professor (ex. fazer trabalhos de casa de outras disciplinas, ler outras matérias etc.)	0	2	2	3
23 - Falhar repetidamente a entrega de trabalhos	0	0	2	5
24 - Destruir/estragar material escolar	0	1	0	6
25 - Não trazer ou não tirar o material necessário para a aula	0	0	4	3
26 - Recusar-se a obedecer às instruções do professor	0	1	0	6
27 - Agredir verbalmente colegas ou professores	1	0	0	6
28 - Agredir fisicamente colegas ou professores	1	0	0	6
29 - Responder ao/à professor/a com arrogância	1	0	2	4
30 - Levantar a voz para o/a professor/a	1	0	2	4
31 - Mandar calar o/a professor quando ele/a chama a atenção	1	0	0	6
32 - Bater com a porta quando o/a professor/a manda sair	0	1	1	5

• **Item 6 – Percentagem de tempo gasto pelo Docente com comportamentos indisciplinados**

Os docentes detinham como opção de resposta: menos de 10%; entre 10% a 20%; entre 20% a 30%; entre 30% a 40%; entre 40% a 50%; entre 50% a 60%; entre 60% a 70%; entre 70% a 80%; entre 80% a 90%; e mais de 90%. Com esta questão, o nosso intuito era saber, junto dos docentes, em média o tempo gasto por este com comportamentos indisciplinados, sendo que, os resultados foram dispersos, existindo docentes que não gastam tempo de aula com comportamentos indisciplinados e outros que desperdiçam de muito tempo (2 docentes afirmaram ser entre 10% a 20%, 2 docentes afirmam ser de 30% a 40%, outros 2 docentes afirmam ser de 40% a 50% e 1 docente diz ser de 20% a 30%).

Parte II – Atitude face à indisciplina

- **Item 1 – Formação específica dos Docentes para lidar com questões disciplinares em sala de aula**

Os docentes detinham como opção de resposta: não; entre 1 - 5 horas; entre 6 - 15 horas; entre 16 - 25 horas; e mais de 25 horas. Aqui, a questão pretendia saber se o docente detinha de formação específica para lidar com as questões de indisciplina na sala de aula, sendo que, a maioria dos docentes não teve nenhum tipo de formação nessa área (4 docentes responderam que não, 2 docentes responderam que tiveram formação entre 16 e 25 horas e 1 docente respondeu que teve entre 6 e 15 horas).

- **Item 2 – Atuação dos Docentes em termos de controlo da disciplina**

Neste item, os docentes detinham como opção de resposta: nada exigente; pouco exigente; exigente; e muito exigente. Nesta questão, era nossa intenção saber o quanto o docente considerava que era existente ao nível do controlo da disciplina, sendo que, na sua totalidade os docentes responderam que consideram ser exigente.

- **Item 3 – Frequência com que o Docente utiliza cada uma das estratégias para controlar os comportamentos em contexto sala de aula**

Tabela 7 - Frequência com que o Docente utiliza cada uma das estratégias para controlar os comportamentos em contexto sala de aula

Categories	Nunca	Pouca	Muita	Bastante
1 - Advertir o aluno, perante um comportamento irregular, alertando-o para a necessidade de evitar tal tipo de conduta	0	0	3	4
2 - Dar ordem de saída da aula	0	6	1	0
3 - Dizer muito claramente aos alunos como se devem comportar	0	0	2	5
4 - Repreender o aluno diretamente	0	1	2	4
5 - Repreender, no geral (sem indicar quem é), os alunos que se porta mal	0	2	3	2
6 - Ameaçar com um castigo	1	2	3	1
7 - Mudar os alunos de lugar	0	2	4	1
8 - Conversar com os alunos perturbadores no final da aula	0	3	2	2
9 - Conversar com o diretor de turma sobre os alunos perturbadores da aula	0	2	3	2
10 - Contactar diretamente os Encarregados de Educação	2	1	4	0
11 - Elogiar os alunos com bom comportamento	0	1	4	2
12 - Elogiar o aluno quando melhora o seu comportamento	0	0	6	1
13 - Dizer à turma para ajudar os alunos que se portam mal a melhorar o seu comportamento	0	3	4	0
14 - Variar a maneira de ensinar	0	2	4	1

- **Item 4 – Frequência com que o Docente redige participações por mau comportamento**

Neste item, os docentes detinham como opção de resposta: nunca; raramente; frequentemente; e muito frequentemente. Aqui foi nossa intenção saber com que regularidade o docente realizava participações por mau comportamento, sendo que, muitos dos docentes responderam ser raramente (5 docentes responderam raramente e 2 docentes responderam frequentemente).

- **Item 5 – Frequência com o Docente levantou um processo disciplinar**

Neste item, os docentes detinham como opção de resposta: nunca; raramente; frequentemente; e muito frequentemente. Aqui foi nossa intenção saber com que regularidade o docente realizava um processo disciplinar, sendo que, a maioria respondeu nunca (6 docentes responderam nunca e 1 docente respondeu raramente).

Parte III – Relação Docente e Aluno

- **Item 1 – Como é que o Docente classifica o seu relacionamento com os alunos**

Neste item, os docentes detinham como opção de resposta: muito distante; distante; próxima; e muito próxima. Nesta questão era nossa intenção saber com o docente classifica a sua relação com os alunos, sendo que, na sua totalidade responderam ser uma relação próxima.

- **Item 2 – O Docente estabelece regras de conduta**

Neste item, os docentes detinham como opção de resposta sim ou não. Aqui o nosso objetivo era saber se os docentes estabelecem regras de conduta nas suas aulas, sendo que, na sua totalidade os docentes afirmam que sim, estabelecem regras.

- **Item 3 – Quando o Docente estabelece as regras de conduta**

Tendo por base a questão anterior, quisemos saber quando é que o docente estabelece essas regras de conduta, sendo que, na sua totalidade afirmaram que estabelecem essas regras no início do ano letivo.

- **Item 4 – Opinião do Docente sobre o envolvimento dos E.E. para a construção da disciplina**

Neste item, os docentes detinham como opção de resposta sim ou não. Nesta questão o nosso objetivo era saber a opinião do docente sobre se a existência de um envolvimento do E.E. era um contributo para a construção da disciplina, sendo que, a maioria dos docentes respondeu que sim (5 docentes responderam que sim e 2 docentes responderam que não).

- **Item 5 – Opinião do Docente sobre como deve ser o envolvimento do E.E.**

Tabela 8 - Opinião do Docente sobre como deve ser o envolvimento do E.E.

Opinião dos Docentes	
✓	Trabalhar de forma “sintonizada”
✓	Contatos com D.T. e E.E.
✓	Em casa, ensinando as regras de boa educação e civismo; Conversar mais com os seus educandos
✓	Contatos com D.T. e conversas regulares com educando
✓	Devem alertar e educar os filhos para cumprirem as ordens dos professores.

3.3. - Resultados do Inquérito por Questionário aos Pais/E.E.

Parte II – Relação E.E. e Educando

- **Item 1 – Educando ajuda nas tarefas domésticas**

Neste item, os E.E. detinham como opção de resposta sim ou não. Nesta questão o nosso intuito era saber se o educando participava na realização das tarefas domésticas, sendo que, na sua maioria os E.E. responderam que sim (16 E.E. responderam que sim e 1 respondeu que não).

- **Item 2 – Atitude dos E.E. face a comportamentos incorretos em casa**

Neste item, os E.E. detinham como opção de resposta: ralha; bate; castiga; explica; e não faz nada. Aqui o objetivo era saber qual o método utilizado em casa para corrigir comportamentos incorretos, sendo que, os resultados foram dispersos (7 E.E. dizem que ralham, 7 dizem que castigam e 3 dizem que explicam).

- **Item 3 – Tipo de castigos que os E.E. dão ao educando**

Neste item, os E.E. detinham como opção de resposta: fica sem telemóvel; não vê televisão; não sai com amigos; e a opção outro. Nesta questão, o intuito era saber qual o tipo de castigo utilizado pelo E.E. face a comportamentos incorretos, sendo que na sua maioria afirmaram que era a confiscação do telemóvel (13 E.E. afirmam que retiram o telemóvel, 3 proíbem a saída com amigos e 1 E.E. selecionou a opção outro, na qual mencionou que não aplicava nenhuma sanção).

- **Item 4 – Conversa sobre as atividades escolares**

Neste item, os E.E. detinham como opção de resposta sim ou não. Aqui o nosso objetivo era saber se os E.E. dialogavam com os seus educandos sobre assuntos relacionados com as atividades escolares, sendo que, na sua maioria responderam que sim (16 E.E. responderam que sim e 1 E.E. disse que não).

- **Item 5 – Acompanhamento do educando na realização dos trabalhos de casa**

Neste item, os E.E. detinham como opção de resposta sim ou não. Nesta questão era nosso propósito averiguar se os E.E. auxiliavam os seus educandos na realização dos trabalhos de casa, neste sentido, a questão obteve resultados dispersos (9 E.E. responderam que não e outros 8 responderam que sim).

- **Item 6 – Frequência com que acompanha a realização dos trabalhos de casa**

Tendo por base a questão anterior, aos E.E. que responderam que auxiliavam os seus educandos na realização dos trabalhos de casa, foi nosso propósito saber com que frequência. Neste sentido, os E.E. detinham como opção de resposta: todos os dias; 2 a 3 vezes por semana; e a opção quando solicita ajuda, sendo a resposta mais frequente o auxiliar quando é solicitado (2 E.E. responderam que acompanhavam entre 2 a 3 vezes por semana e 7 E.E. responderam quando solicita ajuda).

Parte III – Relação Escola - Família

- **Item 1 – Tipo de comunicação E.E. – Escola**

Os pais/ E.E. detinham como opção de resposta: através do seu educando; telefone; e plataforma SGE – Sistema de Gestão Escolar. Aqui o nosso propósito era entender como era feita a comunicação entre a escola e o E.E., sendo que, os resultados foram dispersos, ficando entre o contacto telefónico e a Plataforma SGE (8 E.E. responderam que era através de contacto telefónico e outros 9 responderam que era através da plataforma SGE).

- **Item 2 – Com que regularidade o E.E. vai à escola**

Neste item, os pais/E.E. detinham como opção de resposta: com alguma regularidade; quando contactado pelo Diretor de Turma; e nas reuniões de entrega de notas. Nesta questão o objetivo era entender com que regularidade o E.E. se deslocava à escola, sendo que, na sua maioria responderam que só se deslocavam à escola para as reuniões de entrega de avaliações (9 E.E. responderam nas reuniões de entrega de notas, 7 responderam que vão quando são contactados pela D.T. e 1 respondeu que se deslocava á escola com alguma regularidade).

- **Item 3 – Situações de indisciplina do educando**

Os pais/E.E. detinham como opção de resposta sim ou não. Nesta questão, o nosso intuito foi saber se o educando já teria sido indicado por comportamentos indisciplinares, sendo que, a maioria respondeu que sim (7 E.E. responderam que não e 10 responderam que sim).

- **Item 4 – Como o E.E. reagiu com as situações de indisciplina**

Tendo por base a questão anterior, foi nosso objetivo saber, perante os pais/E.E. cujo educando já teria sido indicado por comportamentos indisciplinares, qual foi a sua reação. Para tal, os E.E. detinham como opção de resposta: ralhou; bateu; castigou; explicou; e não fez nada. Assim, a maioria dos E.E. afirmou ter aplicado castigos ao educando (9 E.E. responderam que castigaram e 1 respondeu que explicou a situação).

- **Item 5 – Conhecimento do E.E. sobre o Regulamento Escolar**

Os pais/ E.E. detinham como opção de resposta sim ou não. Aqui o nosso objetivo era saber se os E.E. conheciam o Regulamento Escolar, sendo que, na sua maioria os E.E. conheciam o regulamento (16 E.E. responderam que sim e 1 respondeu não).

- **Item 6 – E.E. concorda com o Regulamento Escolar**

Tendo por base a questão anterior, aos pais/E.E. que afirmaram conhecer o regulamento, quisemos saber se estes concordavam com o mesmo, sendo que, todos eles afirmaram que sim, concordavam.

3.4. - Explicação global dos Inquéritos por Questionário

➤ ALUNOS

No que se refere aos inqueridos aplicados aos alunos, na sua maioria, os alunos consideram importante a escola na sua vida, sendo que, revelam ter consciência de que devem “a) Ter acesso a uma educação de qualidade, em condições de efetiva igualdade de oportunidades, que permita a realização de aprendizagens bem-sucedidas” (Artigo 89º do Regulamento Interno da ESMA). Contudo, verificou-se, a existência de um aluno que não tem essa consciência, o que

revela, que este, não se sente motivado para aprender, não cumpre com o seu dever de “a) *Estudar, empenhando-se na sua educação e formação integral*” (Artigo 90º do Regulamento Interno da ESMA). Sendo que, isto vai ao encontro do que refere Carita e Fernandes (1997), citado por Carvalho (2018) que afirma que “(...) *A massificação do ensino, o alargamento da escolaridade obrigatória para os 18 anos e as medidas que obrigam à permanência dos alunos na escola, mesmo estando excluídos por faltas, contribuem para que muitos alunos estejam na escola sem qualquer motivação e sem expectativas.*” (p.9).

Posto isto, na sua maioria os alunos pretendem terminar o 9º ano e prosseguir um curso profissional, o que, no caso dos alunos com baixas condições económicas ou com pouca motivação para prosseguir estudos, é a melhor opção, e para tal, os Açores apresentam uma diversa escolha ao nível de cursos profissionais, permitindo uma melhor integração no mercado de trabalho.

Relativamente ao E.E., os alunos afirmam que este demonstra bastante interesse pelo seu percurso escolar, estando assim assegurado o dever de “a) *acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando*” (Artigo 95º do Regulamento Interno da ESMA).

No que respeita ao seu comportamento, os alunos referem que existe mais regras na escola do que em casa. Consideram que tem um comportamento disciplinado, contudo, é de referir que 5 dos alunos tem noção do seu comportamento indisciplinado, sendo que, isto leva-nos a concluir que a “(...) *a indisciplina serve determinados fins, sendo possível afirmar, portanto, que a indisciplina tem determinadas finalidades (...)*” (Queiroz, 2019, p. 38) que são compreendidas pelos alunos com comportamentos desviantes, fazendo com que estes tenham noção que estão valendo-se de uma má conduta.

Em relação as participações escritas, a maioria dos alunos inquiridos já adquiriu essa medida como advertência ao seu comportamento indisciplinado, mas apenas 4 alunos obtiveram medidas mais graves como a suspensão. Em ambos os casos, o seu E.E. foi convocado à escola, e em casa foram aplicados sobretudo castigos.

Com relação ao ambiente em sala de aula, “(...) *procura-se a tranquilidade, o silêncio, a interatividade, de forma a não distrair os exercícios de aprendizagem (...)*” (Martins, 2014, p. 168), contudo, foi possível verificar que os alunos consideram os seus colegas indisciplinados, classificando o ambiente em sala de aula como barulhento, desorganizado e indisciplinado. Neste sentido, é visível o incumprimento dos deveres impostos aos alunos, sobretudo o de “f) *Respeitar o exercício do direito à educação e ensino dos outros alunos*” e “q) *Não perturbar o normal funcionamento das aulas em quaisquer circunstâncias*” (Artigo 90º do Regulamento Interno da ESMA).

Relativamente à indisciplina escolar, os alunos apontaram como causa, o desinteresse pela escola, as aulas pouco interessantes, os problemas familiares, os castigos pouco severos, o pouco respeito por parte dos alunos e a pouca compreensão por parte do professor. Podemos afirmar que a falta de disciplina presente na turma em questão, “(...) *está relacionada com o estilo da prática pedagógica do professor, da sua autoridade (matéria, métodos e procedimentos de ensino), gestão e controlo da disciplina. (...)*” (Martins, 2014, p. 170). Pois, estes alunos, mencionaram que apreciam aulas com recurso a métodos alternativos, ou seja, aulas interativas e aulas que utilizam o trabalho de grupo como método de trabalho.

No que se refere as medidas aplicadas pela escola como forma de combater a indisciplina, os alunos consideram que estas não são adequadas e apontam como alternativas a criação de espaços escolares mais agradáveis, o envolver alunos em projetos, diversificar o tipo de aula, dialogar mais com os alunos, um acompanhamento individualizado e manter o E.E. informado.

Por fim, na sua maioria os alunos dispõem de conhecimento sobre o Regulamento Interno, contudo, foi possível verificar 5 alunos que não detêm, sendo fundamental a divulgação por parte da comunidade educativa deste documento, uma vez que, é aqui que estão apresentados os direitos e deveres do aluno. Relativamente ao Estatuto do Aluno, este é do conhecimento da maioria dos alunos, contudo 7 alunos não o conhecem, sendo este um grave problema, uma vez que,

“o Estatuto prossegue os princípios gerais e organizativos do sistema educativo, promovendo, em especial, a assiduidade, o mérito, a disciplina, a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, o cumprimento da escolaridade obrigatória, a responsabilidade, a formação cívica, o sucesso escolar e a efetiva aquisição de saberes e competências.” (Artigo 2º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013).

➤ DOCENTES

No que se refere aos docentes estes mencionam que existe uma indisciplina na escola, contudo, foi perceptível a opinião de dois docentes que mencionaram a existência de pouca, o que nos revela que não existe uma noção clara de indisciplina por parte de todos, uma vez que, é visível no “(...) cenário educacional um dos maiores desafios ainda encontrados pelo professor diz respeito à indisciplina” (Gomes, 2020, p. 7), sendo que, a escola em questão não é uma exceção, uma vez que, na sua maioria, os docentes relatam que a indisciplina tem vindo a aumentar ao longo dos últimos 5 anos, contudo, volta-se a verificar que dois docentes afirmam que não se alterou, isto alerta-nos para o facto de que

“(…) diferentes perceções face ao conceito de (in)disciplina, ainda que no mesmo contexto, há professores que tendem a conotar um determinado comportamento como indisciplina e outros que o relatam como manifestações próprias da idade, desvalorizando. Existem, assim, ações diferentes por parte dos professores face aos mesmos comportamentos (...)” (Gomes, 2020, p. 16).

Posto isto, no que está relacionado com o ambiente em sala de aula, existe uma discrepância de resultados referentes ao tempo gasto em aula com comportamentos de indisciplina, na medida em que, existem docentes que perdem muito do seu tempo em sala de aula para controlar os comportamentos indisciplinados, e outros docentes que tais situações não se sucedem. Neste sentido, “os professores reconhecem os problemas de indisciplina e o tempo excessivo que dedicam para tentarem resolver muitos deles” (Martins, 2014, p. 168), assim, segundo Banaletti e Dametto (2015) citado por Gomes (2020, p. 13), “existem professores que perdem muito tempo na aula a tentar acomodar os alunos e a chamar a atenção desejada para apresentar os conteúdos, podendo esse tempo ser aproveitado para o desenvolvimento de conteúdos”. Contudo quando questionados sobre o seu grau de exigência ao nível do controlo da indisciplina, estes afirmam que são muito exigentes o que nos leva a concluir, que na turma em questão, existem docentes que controlam o ambiente em sala de aula e outros que sentem mais dificuldade, originando comportamentos indisciplinados por parte dos alunos. Isto revela-

nos uma falta de formação na área da indisciplina, comprovada pelos resultados retirados dos inquéritos, sendo que, neste caso, a instituição de ensino deveria fornecer ações de formação ao pessoal docente, pois estes têm direito a *“c) Participar em ações de formação, aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos de acordo com a legislação em vigor”* (Artigo 87º do Regulamento Interno da ESMA), podendo assim atuar em melhores condições, fruto de um conhecimento atualizado.

Relativamente as participações por mau comportamento, a maioria dos docentes afirmam que raramente realizam tais participações, sendo que, tentam controlar por via do diálogo, contudo, dois docentes afirmam que o fazem frequentemente. No que se refere aos processos disciplinares os docentes afirmam que nunca o realizam e um docente afirma o faz raramente, o que demonstra que os comportamentos indisciplinados não são muito graves para levar a tal situação.

No que concerne à relação com os alunos, os docentes afirmam que tem uma relação próxima, mantendo assim *“(...) a disciplina, ambiente de trabalho e bom relacionamento com os alunos”* (Artigo 88º do Regulamento Interno da ESMA). Estes afirmam que estabelecem regras de convivência, sobretudo no início do ano letivo, estando assim assegurado o dever de *“x) Informar os alunos das regras de comportamento e das consequências do incumprimento das mesmas”* (Artigo 88º do Regulamento Interno da ESMA).

Na relação escola-família, os docentes acreditam que a existência de um envolvimento do E.E. é um contributo para a construção da disciplina, sendo que, os docentes mencionam que esse envolvimento deveria ser realizado através de um trabalho “sintonizado”, através de contatos entre o D.T. e o E.E., e em casa, ensinando as regras de boa educação e civismo, e mantendo conversas regulares com o educando.

Em relação as estratégias mais utilizadas pelos docentes para criar um ambiente de disciplina em sala de aula, é evidente, que muitos utilizam as mesmas estratégias, sendo essas, advertir o aluno perante um comportamento irregular alertando-o para a necessidade de evitar tal tipo de conduta, dizer muito claramente aos alunos como se devem comportar e repreender o aluno diretamente. Por outro lado, as estratégias menos utilizadas pelos docentes são dar ordem de saída da aula e conversar com os alunos perturbadores no final da aula. Em suma, é notório que os docentes tentam por via do diálogo repreender e alertar o aluno para o seu comportamento, também o elogiam quando este tem melhorias no seu comportamento e, nos casos em que o diálogo não tem efeito, estes comunicam com o D.T. ou com o E.E. No que se refere ao Regulamento Interno, os docentes afirmam que este é fundamental, contudo, relativamente ao Estatuto do Aluno, afirmam que este não tem contribuído para a melhoria do clima disciplinar.

➤ PAIS/E.E.

No que se refere aos E.E., ao analisar as respostas fornecidas por estes, podemos concluir que nos comportamentos dentro de casa, na sua maioria os E.E. afirmam que os seus educandos contribuem nas tarefas domésticas, isto revela que existe uma harmonia familiar, e uma vez que, *“(...) a família é o alicerce da criança, pois é no seu seio que se processa a socialização primária (...)”* é aqui que vão formar a sua personalidade, sendo esta um reflexo do tipo de família em que se insere. Assim *“(...) se vive num ambiente problemático ou num ambiente*

estável, isso vai se refletir no seu desenvolvimento, no seu bem-estar e na sua prestação escolar.” (Díaz-Agudo, 1992, citado por Martins, 2014, p.175).

Em relação às atividades escolares, na sua maioria, os E.E. afirmam que conversam com os seus educandos sobre o dia a dia escolar, contudo, quando questionados com o auxílio na hora da realização dos trabalhos de casa muitos dos E.E. afirmam que não auxiliam, e quem presta auxílio, na sua maioria, efetua quando o seu educando solicita. Isto revela um fraco envolvimento por parte do E.E. no percurso escolar do seu educando, que por um lado estabelece um diálogo sobre as situações vividas em contexto escolar, mas por outro, não contribuem para a realização do processo de aprendizagem, mesmo tendo capacidades para tal. Assim, importa mencionar, que o E.E. vê enaltecido no Regulamento Interno Escolar (Artigo 93º e Artigo 95º) os seus direitos e deveres, e neste sentido o E.E. tem o dever de *“e) Colaborar com os professores no âmbito do processo de ensino-aprendizagem do seu educando”* (Artigo 95º do Regulamento Interno da ESMA).

Posto isto, quando questionado sobre a sua atitude face a comportamentos incorretos em casa os resultados dispersam entre o ralar, castigas e explicar as situações. Sendo que, o tipo de castigos que aplica aos seus educandos, na sua maioria, é o privar da utilização do telemóvel e proibir de sair com amigos. Estes dados revelam-nos que muitos E.E. apresentam um estilo parental autoritário, onde existe um estabelecimento de normas e limites, estes são a favor das medidas punitivas para lidar com os seus educandos. Contudo, um E.E. menciona que não aplica castigos, ou seja, este E.E. tenta corrigir o seu educando por via do diálogo, podendo assim o caracterizar como um E.E. com um estilo parental democrático, sendo que, dá enfoque no diálogo.

No que concerne à relação entre o E.E. e a escola, a sua comunicação é sobretudo através do contacto telefónico e da Plataforma SGE, contudo, os E.E., na sua maioria, afirma que apenas se deslocam à escola na entrega das avaliações ou quando contactados pelo D.T. Isto demonstra que apenas se deslocam à instituição de ensino quando convocados e não por iniciativa própria, o que vai contra o previsto no Regulamento Interno da Escola, que define que o E.E. tem o direito de *“c) Comparecer na ESMA por sua iniciativa”* (Artigo 93º do Regulamento Interno da ESMA), sendo que, a sua participação apenas vai ao encontro do seu dever de *“d) Comparecer na ESMA quando para tal for solicitado ou sempre que julgue necessário”* (Artigo 95º do Regulamento Interno da ESMA).

Relativamente aos problemas disciplinares, foi notório que na sua maioria os E.E. têm educandos com problemas comportamentais, e perante tal situação, aplicam sobretudo castigos. Isto revela que a educação é na base da punição, como referido anteriormente, estes E.E. apresentam um estilo parental autoritário. Importa aqui mencionar que os E.E. tem o dever de *“k) Contribuir para o correto apuramento dos factos em processo disciplinar que incida sobre o seu educando e, sendo aplicada a esta medida disciplinar, diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da sua formação cívica, do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e do seu sentido de responsabilidade”* (Artigo 95º do Regulamento Interno da ESMA).

Por fim, no que se refere ao Regulamento Escolar, os E.E. na sua maioria afirmam ter conhecimento do documento e concordam com o mesmo, contudo, foi registado que existe E.E.

que desconhecem o documento, sendo que, é fundamental a sua divulgação. Pois, como diz Díaz-Aguado (1992):

“(...) “Aos pais e encarregados de educação cabe a tarefa responsável de acompanhar o processo formativo dos seus educandos, desenvolvendo-lhes as primeiras aprendizagens, transmitir-lhes valores e normas de socialização, intervir no processo disciplinar e de cumprimento de normas dos seus educandos, conhecer os direitos e deveres dos alunos estipulados no Regulamento Interno da escola e ainda desenvolver um trabalho conjunto com o professor, interessando-se pela vida escolar do seu educando” (...) “A família, tal como está previsto nos normativos, deve conhecer e aceitar as normas descritas quer no estatuto dos direitos e deveres dos alunos, de uma forma geral, como, de uma forma específica, no Regulamento Interno do estabelecimento de ensino que o seu educando frequenta (...)” (Díaz-Aguado, 1992, citado por Martins & Teixeira, 2014, p.89).

➤ ANÁLISE ÀS RESPOSTAS DOS ALUNOS-DOCENTES SOBRE TIPOS DE INDISCIPLINA

Analisando as tabelas questionou-se os alunos e docentes sobre a sua opinião relativamente ao grau de gravidade de certos tipos de indisciplina, sendo que, para tal detinham como opção de resposta: nada grave; pouco grave; grave; e muito grave.

Deste modo, no que se refere ao item faltar às aulas sem razão na perspetiva dos alunos, os resultados foram dispersos entre o grave e muito grave. Na perspetiva dos docentes foi classificado como muito grave. Por outro lado, no item chegar atrasado à aula os alunos classificaram como pouco grave e os docentes classificaram como grave. Estes dados revelam que o aluno tem noção de que deve comparecer as aulas, contudo, não demonstram preocupação com o facto de chegar atrasado, o que, para os docentes é grave. Neste sentido, importa mencionar que o aluno tem o dever de *“w) Ser assíduo, pontual e responsável no cumprimento do horário escolar e das tarefas que lhe foram atribuídas”* (Artigo 90º do Regulamento Interno da ESMA), sendo que, quando isto não se sucede, este tem o direito de *“w) Assistir à aula quando chegar atrasado, mesmo que já tenha sido marcada a respetiva falta de presença”* (Artigo 89º do Regulamento Interno da ESMA).

No que concerne ao item entrar na aula sem pedir autorização, os dados recolhidos junto dos alunos foram dispersos, existindo quem o classifique como pouco grave e grave, no mesmo sentido, os dados recolhidos junto dos docentes também foram dispersos entre o pouco grave, grave e muito grave. O item permanecer fora do lugar foi classificado pelos alunos como grave e para os docentes os resultados foram dispersos entre o pouco grave, grave e muito grave. O item ter uma postura incorreta/ não saber estar sentado, foi classificado pelos alunos como pouco grave e grave, nos docentes os dados foram muito dispersos entre o pouco grave, grave e muito grave. Assim, tendo por base os dados fornecidos aos itens, é possível concluir que não existe uma mesma perceção entre alunos e docente e tal sucede também entre eles, na medida em que, um docente não aceita um determinado comportamento, contudo na aula seguinte outro docente aceita, isto vem a constatar que *“(...) existem, assim, ações diferentes por parte dos professores face aos mesmos comportamentos (...)”* (Gomes, 2020, p. 16).

No que se refere ao item passar o tempo virado para trás, a falar com os/as colegas, este registou dados junto dos alunos muito dispersos entre pouco grave, grave e muito grave, já na

opinião dos docentes estes classificam como muito grave. O item intervir fora da vez, foi classificado pelos alunos como pouco grave e pelos docentes como grave. O item estar desatento, obteve resultados dispersos entre os alunos, ficando classificado entre pouco grave e grave, os docentes também registaram resultados dispersos ficando entre nada grave, grave e muito grave. Neste sentido, os dados aos itens demonstram que dentro da sala de aula existem comportamentos que o aluno não tem consciência que prejudicam não só o seu aprendizado, mas também o dos seus colegas e deste modo, o aluno não deveria “(...) perturbar o normal funcionamento das aulas em quaisquer circunstâncias” (Artigo 90º do Regulamento Interno da ESMA).

Posto isto, o item fazer barulho foi classificado pelo aluno como grave e pelo docente, obteve resultados dispersos entre o grave e muito grave. O item dormir, junto dos alunos obteve resultados muito dispersos entre o nada grave, pouco grave, grave e muito grave, os docentes também obtiveram resultados dispersos entre o pouco grave, grave e muito grave. O item jogar jogos, foi classificado pelos alunos como grave e muito grave, pelos docentes foi classificado como muito grave. O item rir ou fazer rir em situações em que se pretende o silêncio, obteve resultados dispersos entre os alunos que o classificaram como pouco grave e grave, no docente foi classificado como muito grave. Todos estes dados recolhidos sobre os itens apresentados revelam que cada docente orienta a sua aula de uma forma distinta, contudo, é comum a todos a não aceitação de comportamentos que perturbam o normal funcionamento da aula e que originem a distração por parte do aluno.

Relativamente ao item entrar aos empurrões aos/às colegas, os alunos classificaram como muito grave, já nos docentes os dados foram dispersos entre o pouco grave, grave e muito grave. Sendo que, aqui se regista uma benevolência por parte do docente que vai contra os deveres dos alunos, pois estes devem “v) *Movimentar-se educadamente e sem atropelos nas entradas e saídas, átrios e corredores*” (Artigo 90º do Regulamento Interno da ESMA).

O item de ‘sair da aula sem pedir autorização’ foi classificado pelos alunos como muito grave e nos docentes os dados foram dispersos entre o nada grave, grave e muito grave. Neste sentido, podemos constatar que os alunos têm consciência de que este é um comportamento incorreto, sendo que, vai ao encontro dos deveres impostos aos docentes, uma vez que, este não deve “(...) autorizar a saída dos alunos durante a aula, salvo por motivo urgente e de reconhecida necessidade” (Artigo 88º do Regulamento Interno da ESMA).

Ao item ‘comer na aula’, os alunos classificam como grave, já os docentes apresentam resultados dispersos entre nada grave, grave e muito grave. O item de beber na aula é classificado pelos alunos como nada grave, já os docentes apresentam resultados dispersos entre nada grave, grave e muito grave. O item mascar pastilha elástica obteve resultados dispersos junto dos alunos, sendo esses, nada grave e pouco grave, nos docentes foi classificado como nada grave, pouco grave, grave e muito grave. Neste sentido, os resultados demonstram uma benevolência por parte do docente em aceitar determinados comportamentos que vão contra o previsto nos deveres dos alunos, uma vez que, este não pode “t) (...) comer, beber ou mastigar pastilha elástica na sala de aula e durante as restantes atividades; o disposto neste ponto não se aplica à ingestão de água, que é permitida” (Artigo 90º do Regulamento Interno da ESMA).

No item 'usar boné', os alunos classificaram entre nada grave e pouco grave, já nos docentes obteve resultados dispersos entre nada grave, pouco grave, grave e muito grave. Isto revela que por alguns docentes aceitarem este comportamento, o aluno também o faz, deixando assim, de cumprir com o previsto nos deveres dos alunos no qual este não pode "*u) (...) usar boné ou gorro na cabeça durante as aulas, salvo motivo devidamente justificado*" (Artigo 90º do Regulamento Interno da ESMA).

O item atirar papéis ou pedaços de borracha, foi classificado pelo aluno como grave e muito grave, pelo docente os dados foram mais dispersos entre pouco grave, grave e muito grave. Assim, é possível verificar que o aluno tem consciência de que este é um comportamento incorreto, cumprindo assim o que está previsto nos direitos do docente, uma vez que, este tem de "*d) Dispor de espaços de aula em bom estado de arrumação e limpeza*" (Artigo 87º do Regulamento Interno da ESMA).

No que concerne ao item usar o telemóvel sem permissão foi classificado pelos alunos e docentes como muito grave. O item de ouvir música, com ou sem auriculares sem autorização do professor, foi classificado tanto por alunos como por docentes como grave e muito grave. Isto revela-nos uma consciência das regras, que vão ao encontro do que está previsto nos deveres dos alunos, sendo que, este deve "*r) Manter desligado e guardado telemóveis e outros equipamentos de comunicação e áudio dentro da sala de aula ou durante outras atividades curriculares, exceto para fins pedagógicos quando autorizados pelo professor (...)*" (Artigo 90º do Regulamento Interno da ESMA).

Ao que se refere ao item realizar tarefas sem o conhecimento e consentimento do professor, os alunos classificam como nada grave e pouco grave, já nos docentes, os dados foram dispersos entre pouco grave, grave e muito grave. O item de falhar repetidamente a entrega de trabalhos, os alunos e os docentes classificaram como grave e muito grave. Assim, estes dados demonstram que os alunos realização tarefas de outras disciplinas sem o consentimento do docente, uma vez que, estes adquirem como um comportamento que não é grave, o que para o docente é muito grave na medida em que o aluno deixa de "*d) Seguir as orientações dos docentes relativas ao seu processo de ensino/aprendizagem*" (Artigo 90º do Regulamento Interno da ESMA).

No item destruir/estragar material escolar tanto, alunos como docentes classificaram como muito grave, sendo que existe uma consciência de comportamento, que é previsto nos deveres do aluno, na medida em que deve "*s) Conservar o estado do mobiliário didático existente, não riscando, não sujando, nem partindo. Em caso de danos no material escolar ou instalações, assumir a responsabilidade dos seus atos, ficando obrigado a repor os estragos causados, exceto se se provar a inevitabilidade do dano causado*" (Artigo 90º do Regulamento Interno da ESMA).

O item não trazer ou não tirar o material necessário para a aula foi classificado pelos alunos como pouco grave e grave, pelos docentes foi classificado como grave e muito grave. Neste sentido, estes dados revelam que para os docentes este é um problema que afeta a aprendizagem, os alunos apresentam tal comportamento vão contra o dever, a eles imposto, de "*o) Trazer o material escolar necessário às suas atividades*" (Artigo 90º do Regulamento Interno da ESMA).

No que se refere aos itens recusar-se a obedecer às instruções do professor, agredir verbalmente colegas ou professores, agredir fisicamente colegas ou professores e mandar calar

o/a professor quando ele/a chama a atenção, foi classificado por alunos e docentes como muito grave. Os itens de responder ao/à professor/a com arrogância e levantar a voz para o/a professor/a foi classificado pelos alunos e docentes como grave e muito grave. Por fim, o item bater com a porta quando o/a professor/a manda sair foi classificado pelos alunos como grave e muito grave, já nos docentes os dados foram dispersos entre o pouco grave, grave e muito grave. Deste modo, todos os itens mencionados vão ao encontro do dever de “*b) Tratar com respeito e correção qualquer elemento da comunidade educativa*” (Artigo 90º do Regulamento Interno da ESMA), sendo que, alunos e docentes tem consciência dos limites a que estão sujeitos, na medida em que, não é permitido qualquer tipo de agressão (verbal, física ou psicológica), nem faltas de respeito.

Por conseguinte, importa referir que em relação aos alunos, existiu quem assinalasse a categoria nada grave para todos os itens, demonstrando assim uma falta de consciência nas suas respostas. No que se refere aos docentes, verificou-se que existe um docente com respostas discrepantes em comparação a outros, o que nos revela que este não exerce as suas funções limitadas a uma sala de aula, e, por conseguinte, não impõem as mesmas regras dos restantes colegas, sendo deste modo, mais benevolente com os alunos.

4. TRIANGULAÇÃO: VERIFICABILIDADE DAS PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Uma das formas de assegurar a validade interna de uma investigação é o recurso à triangulação dos dados, já que este procedimento metodológico permite avaliar a sua fiabilidade. O termo “*triangulação*” pretende completar/testar empiricamente os resultados obtidos utilizando diferentes técnicas, quer quantitativas, quer qualitativas (Creswell, 2007). A triangulação procura explicar, de maneira mais completa, a riqueza do comportamento humano, estudado sob diferentes pontos de vista e, assim, construir uma visão mais ampla do que foi estudado, neste caso a ‘indisciplina escolar’, protegida dos vieses que geralmente aparecem quando um fenómeno é estudado por um observador/investigador só com uma única técnica e de um único ângulo de observação.

Efetivamente, a triangulação consiste na comparação e contraste desses dados por meio de procedimentos de controlo cruzado, segundo Denzin (1978), citado por Bogdan & Bicklen (1994). Ou seja, a triangulação consiste em combinar dois ou mais pontos de vista, fontes de dados, abordagens teóricas ou métodos de recolha de dados numa mesma pesquisa para que possamos obter como resultado final um retrato mais fidedigno da realidade ou uma compreensão mais completa do fenómeno a analisar (Flick, 2005).

É sabido que a maior diversidade e integração de métodos produz uma maior confiança nos resultados. A racionalidade desta estratégia reside no facto de se poder atingir o melhor de cada um dos métodos, pois que os defeitos de um método são, muitas vezes, os pontos fortes de outro, pelo que a combinação de métodos permite que se ultrapasses as suas deficiências específicas (Lessard-Hebert; Goyette & Boutin, 2005).

Consideramos a verificabilidade das perguntas de investigação a fundamentação teórico-conceptual (literatura) de uma afirmação que é significativa se for empiricamente verificável ou tautológica. Este princípio propõe que nessa verificação tende haver correspondência entre o enunciado e o fato que descrito. Assim, a formulação das perguntas de investigação

suscitaram, após a triangulação dos dados e metodologias utilizadas, a comprovação/confirmação, isto é, a veracidade das mesmas de acordo com os dados e informações recolhidas e tratadas estatisticamente e por análise de conteúdo (Flick, 2005).

➤ **Perg.1 – Caracterizar a dimensão do fenómeno da indisciplina escolar nos alunos do 9º ano de escolaridade – 3º CEB da ESMA**

No que se refere ao fenómeno da indisciplina escolar presente na ESMA, os dados recolhidos através das entrevistas à Presidente do CE e D.T. evidenciam que nos últimos 5 anos ocorreu um aumento da indisciplina, sendo que, a Presidente do CE refere que tem diminuído o respeito pelas regras existentes (*“Respeito pelas regras existentes tem diminuído”* – Entrevista à Presidente do CE) e a D.T. menciona que existe uma falta de respeito dos alunos perante a figura do docente (*“Uma falta de respeito pela figura do professor”* – Entrevista à D.T.).

Relativamente aos alunos da turma em questão do 9º ano da ESMA, é possível afirmar que esta é uma turma problemática, contudo, através da entrevista realizada à D.T. verificou-se que a indisciplina está presente em alguns alunos, contudo, como a turma se trata de um grupo o comportamento de uns influencia e prejudica a turma no seu todo. O facto de serem alunos indisciplinados, ficou comprovado através dos inquéritos por questionário aplicados ao E.E., que, na sua maioria, afirmaram ter educandos com problemas comportamentais. Ainda neste sentido, através dos dados recolhidos, dos inquéritos por questionário junto dos alunos, verificou-se que estes na sua maioria avaliam o seu comportamento como disciplinado, contudo, é de referir que 5 dos alunos tem noção do seu comportamento indisciplinado.

Como referimos a turma é problemática, sendo este facto comprovado pelas participações escritas por parte dos docentes, uma vez que, nos inquéritos por questionário os alunos referiram na sua maioria já ter adquirido essa medida como advertência ao seu comportamento indisciplinado. Outro aspeto a mencionar, é o ambiente em sala de aula, que segundo os inquéritos por questionário aplicados a alunos é um ambiente barulhento, desorganizado e indisciplinado, característico de uma turma problemática.

➤ **Perg.2 – Compreender o significado de indisciplina versus disciplina nos alunos do 9º ano de escolaridade – 3º CEB da ESMA**

Relativamente à esta questão, importa mencionar as entrevistas realizadas à Presidente do CE, D.T. e Presidente da APEE, na qual, lhes foi pedido que caracterizassem um aluno indisciplinado, sendo que, a Presidente do CE descreve como um aluno que não respeita as regras de sala de aula e não permite o normal funcionamento da aula (*“Um aluno que não respeita as regras de sala de aula e não permite o normal funcionamento de uma aula, impedindo que os colegas tenham a possibilidade de construir a sua aprendizagem num ambiente calmo e favorável à mesma”* – Entrevista à Presidente do CE), a D.T. descreve como um aluno que demonstra frequentemente comportamentos desafiadores e inadequados, sendo que, menciona que para si existe dois tipos de alunos indisciplinados, os que querem ser engraçados e os que realmente sentem um total desinteresse pela escola (*“Aluno indisciplinado é aquele que demonstra frequentemente comportamentos desafiadores e inadequados dentro do ambiente escolar”; “Existem dois tipos de alunos indisciplinados os que querem ser “engraçadinhos” e os que têm realmente um total desinteresse pela escola e uma enorme indisciplina”* – Entrevista à D.T.), e a Presidente da APEE afirma que um aluno indisciplinado é aquele que não cumpre as regras de sã convivência em sociedade, que destabiliza a comunicação, torna o ambiente tenso

e não respeita os colegas, docentes e restante comunidade educativa (*“Um aluno que não cumpre as regras de sã convivência em sociedade”; “Destabiliza a comunicação”; “Torna o ambiente tenso dentro da sala e/ou espaços exteriores”; “Não respeita os colegas, professores e toda a restante comunidade educativa”* – Entrevista à Presidente da APEE).

Podemos referir, tendo em conta a literatura, que um aluno indisciplinado é um jovem que ainda não desenvolveu o seu conceito de autodisciplina, não tomou consciência de que o seu comportamento prejudica o processo de ensino/aprendizagem, quer o seu como o dos seus colegas (Amado, 2000; Amado & Freire, 2002 e 2009).

Se recorremos aos dados dos inquéritos por questionário aplicado aos alunos, estes apresentam uma perceção do que é disciplina, uma vez que, tem conhecimento do Estatuto do Aluno e do Regulamento Interno da escola, no qual, estão implícitos os seus direitos e deveres. Por outro lado, também sabem reconhecer o que é indisciplina, sendo que, através dos dados recolhidos dos inquéritos por questionário, estes mencionam que tem colegas com comportamentos indisciplinados, ou seja, colegas que não cumpre as regras estabelecidas no Regulamento Interno, não respeitam os colegas, docentes e restante comunidade educativa, impedindo a possibilidade de construção da aprendizagem num ambiente calmo e favorável à mesma.

➤ **Perg.3 – Identificar situações escolares com alunos na ESMA consideradas como indisciplinadas ou de incumprimento de normas disciplinares**

Relativamente as situações consideradas como indisciplinadas ou de incumprimento de normas disciplinares previstas no Regulamento Interno da escola, foi possível verificar junto de alunos e docente, através dos inquéritos por questionário a eles aplicado, que algumas ações são entendidas por ambos como um comportamento indisciplinar, sendo que, entre os vários comportamentos, queremos evidenciar o ato de faltar às aulas sem razão, entrar aos empurrões aos colegas, sair da sala sem pedir autorização, usar o telemóvel sem permissão, destruir/estragar material escolar, recusar-se a obedecer às instruções do docente e agredir verbalmente e fisicamente colegas e docentes (Correia, 2014; Valente, 2014). comportamentos não ocorrem com frequência, uma vez que, a maioria dos alunos, reconhece que são comportamentos que originam uma má conduta alvo de sanções presentes no Regulamento Interno da escola.

➤ **Perg. 4 – Conhecer os fatores (internos e externos) que condicionam a manifestação de indisciplina escolar nos alunos da ESMA**

Relativamente aos fatores que condicionam a manifestação da indisciplina escolar questionou-se, através da entrevista, a Presidente do CE, D.T. e Presidente da APEE, sobre o que deveria ser realizado na escola para reduzir tais casos de indisciplina, sendo que, a Presidente do CE referiu que, os docentes devem estabelecer as regras no primeiro dia de aulas, e os E.E. devem respeitar as regras existentes na escola e trabalhar com os seus educandos a importância de as cumprir (*“Um aluno que não respeita as regras de sala de aula e não permite o normal funcionamento de uma aula, impedindo que os colegas tenham a possibilidade de construir a sua aprendizagem num ambiente calmo e favorável à mesma”* – Entrevista à Presidente do CE), a D.T., sugeriu uma formação dos docentes na temática da indisciplina, repensar o currículo para que vá ao encontro das expectativas dos alunos e envolver os E.E. para o trabalho das regras estabelecidas na escola (*“Aluno indisciplinado é aquele que demonstra*

frequentemente comportamentos desafiadores e inadequados dentro do ambiente escolar”; “Existem dois tipos de alunos indisciplinados os que querem ser “engraçadinhos” e os que têm realmente um total desinteresse pela escola e uma enorme indisciplina” – Entrevista ao D.T.), e a Presidente da APEE mencionou que se deve tornar o currículo mais apelativo aos olhos dos alunos, criar métodos pedagógicos alternativos, desenvolver o espírito crítico, relevar a importância das expressões e não permitir que o aluno sinta que a escola o abandonou (“Um aluno que não cumpre as regras de sã convivência em sociedade”; “Destabiliza a comunicação”; “Torna o ambiente tenso dentro da sala e/ou espaços exteriores”; “Não respeita os colegas, professores e toda a restante comunidade educativa” – Entrevista à Presidente da APEE).

Efetivamente, podemos referir que, as medidas elencadas pelas entrevistadas vão ao encontro do que é mencionado pelos alunos nos inquéritos por questionário, uma vez que, para os alunos os fatores que condicionam a manifestação da indisciplina podem ser fatores internos à instituição de ensino, nos quais mencionaram as aulas pouco interessantes, os castigos pouco severos, o pouco respeito por parte dos alunos e a pouca compreensão por parte do docente. E por outro lado, fatores externos à instituição de ensino, sendo esses, o desinteresse pela escola e os problemas familiares (Queiroz, 2019).

➤ **Perg. 5 – Compreender se o estilo do docente e a forma que estabelece a relação pedagógica determina a ocorrência de situações de indisciplina escolar na ESMA**

Após análise dos dados é possível concluir que o estilo do docente e a forma como este estabelece a relação pedagógica influencia a ocorrência de situações de indisciplina, na medida em que, a falta de disciplina presente na turma em questão, está relacionada com o estilo de prática pedagógica implementado pelo docente (matéria, métodos e procedimentos de ensino), a gestão da aula e o seu controlo sobre a disciplina.

Neste sentido, segundo os dados recolhidos através dos inquéritos por questionário aplicados aos alunos, estes mencionam que apreciam aulas com recurso a métodos alternativos, ou seja, aulas interativas e aulas que utilizam o trabalho de grupo como método de trabalho. Assim, podemos referir que, é importante os docentes repensarem a sua metodologia de ensino, recorrendo a aulas dinâmicas, com a utilização de recursos multimédia e utilização de trabalho em grupo, em vez de as aulas expositivas que levam à desmotivação dos alunos gerando espaço para comportamentos indisciplinados.

Posto isto, através das entrevistas, aplicadas à Presidente do CE e D.T., e inquéritos por questionário aplicados aos docentes é perceptível que todos concordam que o vínculo entre docente e aluno pode significar um recurso importante em relação à indisciplina. Este vínculo, segundo a D.T. também pode promover o respeito entre aluno e docente.

➤ **Perg. 6 – Analisar o tipo de medidas desenvolvidas pela ESMA para dar resposta aos casos de indisciplina escolar**

No que se refere as medidas desenvolvidas pela ESMA para dar resposta aos casos de indisciplina escolar, é de evidenciar, com auxílio da análise documental realizada, que a escola tem no seu projeto educativo, medidas relacionadas com a indisciplina escolar, uma vez que, esta é uma área prioritária de intervenção estratégica. Assim, estas medidas passam sobretudo pela divulgação do Regulamento Interno da escola, de forma a que toda a comunidade educativa tenha conhecimento dos seus direitos e deveres, a dinamização de reuniões com os E.E. no sentido de sensibilizar para a necessidade de os seus educandos cumprirem as regras

previstas no referido documento, a dinamização de atividades de prevenção e a dinamização de formação no âmbito da gestão de comportamentos.

Ainda neste sentido, a escola implementou no seu plano de ação estratégico um conjunto de atividades a desenvolver junto da comunidade educativa que passam pela criação de Assembleias de Turma, e a criação do Projeto Tutorias. Contudo, importa referir que, segundo os dados recolhidos dos inquéritos por questionário aplicados aos alunos, estes referem que as medidas implementadas pela escola como forma de combater a indisciplina não são adequadas e apontam como alternativas a criação de espaços escolares mais agradáveis, a criação de projetos para que estes se envolvam neles, diversificar o tipo de aula, dialogar mais com os alunos, a criação de um acompanhamento individualizado e manter os pais/E.E. informados.

➤ **Perg. 7 – Determinar as estratégias mais adequadas aplicadas pelos docentes na ESMA no combate à indisciplina escolar**

No que se refere as estratégias consideradas mais adequadas por parte dos docentes no combate à indisciplina escolar, podemos mencionar, com auxílio das entrevistas realizadas à Presidente do CE, D.T. e Presidente da APEE, que as estratégias mais adequadas passam por entender a importância das regras, não hesitar na aplicação das mesmas, estabelecer com os pais/E.E. uma comunicação regular e aberta e criar um suporte, transversal e em rede que permita o acompanhamento dos casos de indisciplina. Como menos eficácia, destacamos o docente não exigir o cumprimento das regras, ignorarem ou minimizarem os atos de indisciplina e a utilização da punição por meio da suspensão e da expulsão da sala de aula.

Neste sentido, é de realçar que todos os métodos de prevenção mencionados pelos entrevistados como adequados, são iniciativas de diálogo com o intuito de, junto do aluno, transmitir as normas de conduta adequadas e fazer com que este as entenda e repense o seu comportamento.

Por outro lado, com recurso aos inquéritos por questionário aplicados aos docentes, foi possível verificar que estes utilizam com mais regularidade as seguintes estratégias: advertir o aluno perante um comportamento irregular alertando-o para a necessidade de evitar tal tipo de conduta, dizer muito claramente aos alunos como se devem comportar e repreender o aluno diretamente. Por outro lado, as estratégias menos utilizadas pelos docentes são dar ordem de saída da aula e conversar com os alunos perturbadores no final da aula. Em suma, é notório que os docentes tentam por via do diálogo repreender e alertar o aluno para o seu comportamento, também o elogiam quando este tem melhorias no seu comportamento e, nos casos em que o diálogo não tem efeito, estes comunicam com o D.T. ou com o E.E.

➤ **Perg. 8 - Analisar a opinião dos pais/E.E. no conhecimento das regras disciplinares e de prevenção de situações de indisciplina escolar na ESMA**

No que se refere a opinião dos pais/E.E. sobre o conhecimento das regras disciplinares e de prevenção de situações de indisciplina no contexto escolar analisado, foi possível, através dos inquéritos por questionário a eles aplicados, concluir que, este, na sua maioria, tem conhecimento das regras, apresentadas no Regulamento Interno da escola, bem como, no Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário, sendo que, os pais/E.E. afirmam concordar com as mesmas. Contudo, foi perceptível a existência de pais/E.E. que desconhecem os documentos, sendo fundamental a sua divulgação, uma vez que, a estes se impõem a obrigação

de conhecer a documentação, pois é seu dever conhecer os direitos e deveres dos alunos estipulados no Regulamento Interno da escola, bem como, contribuir para que o seu educando cumpra com as normas estabelecidas.

Por conseguinte perante a verificabilidade das perguntas de investigação que fizemos anteriormente e recorrendo à triangulação de todos os dados obtidos dos sujeitos do estudo, no âmbito da interpretação dos mesmos, podemos concluir as seguintes análises que ficam em aberto para reflexão:

- A prática pedagógica realizada pelos docentes exerce grandes e significativas influências sobre a (in)disciplina, o desempenho e sobre o (in)sucesso escolar dos alunos. Nesta medida, realçamos, à luz da análise de conteúdo às entrevistas semiestruturadas realizadas que a abordagem preventiva é aquela que melhor pode favorecer a (re)construção da disciplina escolar: intervir, e intervir precocemente, funciona como uma mais-valia neste processo, uma vez que muitos dos problemas disciplinares existentes nas escolas só se vão agudizando porque não há intervenção por parte da comunidade educativa e da família;
- O incumprimento das regras, a indisciplina ou o mau comportamento dos alunos devem-se ao desejo de eles conseguirem a atenção dos adultos (docente), da manifestação do poder, desejo de mostrar certas incapacidades e desejo de causar dano aos seus pares e/ou docente (Martins, 2014). Muitas vezes os comportamentos disruptivos dos alunos só ocorrem porque o docente ou é demasiado autoritário ou permissivo; ou porque o sistema de regras em sala de aula não é claro e democrático, contando com a opinião dos estudantes; ou, até, em última análise, porque a escola e o meio onde se insere condicionam determinados cânones comportamentais que, antes de se inserirem na escola, os estudantes já vivenciavam (Cabral, 2022; Gomes, 2020; Tavares, 2018);
- As estratégias ou procedimentos adequados têm a ver com a planificação dos docentes nos primeiros dias, a imposição das regras/normas, das rotinas educativas, do ritmo de aprendizagem, do estilo do docente, da comunicação e interação grupo/turma, da organização espacial dos alunos, da gestão e controlo da disciplina por parte do docente (experiência), da falta de tutorias de apoio, etc. Por isso, as componentes de disciplina escolar implicam uma ação reflexiva dos responsáveis do conselho executivo, dos D.T. e docentes (conhecimentos, habilidades, atitudes, ações de intervenção), dos alunos (fatores cognitivos, sociais, psicológicos e saber controlar e gerir as emoções e estados de animo), da flexibilidade do currículo, do contexto da escola e da participação e colaboração da família ou pais/E.E.;
- É fundamental o diálogo entre os docentes e os alunos sobre os objetivos da escola se destina e o repensar como deve ser conduzido os processos de aprendizagem (apoio de outros segmentos da instituição, incluindo conselho executivo, D.T. e equipa de apoio pedagógico) torna-se evidente (Tavares, 2018). Da mesma forma, as medidas a serem adotadas em relação ao comportamento indisciplinado são vistas como ineficientes pelos alunos e não proporcionam um ambiente educativo e de convivência, onde prevaleça as relações de maior proximidade e compreensão, de abertura e escuta ativa, de respeito às diferenças, domínio das emoções e promoção de habilidades sociais e desenvolvimento de senso crítico (Correia, 2017; Pedreira, 2020; Queiroz, 2019). Por isso é fundamental que as medidas disciplinares sejam compreensivas e

aceites pela comunidade educativa como possíveis para tornar um ambiente e uma convivência educativa mais construtiva no sentido de maior autonomia, formação para a cidadania e desenvolvimento profissional e humano;

- Os pais/E.E. devem ser convocados a participarem em reuniões na escola, onde sejam informados sobre questões relacionadas com o comportamento e rendimento escolar do aluno, de modo, a agirem em conformidade com a escola, adotando um plano estratégico semelhante. A partir da divisão de trabalho em casa e no meio escolar, torna-se mais fácil a resolução dos problemas existentes na escola. (Antunes, 2002);
- As causas efetivas e as respostas adequadas para o fenómeno não se podem circunscrever ao âmbito da própria escola e dos seus atores. Trata-se e uma problemática mais vasta que implica um nível de atuação que vai para além dos muros da escola, já que não poderemos deixar de ter presente quer as particularidades dos contextos locais em que ocorre (dimensões socioculturais, económicas e familiares), quer as características do próprio sistema educativo e dos meios postos a disposição pela ESMA;
- A nossa proposta de um Plano de Intervenção deve ser vista como uma aposta na prevenção, de consciencialização da disciplina, de formação dos alunos (para a cidadania e convivência escolar) e a sua envolvência com outros atores, na proximidade entre a escola e as famílias, na decisão baseada na avaliação das situações, as quais necessitam de estratégias importantes para enfrentar a indisciplina na escola. Porém, não se trata de um problema com soluções simples, fáceis, imediatas e sectoriais, nem a eficácia das ações, mesmo quando estas são adequadamente concebidas e aplicadas, segundo os casos;
- Cabe à ESMA efetivar todos os meios e medidas para sensibilizar a comunidade educativa para prevenir e combater os casos de indisciplina escolar e para tal deve ter a escola ter um Plano Estratégico de Intervenção que envolva todos os atores e protagonistas. Constatámos que um programa de inteligência emocional, que ensine ao autoconhecimento e controlo das emoções próprias e dos outros, além do desenvolvimento de habilidades sociais, será útil para suprimir ou atenuar atos de incumprimento de normas ou de indisciplina, proporcionando uma educação para as emoções, integrada ao currículo escolar.

CAPÍTULO IV - PROPOSTA DE PLANO DE INTERVENÇÃO

O presente capítulo aborda o Plano de Intervenção (PI), em contexto educativo, de combate à indisciplina e incumprimento de regras escolares, desenvolvido pela mestrandia como proposta de ação e/ou intervenção. O referido Plano contém a fundamentação (objetivos) o papel dos agentes educativos e comunidade educativa da ESMA, orientações gerais de atuação, medidas preventivas e corretivas/sancionatórias (previsto no estatuto Disciplinar do Aluno), indicadores e metas, acompanhamento e mecanismos de avaliação. No fundo a proposta pretende dar resposta à problemática de estudo, que neste caso, é a indisciplina escolar.

Neste sentido, importa mencionar que um projeto de intervenção estabelece e direciona as ações planeadas para a resolução de problemas e/ou necessidades identificadas, sempre com o objetivo de gerar uma mudança e um desenvolvimento. De facto, o Plano de Intervenção destina-se a ser implementado na turma alvo do estudo com uma duração de um ano letivo, pretendendo desenvolver junto dos intervenientes (alunos, pais/E.E., professores, assistentes operacionais, dinamização por parte da direção de turma (D.T.) e da Psicóloga da instituição de ensino e outros atores, na promoção de estratégias a adotar em situações de indisciplina escolar, contribuindo para um maior envolvimento de todos, no percurso escolar dos alunos.

1. FUNDAMENTAÇÃO E OBJETIVOS DO PI

Já dissemos no Capítulo I que a indisciplina se associa à perturbação do ambiente e clima educativo, identificando-se como um problema com um peso significativo no desempenho e insucesso escolar e nos fracos resultados obtidos pelos alunos.

O Ministério da Educação e Ciência (MEC) tem vindo a promover um conjunto de medidas no combate, na prevenção e intervenção na indisciplina, nomeadamente a medida regulamentada mais recentemente, pela Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro do Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, no qual se estabeleceram os direitos e deveres dos alunos e o compromisso dos pais e encarregados de educação e educação no percurso escolar dos educandos e na a sua educação. Outra medida, para controlar a violência nas escolas, foi introduzida em 1992, mediante o protocolo celebrado entre o Ministério da Educação e o Ministério dos Assuntos Internos, com a criação do Programa Escola Segura.

Em 2006, Ministério da Educação, criou a Equipa de Missão para a Segurança Escolar, tendo particular atenção aos alunos provenientes de meios socialmente desfavorecidos e em situação de risco de exclusão social e escolar. Esta equipa avalia as ocorrências registadas pelas escolas, em articulação com o Observatório de Segurança na Escola. Os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) criados em 1996 pelo Ministério da Educação, através do Despacho 147-B/ME/96, procuraram constituir uma medida específica de prevenção da indisciplina e violência em meio escolar. Ainda se devem destacar outros os programas e projetos do Ministério da Educação, nomeadamente o Programa Mais Sucesso Escolar, o Programa Integrado de Educação e Formação, em articulação com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, e o Programa Escolhas, promovido pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, com apoio do Ministério da Educação (Pereira2002).

É óbvio que a indisciplina pode ser vista através de comportamentos, posturas e condutas tidas como inadequadas que acabam prejudicando o professor, os colegas, as relações e o contexto da escola como um todo (Carvalho, 2018). Ela perturba os professores, afeta-os emocionalmente, mesmo mais do que os problemas de aprendizagem com que habitualmente também têm de se confrontar. Em suma, a indisciplina é um conjunto de comportamentos que perturbam o funcionamento da sala de aula, que podem perturbar os professores emocionalmente, psicologicamente, desmotivando-os a exercer a sua profissão (Gomes, 2020).

De facto, podemos entender a indisciplina como uma desobediência às regras que se aplicam a uma determinada sala ou situação, no caso da escola (Carita & Fernandes, 2002). Porém, para a compreensão do conceito de indisciplina e como ela interfere na aprendizagem, é importante compreender de forma abrangente a compreensão dos principais teóricos que tratam do assunto e como ela contribui para o processo ensino-aprendizagem na escola para dificultar (Machado, 2022). Referimos que a indisciplina é caracterizada pelo desvio às regras instituídas e, conseqüentemente, a perturbação que esse desvio poderá provocar posteriormente nos processos (socio)pedagógicos desencadeados na escola (Estrela, 2002). A dificuldade em abranger a diversidade que a indisciplina encerra, reforça a importância de clarificar que não existe um único tipo de conduta que caracterize o aluno indisciplinado (Amado, 2001; Carvalho, 2018; Tavares, 2018). Procurando suprir esta limitação, os diversos trabalhos de investigação de Amado (2001) de Amado & Freire (2002, 2009) contribuíram em larga escala para clarificar que a problemática do desvio às normas na escola seria a manifestação de um mesmo fenómeno – a indisciplina – a três níveis distintos.

Por outro lado, as famílias são agentes privilegiados de transmissão de valores humanos, de identidade cultural e da comunidade histórica, a sua função ganha um papel preponderante no desenvolvimento de cada geração. A família é o espaço onde se espera que os afetos aconteçam de uma maneira natural, sem constrangimentos, sendo que cada ser tem um lugar único e insubstituível (Carvalho, 2018). É na família que se faz a aprendizagem de dimensões significativas da interação: contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais e relações afetivas. A família não está imune a transformações, onde surgem as mudanças significativas nos costumes e nos valores tradicionais, quer pelas transformações económicas, demográficas, quer pela evolução da ciência e da tecnologia (Correia, 2014; Gomes, 2018). Se analisarmos a família, na perspectiva sistémica, teremos que perceber a evolução do conceito de família que tem vindo a adquirir novas tendências, novas configurações e estruturas familiares, permitindo novas conceções de família e da organização da vida dos seus membros (Pereira 2016). A dinâmica da família na sua organização interna tem vindo a alterar-se (Queiroz, 2019).

Relativamente às medidas preventivas M^a Teresa Estrela (2002) considera algumas orientações para a sua construção, nomeadamente: um clima relacional assente em normas e regras; um clima de abertura ao aluno e atuar com competência técnico-pedagógica. A primeira medida de prevenção, a construção de um clima relacional assente em normas e regras, é referente à capacidade de liderança e ao estilo de autoridade do professor, bem como o seu relacionamento com os alunos, dando ênfase ao civismo e ao bom ambiente de trabalho, onde existe uma formulação e exigência de regras e as normas dentro da sala de aula, num ambiente democrático e participativo entre alunos e professor, podendo-se realizar, para esse efeito, assembleias de turma ou dinâmicas de grupo, com o intuito de os alunos não só desenvolverem

a sua vertente cívica, como também crescerem através da reflexão e da participação, fazendo parte de um processo de democratização (Queiroz, 2019). Esta ideia exige algumas medidas de prevenção a implementar, começando por informar logo no início do ano letivo os alunos das regras disciplinares que regulam o funcionamento da escola e na sala de aula, mencionando que elas devem ser em número reduzido e, ainda envolver os alunos a participar na própria feitura de formulação de algumas regras, apresentando claramente as suas expectativas quanto aos seus comportamentos (Valente, 2014). É muito importante o envolvimento dos alunos e família na Escola em relação à implementação das regras, pois permitirá um maior empenho dos alunos em cumpri-las nos espaços escolares.

A nível da segunda medida de prevenção, a construção de um clima de abertura ao aluno, referente à capacidade do professor dar a palavra, ouvir e de orientar os alunos de forma a poder apoiá-los, tanto na vertente escolar, educativa como psicológica e social, afim de construírem e gerirem, adequadamente, a sua autoestima e autoconceito (Estrela, 2002). A desvalorização destes conceitos implica desinteresse/desmotivação e a procura de novos pares com quem se identifiquem, que geralmente se regem à margem das regras estipuladas pela escola (Gomes, 2020; Pereira, 2016). Esta abertura da relação pedagógica 'professor e alunos/turma', permite a opinião dos alunos sobre os fatores que podem favorecer a disciplina, designando os seguintes (Estrela, 2002; Carita & Fernandes, 2002): a relação de amizade entre o professor e os alunos; a atmosfera e clima de liberdade; o espaço para estimular a criatividade do aluno; o interesse pelo trabalho, devido à motivação proporcionada pelo professor, cooperação entre professor-alunos e entre pares; o sentido de humor do professor; o professor compreensivo, utilizando um esquema de aula flexível; o professor pouco rigoroso nas faltas e na aplicação de castigos; a liberdade de escolher o trabalho a desenvolver; atividades de animação e dinâmica de grupo.

A atuação do professor com competência técnico-pedagógica, referente à respetiva formação inicial e contínua do professor, em que este deve evidenciar: conhecimentos atualizados dos conteúdos curriculares e competências metodológicas e didáticas na elaboração de materiais didáticos de suporte às aulas; e a vertente pedagógica, na base de diversos modelos, métodos e técnicas de ensino (Machado, 2022). A competência a nível pedagógico inclui um campo vasto de situações, o que permite a implementação de estratégias de cooperação e de dinâmicas de grupo, favorecendo assim o desenvolvimento da autoestima, da solidariedade, da cooperação e do respeito entre os alunos (Amado, 1999). Outro aspeto importante dentro deste nível é a organização e a gestão adequada da aula, desenvolvendo-se procedimentos de forma a controlar o comportamento dos alunos.

Alguns indicadores orientadores na implementação Plano de intervenção, a ter em conta em termos de diagnóstico e análise *Swot*, são os registos de ocorrência de indisciplina e *bullying*, faltas disciplinares, a taxa de retenção e/ou de insucesso escolar no ESMA. É que a prevenção da indisciplina e do incumprimento das regras disciplinares deve constituir uma das prioridades do Projeto educativo do ESMA, onde deve constar a aplicação das estratégias de forma concertada em relação à definição de um plano de ação de prevenção e controlo da indisciplina. Ora a nossa proposta de PI no combate à indisciplina pretende dar resposta adequada aos problemas existentes no ESMA, enquadrando-se no seu Projeto Educativo, respeitando o Regulamento Interno, o estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei nº 51/2012, de 5

de setembro). Ou seja, a nossa pretensão é o de melhorar o desempenho e a qualidade dos resultados escolares dos alunos da Turma do 3.º CEB.

Os objetivos do PI pretendem promover o reconhecimento dos alunos dos seus atos de indisciplina e desobediência (diálogo, consciencialização), fazendo-os refletir (causas, motivos); promover a comunicação entre a família e escola/professores sobre a indisciplina escolar; desenvolver ações de intervenção, tais como, levar os alunos a refletirem sobre a causa efeito dos atos incorretos ou indisciplinados e na procura de soluções. Introduziram-se medidas para os casos graves, por exemplo: aplicação de castigos (privação recreio, registos na caderneta); mediação de conflitos; registo do comportamento dos alunos (painel de registo exposto na sala de aula); planificação das aulas consoante o interesse dos alunos. As medidas para os casos graves assentaram: informar a instituição (direção) e a família; sensibilização dos alunos a terem bons comportamentos e a cumprirem a disciplina (painéis, folhetos, reuniões, etc.); promover a formação psicossocial e pedagógica dos assistentes educativos ou assistentes operacionais, na vigilância dos espaços informais.

Neste sentido, a aplicação do PI deve orientar-se pelos seguintes **Objetivos Gerais**:

- a) Definir, com clareza, os padrões de conduta disciplinar adequada para os alunos na sala de aula, promovendo a sua divulgação junto dos pais/E.E. e comunidade educativa;
- b) Identificar as situações de incumprimento das regras disciplinares e de indisciplina ocorrida, segundo o seu grau de gravidade, dando-lhes uma resposta célere e eficaz, mas não desrespeitando os diferentes intervenientes no processo educativo (professores e assistentes operacionais), em conformidade com o papel que lhes é atribuído pelo Estatuto do Aluno e Ética Escolar;
- c) Implementar medidas disciplinares adequadas, equilibradas e coerentes aos casos de indisciplina, desrespeito e desobediência disciplinar ocorridos na sala de aula e outros espaços educativos do ESMA;
- d) Corrigir os comportamentos perturbadores e de indisciplina valorizando de forma ativa e sistemática as atitudes positivas, promovendo a consciencialização dos atos e promovendo um ambiente de trabalho escolar favorecedores das aprendizagens;
- e) Definir compromissos com os alunos-pais/E.E. e Escola no âmbito comportamental (contrato de aprendizagem e de conduta moral);
- f) Proceder à monitorização e avaliação processual da indisciplina da turma, de forma sistemática.

Em relação aos **Objetivos Específicos** estabelecemos os seguintes:

- Desenvolver junto dos alunos competências ligadas ao saber ser e saber estar;
- Desenvolver uma melhoria da conduta dos alunos ao nível do ambiente de sala de aula.
- Promover um espaço de partilha de experiências com os professores e assistentes operacionais sobre a indisciplina e incumprimento de regras.
- Fomentar uma melhoria ao nível do ambiente educativo e de relações sociais na escola (convivência) e em especial em sala de aula.
- Promover um maior envolvimento dos pais/E.E. no percurso escolar e nas atividades dos seus educandos no ESMA.

- Sensibilizar os pais/E.E. para a importância do cumprimento das regras de disciplina e do desenvolvimento dos seus educandos nessa consciencialização.

Por conseguinte o PI de combate à indisciplina deve merecer uma apreciação pelas várias estruturas da comunidade educativa da ESMA, de forma a ser implementado, divulgado entre os agentes educativos e parceiros, sendo acompanhada na sua execução pelo Conselho pedagógico e analisado os seus respetivos resultados.

Na verdade, devemos entender o PI como um instrumento de controlo à indisciplina para a preservação de um bom ambiente educativo e convivencial na ESMA

É certo que devemos priorizar medidas educativas e não punitivas e, ainda zelar pela eficácia da aplicabilidade do PI, sendo partilhado pelos professores titulares do 3.º CEB e pelos professores de outros ciclos, incluindo as assistentes operacionais, no âmbito da promoção 'Cidadania e Desenvolvimento'.

Haverá que desmistificar a ideia de que os alunos apenas têm direitos, sem normas, deveres ou obrigações para com os professores e colegas seus pares. A indisciplina nega a educação para a cidadania e impede o bom desempenho das aprendizagens. Os comportamentos indisciplinados e dos alunos incumpridores das regras disciplinares é algo que deve ser refletido, no assumir de responsabilidades por todos, de acordo com o respetivo estatuto.

Efetivamente a diminuição da indisciplina na ESMA deve-se criar uma boa convivência escolar, um bom clima educativo e de trabalho nas salas de aula, proporcionando as aprendizagens adequadas a desenvolver competências e, ainda mobilizando a colaboração e cooperação de toda a comunidade.

2. ORIENTAÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

Sabemos que aos responsáveis do ESMA lhes cumpre garantir a divulgação das regras de disciplina, do Estatuto do Aluno e Regulamento Interno junto da comunidade educativa, apoiar o pessoal docente e não docente nesse cumprimento disciplinar e tomar atempadamente as decisões de âmbito disciplinar que lhes compete. Para isso também é conveniente estabelecer parcerias socioeducativas com os atores sociais e educativos da comunidade. Ou seja, para este PI importa estabelecer algumas parcerias, nomeadamente com a: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Horta (entidade com referência no trabalho junto de crianças/jovens e sua família); Centro de Saúde da Horta (equipa de saúde escolar); APEE (contribuirá na colaboração e divulgação das atividades).

Para uniformizar os critérios de execução do PI torna-se necessário clarificar os papéis a desempenhar por todos os membros da comunidade educativa da ESMA.

Os ALUNOS, através de reuniões e/ou ações de divulgação, sensibilização e workshops devem:

- Assumir o compromisso, de modo a que conheçam e respeitem as regras disciplinares na ESMA;
- Respeitar e fazer cumprir o Regulamento Interno da ESMA e o Estatuto do Aluno;
- Cumprir as instruções do pessoal docente e não docente (em especial dos assistentes operacionais).

Os PROFESSORES e PESSOAL NÃO-DOCENTE, reuniões e/ou ações de divulgação, sensibilização e workshops devem:

- Conhecer as regras disciplinares e o Regulamento Interno da ESMA;
- Exercer as suas competências de forma coerente, justa e isenta em casos de incumprimento das regras e faltas de respeito, agindo disciplinarmente e encaminhando devidamente cada caso para o conselho executivo da ESMA;
- Zelar pelo cumprimento do PI no combate à indisciplina.

Os PAIS/E.E., através de reuniões e/ou ações de divulgação, sensibilização e workshops devem:

- ✓ Colaborar com os professores (titular de turma ou diretor de turma) no cumprimento das regras disciplinares e o Regulamento Interno da ESMA;
- ✓ Consciencializar os seus educandos no cumprimento das regras disciplinares e de boa educação (boas maneiras) – conduta moral;
- ✓ Esclarecer as dúvidas junto dos professores sem colocar em causa a autoridade destes;
- ✓ Manter-se informados e em contacto com a ESMA e a vida escolar dos seus educandos, verificando regularmente as mensagens e outros processos de comunicação provenientes da Escola ou através da caderneta escolar, etc.;
- ✓ Verificar regularmente o material escolar e acompanhar o desempenho e as tarefas do seu educando.

Efetivamente, os professores e não-docentes devem procurar intervir tendo em conta o tipo de infração ou incumprimento disciplinar, mas seguindo os procedimentos com critérios tendencialmente uniformes. Os professores têm uma intervenção na sala de aula importante e também é essencial agir disciplinarmente no exterior sempre que presenciem infrações ao Estatuto do Aluno e Ética Escolar e Regulamento interno. A marcação das faltas disciplinares será acompanhada com registos de ocorrência no programa dos alunos. Nos casos mais graves os alunos serão encaminhados para o GAAF-Gabinete de Apoio ao Aluno e Família, Gabinete do conselho executivo e comunicação aos professores e pais/E.E.

Ao conselho diretivo e aos conselhos de turma compete-lhes realizar ações com o objetivo de prevenir comportamentos disruptivos dos alunos, realizando reuniões com pais/EE, sensibilizar os alunos (consequências de os atos indisciplinados), organizar sessões ou workshops de divulgação das regras disciplinares impostas no ESMA.

Adotamos a mediação de conflitos (atos considerados violentos, indisciplinados) com as seguintes estratégias (Torrego, 2003, 2008): não interferir no conflito, apenas deixar a mensagem, possibilitando que as crianças resolvam os conflitos entre si (consciencialização: dar voz aos alunos envolvidos); melhorar a planificação das aulas consoante os interesses dos alunos (motivação); mais contatos com o diretor e manter a família ocorrente da situação do aluno; reforçar e instruir os funcionários para controlar os comportamentos nos espaços informais (recreio, corredores, hall entrada, refeitório).

Os efeitos da implementação do PI, em contexto de sala de aula, em alunos designados como indisciplinados, foram muito positivos, a partir das estratégias delineadas conseguimos uma melhoria no controlo destes casos (maior gestão da indisciplina e incumprimento de regras). Os resultados escolares melhoraram com maior empenho nas tarefas propostas, tal como, o nível de concentração, que foi melhorando ao longo do tempo de observação. Avaliação da

eficácia do PEI pelo professor da turma (análise de conteúdo às entrevistas Pós) confirma essa melhoria comportamental e menos atos indisciplinares.

3. ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PI

Indicaremos em seguidas algumas estratégias de implementação do PI relacionado com a sua divulgação e publicação de normas disciplinares em vários espaços escolares.

Estratégias para a divulgação do Plano Disciplinar da ESMA

- Publicitação do Plano Disciplinar de promoção da disciplina no portal do ESMA;
- Divulgação do Plano Disciplinar em toda a comunidade educativa: aos professores, no início do ano letivo, através do: Coordenador de Curso; aos alunos, através do professor titular/D.T.; aos pais/E.E., através do professor titular/D.T.; ao pessoal não docente (assistentes operacionais), através do responsável de cada setor;
- Afixação do Plano Disciplinar em todos os edifícios escolares (pisos) que constituem a ESMA.

Estratégias para a implementação/operacionalização do PI

- **Ao nível da sala de aula:**
 - Afixar um cartaz de incentivo às boas práticas de conduta em todas as salas de aula e outros espaços escolares;
 - Divulgar o Regulamento Interno na base de um ‘Quadro de Regras fundamentais em todas as salas de aula para manter a disciplina;
 - Utilizar para preenchimento uma ficha de ocorrência sobre de regras e situações de indisciplina para ser analisada pelo D.T. em regime de ‘TUTORIA’ com os alunos referidos, de forma a agilizar e uniformizar procedimentos;
 - Promover um tempo de partilha/reflexão do professor/D.T. e/ou técnico (mediador) sobre os comportamentos disciplinares corretos em contexto escolar (código de conduta ética – boas maneiras).
- **Ao nível do Conselho Executivo (liderança)**
 - Criar um tempo marcado no horário do DT em comum com os alunos (Cidadania e Desenvolvimento da conduta ética) para partilha/reflexão dos comportamentos dos alunos;
 - Criar uma equipa permanente e/ou um Observatório da Disciplina (monotorização e mensuração de dados) para a promoção da disciplina na ESMA;
 - Criar um Gabinete de apoio na base da mediação de resolução de conflitos escolares e de apoio tutorial à família;
 - Promover ações de formação no âmbito da educação para a cidadania e convivência social e cultural para todos os elementos da comunidade educativa.

Adotámos a mediação de conflitos (atos considerados violentos, indisciplinares) com as seguintes estratégias (Torrego, 2003, 2008): não interferir no conflito, apenas deixar a mensagem, possibilitando que as crianças resolvam os conflitos entre si (consciencialização: dar voz aos alunos envolvidos); melhorar a planificação das aulas consoante os interesses dos alunos (motivação); mais contatos com o diretor e manter a família ocorrente da situação do aluno; reforçar e instruir os funcionários para controlar os comportamentos nos espaços informais (recreio, corredores, hall entrada, refeitório).

4. ATIVIDADES E AVALIAÇÃO

Relativamente as atividades propostas para o desenvolvimento deste projeto serão realizadas para dar resposta aos objetivos proposto, sendo que, serão atividades direcionadas para se desenvolver com os alunos, estas serão realizadas em parceria com a disciplina de cidadania e desenvolvimento. As atividades destinadas aos docentes, serão realizadas em período pós-laboral, uma vez em cada período letivo. No que se refere as atividades a desenvolver com os E.E., a ação de sensibilização decorrerá em período pós-laboral, enquanto a atividade lúdica deverá acontecer num fim-de-semana, em data a definir.

Deste modo, foram delineadas as seguintes atividades:

Atividade 1 – Momentos de Reflexão

Destinatários: Alunos da turma selecionada

Objetivos:

- Desenvolver junto dos alunos competências ligadas ao saber ser e saber estar;
- Melhorar a comunicação entre docente, pessoal não docente e colegas;
- Explorar acerca da importância das regras e do seu cumprimento.

Procedimentos:

Para o desenvolvimento desta atividade pretende-se criar um ambiente informal, onde o aluno se sinta confortável. Posto isto, a atividade irá se desenvolver através do visionamento de curta metragens, filmes e outros recursos visuais alusivos ao tema da indisciplina.

Esta atividade tem como objetivo levar os alunos a refletir acerca da situação visionada, levando estes a dar a sua opinião sobre o fenómeno da indisciplina, originando um momento de reflexão e discussão sobre a temática, permitindo a comunicação e criando estratégias de resolução de problemas, no sentido de promover junto dos alunos competências de saber ser e saber estar;

Recursos Materiais: Sala de aula, computador, internet e projetor.

Recursos Humanos: D.T. e Psicóloga escolar.

Atividade 2 – Formação Contínua

Destinatários: Docentes da turma selecionada

Objetivos:

- Promover uma reflexão acerca das práticas educativas;
- Proporcionar uma análise e reflexão sobre a temática da indisciplina;
- Encontrar soluções conjuntas para uma intervenção mais eficaz.

Procedimentos:

Para o desenvolvimento desta atividade, pretende-se realizar sessões no auditório da escola com os docentes. Esta atividade, irá se realizar no início de cada período letivo, pretendendo ser um momento de reflexão e debate acerca da temática da indisciplina.

Estas sessões, pretendem promover a discussão e o debate acerca das práticas pedagógicas utilizadas em situações de indisciplina e respetivos modos de atuação.

Pretende-se criar um espaço onde se motive a participação no debate de ideias, a partilha de práticas e de conhecimentos e a reflexão de condutas e de estratégias.

Recursos Materiais: Auditório, computador, internet e projetor.

Recursos Humanos: Psicóloga escolar, Equipa multidisciplinar (das parcerias), que orientará o tema

Atividade 3 – Ação de Sensibilização

Destinatários: E.E. da turma selecionada

Objetivos:

- Sensibilizar os E.E. para a importância das regras e da disciplina no desenvolvimento dos seus educandos;
- Fomentar a partilha de experiências e de soluções conjuntas;
- Consciencializar os E.E. para a importância de uma participação ativa na escola.

Procedimentos:

Para o desenvolvimento desta atividade, pretende-se realizar sessões no auditório da escola com os E.E. Esta irá se realizar no início de cada período letivo, pretendendo ser um momento de reflexão e debate acerca da temática da indisciplina.

Esta atividade tem o propósito de criar, de um modo informal, um momento de partilha de experiências, reflexão, dificuldades, angústias e soluções conjuntas que facilitem na adoção de estratégias, nomeadamente, na definição de regras e limites nos seus educandos.

Recursos Materiais: Auditório, computador, internet e projetor.

Recursos Humanos: D.T., Psicóloga Escolar, Equipa multidisciplinar (das parcerias), que orientará o tema

Atividade 4- Família vem à Escola

Destinatários: Alunos da turma selecionada, seus E.E. e docentes

Objetivos:

- Consciencializar os E.E. para a importância de uma participação ativa na escola;
- Promover um maior envolvimento dos E.E. nas atividades escolares desenvolvidas.

Procedimentos:

Para o desenvolvimento desta atividade, pretende-se que os E.E. se desloquem à escola nas atividades de fim de período. Esta atividade pretende ser um momento de partilha e de convívio entre todos os intervenientes que participam neste projeto de intervenção.

Deste modo, concretizam-se através das atividades desenvolvidas pelos clubes, nomeadamente, uma peça de teatro promovida pelo Clube de Teatro, a realização de atividades

náuticas, promovida pelo Clube do Mar e um conjunto de diversas modalidades de desporto dinamizadas pelo Clube Desportivo Escolar.

Recursos Materiais: Instalações escolares, materiais de desporto

Recursos Humanos: Docentes, Psicóloga escolar, D.T.

Para tornar o projeto exequível vamos desenvolver as atividades com os recursos materiais existentes nas instalações da instituição de ensino, não sendo necessário nenhum recurso financeiro. E como recursos humanos, para além dos intervenientes no projeto, temos o D.T., a psicóloga da escola e a equipa multidisciplinar oriundas das parcerias existentes.

A necessidade de fomentar a convivência, pela gestão positiva das relações interpessoais e dos conflitos, deve ser uma prioridade. Esta dimensão social de mediação (cabe ao professor ou aos técnicos da escola) constitui uma questão educativa, pedagógica e organizacional de grande apoio ao PI. Sabemos que a socialização em contexto escolar resulta do esforço de apropriação de regras de comportamento, sendo que a articulação das normas/obrigações, dos valores e dos conhecimentos adquiridos deve refletir-se na vida social e escolar. Mas, as dissensões e as ruturas relacionais surgidas nos espaços escolares são reveladoras de atos de incumprimento de regras e de indisciplina, de conflitualidade e de violência. Ou seja, constituem uma fratura à normatividade disciplinar na escola e colocam em causa a cultura disciplinar, que se espera que exista na ESMA. Assim a estratégia da mediação configura perspectivas alargadas de intervenção para a melhoria pessoal e social dos alunos, nos seus contextos socioeducativos, promovendo novas formas de sociabilidade, de convivência e de reconstrução de laços interpessoais.

Em relação à avaliação do projeto é de relevante importância, pois através dela, podemos medir o impacto da intervenção junto da população alvo. Deste modo, os instrumentos utilizados na avaliação do projeto passam pelo registo de presenças em cada atividade, inquérito de satisfação direcionados aos alunos, docentes e E.E. e a observação das participações escolares, da turma selecionada, a cada período.

No que se refere aos resultados esperados com este projeto de intervenção, passa sobretudo por cumprir os objetivos definidos de acordo com a população-alvo.

Deste modo, esperamos que as atividades a desenvolver contribuem para um maior envolvimento dos E.E. no percurso escolar dos seus educandos e para a adoção de estratégias, por parte de docentes e E.E. em casos de indisciplina. Também esperamos proporcionar aos alunos a vivência de experiências que contribuam para melhorar o seu comportamento em sala de aula e melhorar as suas competências sociais.

Em suma, com a implementação deste projeto, espera-se contribuir para a prevenção de situações de indisciplina nestes alunos, e futuramente, poder alargar o projeto a toda a comunidade escolar.

O acompanhamento e a avaliação o PI caberá ao Conselho Pedagógico em articulação com a DT, realizando a monitorização da evolução da indisciplina, avaliando as medidas previstas em função dos resultados obtidos com as ocorrências registadas e adequar o Plano perante os resultados e a eficácia do mesmo. Neste sentido o diagnóstico das situações de incumprimento

das regras e das situações de indisciplina serão analisadas tal como as soluções preconizadas, para além de verificar o cumprimento das metas previstas no PI, apoiar a comunidade educativa (colaboração) na implementação de medidas de combate à indisciplina e implementando as tutorias de reflexão ou *'focus group'* entre 'professores-alunos.

Por conseguinte, a aplicação do PI pretenderá alertar os responsáveis do conselho executivo, os professores, diretores de turma, pessoal não docente e pais/E.E. para:

- Um maior investimento na desburocratização de implementação das medidas legais aplicadas à indisciplina, que converta todo o processo mais célere, transparente e eficaz, permitindo aos professores adotarem mecanismos eficazes de combate à indisciplina e que auxilie na sua atenuação (papel dos assistentes operacionais e direção da escola), promovendo uma atuação concertada nos procedimentos (uniformes);
- Adotar medidas proativas de combate à indisciplina, tais como a melhoria do código de conduta ou a implementação de um gabinete de combate à indisciplina (técnicos com formação específica e de mediação), que promova ações de formação e atividades a fim de sensibilizar os alunos e os pais/E.E. para o problema dos incumprimentos das regras disciplinares, situações de indisciplina, *bullying* e *ciberbullying* e violência escolar;
- Fomentar ações de formação dos professores e pessoal não docente no âmbito da mediação de conflitos, tão necessária na visão social atual e no consequente novo paradigma do processo de ensino/aprendizagem;
- Desvalorizar os comportamentos e as ações marginais dos docentes e incidir numa preocupação no combate à indisciplina de forma concertada e planificada, mediante o estabelecimento de objetivos claros e definidos para a prossecução da erradicação deste fenómeno;
- Promover a interação entre os atores externos e internos (parceiros socioeducativos da Escola) na figura dos pais/E.E., Projeto Escola Segura, professores, alunos, entre outros agentes educativos, na dinamização de uma cultura de responsabilização e de proatividade no combate à indisciplina, promovendo mais projetos de convivência escolar.

CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo centrou-se na análise do fenómeno da indisciplina enquanto problema presente nas instituições de ensino, o que interfere com o normal funcionamento das aulas, perturbando a aprendizagem e comprometendo as relações entre pares, colocando em causa o ambiente escolar. Segundo Gomes (2020) não se trata de um fenómeno recente relacionado com uma geração ou faixa etária, pois ele sempre esteve presente nas escolas portuguesas, “(...) contudo, tem-se verificado nos últimos anos, a par do agravamento das condições económicas e sociais, o aumento da ocorrência de comportamentos de indisciplina nas nossas escolas (...)” (p.5).

Deste modo, após análise da literatura sobre a problemática, podemos concluir que se trata de um fenómeno em ascensão, que se traduz pela agitação, desatenção, desinteresse, desmotivação para aprender e agressividade entre alunos, e muitas vezes, contra docentes.

A análise dos resultados e a sua explicação e discussão mereceu-nos reflexão sobre a forma como as medidas implementadas pela ESMA no combate à indisciplina e se elas estão interligadas com a pretensão de suprir as situações de incumprimento de regras disciplinares e de atos de indisciplina e violência escolar. Neste sentido, as medidas procuram estabelecer uma relação entre a burocracia subjacente à implementação das medidas legais e sua não utilização; refletir sobre como a não utilização desses mecanismos formais aumenta a utilização de mecanismos de remediação reativos; e, ainda, se a falta de uniformização de medidas de combate à indisciplina leva a um aumento da mesma.

É verdade que as situações de indisciplina podem surgir a partir de algumas ações relacionadas com o docente, como por exemplo, a gestão da sala de aula, a metodologia utilizada e o planeamento da aula. Estes atos de indisciplina são sentidos pelos docentes, não só, como forma de impedimento do seu trabalho, impossibilitando a tranquilidade da aula, mas também como uma ofensa, sendo que, importa realçar que o aluno não tem de gostar do docente, mas sim respeitá-lo (Carvalho, 2018; Queiroz, 2019).

Pelo que analisámos a indisciplina estará muito ligada a comportamentos e atitudes incontroladas dos alunos em termos emocionais (falta de desenvolvimento de habilidades socio-emocionais), ao desinteresse em relação à aprendizagem (estilo e ritmos do professor, métodos de ensino utilizados, às formas de aprender, ao ambiente educativo da sala de aula, falta de formação do professor para saber lidar e gerir situações de incumprimento de regras e desrespeito para com os ‘outros’, etc.) e, por isso não é percebida como uma manifestação que pode refletir dificuldades no controlo da indisciplina. Por isso ainda é identificada como uma forma de rejeição às normas presentes no contexto escolar. É um facto que o cumprimento das regras disciplinares é importante, porém os alunos entendem que algumas delas surgem de maneira imposta e tornam-se pouco efetivas (Amado & Freire, 2009). A busca pelo desenvolvimento dos alunos poderá ser favorecida se as normas forem pensadas coletivamente e assumidas por consciencialização de todos.

Se tomarmos como ponto de partida as entrevistas realizadas e a sua respetiva análise de conteúdo (categorias), verificamos um certo antagonismo patente na tomada de medidas de combate à indisciplina. Se, por um lado, implementa-se escrupulosamente a legislação em vigor (Regulamento Interno e Código Disciplinar), no decorrer das entrevistas, apercebemo-nos que essa aplicação é morosa e, por vezes, não adequada à realidade escolar, o que reitera a

necessidade de a escola precisar de projetos ou programas com melhores medidas de combate à indisciplina. Essa situação é, aliás, corroborada pela D.T (notas de campo), ao referir-se às medidas aplicadas que não são eficazes no tratamento da indisciplina para certos alunos. Contudo, os entrevistados mencionam o esforço feito pela ESMA na tentativa de aplicação da legislação, mas que os docentes ao não cumprirem a sua parte, nomeadamente na marcação de faltas disciplinares e participações, não contribuem para a resolução do problema. Os próprios D.T. são unânimes em apontar a burocracia inerente às medidas como um entrave à utilização de mecanismos legais.

Com os dados obtidos dos alunos em estudo foi possível verificar que a indisciplina pode surgir a partir de algumas ações relacionadas com o docente, como por exemplo, a gestão da sala de aula, a metodologia utilizada e o planeamento da aula (Sampaio, 2015). Estes atos de indisciplina são sentidos pelos docentes, não só, como forma de impedimento do seu trabalho, impossibilitando a tranquilidade da aula, mas também como uma ofensa, sendo que, importa realçar que o aluno não tem de gostar do docente, mas sim respeitá-lo (Sebastião, Alves & Campos, 2003; Tavares, 2018). De facto, os alunos salientaram que a maior parte das participações disciplinares acaba por ser esquecida ou negociada com o diretor de turma e que, mesmo que venham a ser castigados, esse castigo acontece bastante mais tarde e, normalmente, são apenas repreendidos.

Evidentemente que os docentes são parte essencial da relação estabelecida entre aluno e escola, é fundamental que essa relação seja positiva e motive os alunos para a aprendizagem e prevenção de comportamentos de risco (Santos, 2021). Contudo, é do conhecimento geral, que as nossas escolas estão providas de docentes com uma elevada faixa etária e com muitos anos de carreira, originando um cansaço, dito normal, que os impede de aceitar tranquilamente muitas das atitudes dos alunos, fazendo com que as classifiquem como comportamentos indisciplinados. Isto origina uma falta de uniformidade no que se refere à precessão por parte dos docentes sobre o que é indisciplina, ou seja, o que para alguns docentes é indisciplina, para outros é apenas uma manifestação da adolescência (Gomes, 2010; Queiroz, 2019). Assim, torna-se fundamental que os docentes atuem de forma firme e coerente com os seus alunos, mas esta firmeza deve demonstrar atenção e preocupação com o aluno e não um autoritarismo (Cabral, 2022). Pois, *“(…) uma boa gestão da aula está na base da prevenção da indisciplina, na medida em que a organização de boas aulas, a nível de gestão de tempo, programação e adequação aos interesses dos alunos, vai incentivá-los a ficarem mais motivados e concentrados no processo de ensino aprendizagem, evitando, assim, distrações e casos de indisciplina. (…)”* (Martins & Teixeira, 2014, p. 87-88).

Deste modo, podemos referir que existem dois tipos de estratégias para lidar com a indisciplina, as estratégias preventivas *“(…) executadas antes da ocorrência dos comportamentos de indisciplina, com o objetivo de diminuir ou anular os fatores que possam perturbar o desenvolvimento da aula (…)”* (Cabral, 2022, p.9); E as estratégias remediativas aplicadas após situações de indisciplina, sendo que, nesta categoria englobam estratégias corretivas, utilizadas quando o comportamento indisciplinado não é considerado como muito grave, *“(…) este tipo de estratégias pode ter por base o diálogo com os alunos e/ou encarregados de educação ou a utilização de advertências (verbais ou escritas)”* (Picado, 2009, citado por Cabral, 2022, p.10); E as estratégias punitivas que *“(…) visam a cessação imediata de*

comportamentos de indisciplina através da utilização de autoridade (...)” (Almog & Anzari, 2019, citado por Cabral, 2022, p.10).

Na verdade, importa referir que na nossa opinião, as estratégias punitivas não são eficazes, na medida em que, por um lado é visto por alguns alunos como uma recompensa pelo seu mau comportamento, e por outro, podem ter um impacto negativo nos alunos, uma vez que, não promovem a melhoria dos comportamentos nem a autorregulação (Martins, 2014). Contudo, estas estratégias são muito utilizadas pelas escolas para lidar com a indisciplina, estando regulamentadas na documentação de todas as instituições de ensino. A *“(...) aplicação repetida de estratégias punitivas pode privar os alunos da aprendizagem (...)*” (Jean-Pierre & Parris, 2018, citado por Cabral, 2022, p.17).

Relativamente aos pais/ E.E., é de mencionar que o papel da família é fundamental para o desenvolvimento do aluno, uma vez que, *“(...) a família é o alicerce da criança, pois é no seu seio que se processa a socialização primária (...)*” é aqui que vão formar a sua personalidade, sendo esta um reflexo do tipo de família em que se insere (Díaz-Agudo, 1992, citado por Martins, 2014, p.175), assim, o aluno *“(...) se vive num ambiente problemático ou num ambiente estável, isso vai se refletir no seu desenvolvimento, no seu bem-estar e na sua prestação escolar.”* (Díaz-Agudo, 1992, citado por Martins, 2014, p.175). Neste sentido, podemos afirmar que uma relação próxima entre a família e a escola só beneficia o aluno, pois, se existir um envolvimento e uma participação dos pais/E.E. no percurso escolar dos seus educandos, origina um melhor rendimento académico e, ainda, melhora o comportamento dos alunos.

É óbvio, segundo a literatura que, durante a adolescência passa-se muito tempo na escola daí a importância desse contexto influenciar positivamente a vida dos alunos (Martins, 2014). Assim, é fundamental que cada instituição de ensino, apesar de se encontrar penetrada em formalidades, tenha disponibilidade para responder eficazmente aquilo que deve ser a sua missão educativa e atuar prontamente e com eficácia em matéria disciplinar (Pereira, 2016; Gomes, 2020). Para tal, torna-se necessário que encontre soluções eficazes para minimizar e prevenir situações de indisciplina, como por exemplo, uma aposta na prevenção, na divulgação do seu Regulamento Interno, na formação dos docentes e na proximidade entre a escola e a família. Contudo, é perceptível que a indisciplina não é um problema com soluções simples, fáceis e imediatas, e neste sentido, esperamos que o presente trabalho possa ser uma resposta e uma chamada de atenção para a problemática da indisciplina escolar, sobretudo, neste contexto escolar onde se realizou o estudo, uma vez que, foi possível verificar que o fenómeno da indisciplina tem vindo a aumentar na ESMA, sendo que, são cada vez mais as turmas com alunos problemáticos.

Por outro lado, ao realizar um estudo de carácter exploratório, as conclusões que aqui fomos explanando são somente aplicáveis a este contexto geográfico e escolar da ESMA e os dados obtidos só com muita cautela poderão ser objeto de alguma generalização. Significa isto, portanto, que os resultados aferidos têm, necessariamente, um valor restrito à realidade da Escola. Ademais, o nosso estudo e as ilações que dele retirámos, não usufruíram do contributo de todos os alunos do 3.º CEB, mas sim de uma turma. Não obstante tais constrangimentos, ainda estamos cientes de que as estratégias e recomendações que fomos elencando e explorando representam, também elas, apenas um pequeno contributo para o desenvolvimento e melhoria das práticas de atuação dos professores da ESMA face aos fenómenos e comportamentos de indisciplina escolar existentes. Como tivemos a

oportunidade de o frisar, esta é uma problemática que, em virtude da sua complexidade, requer respostas variadas e diversificadas em função dos ‘dilemas’ diagnosticados, considerando as diferentes situações e contextos sociais e escolares em que ocorre.

Efetivamente, este estudo tem uma mensagem explícita, ao se revestir de uma série de anotações e análises que nos parecem essenciais para conhecer e prevenir a indisciplina escolar, conhecer e reverter o insucesso escolar, conhecer e frisar a importância que pais/E.E. e escola assumem quando, juntas, batalham pelo bem comum dos seus filhos e alunos; e uma implícita que só agora, bem no final do ‘nosso percurso’, temos a ousadia de revelar: falar e opinar de (in)disciplina e de (in)sucesso escolar, todos somos e seremos sempre capazes (Carvalho, 2018; Correia, 2014; Pereira, 2016; Tavares, 2018).

Em relação às limitações tidas ao longo do processo de desenvolvimento deste estudo, foram vários os constrangimentos, que foram surgindo, e como tal, iremos passar a explicar cada um. O primeiro constrangimento, diz respeito ao fator que retardou este estudo, sendo este, o facto de a investigação não ter decorrido no ano letivo 2021/2022, numa Escola Básica da Horta, cujo público alvo eram alunos do 2º ciclo. Isto deveu-se a um conjunto de situações, nomeadamente, a demora burocrática para autorização do estudo junto da Direção Regional da Educação dos Açores, e, a baixa adesão dos sujeitos de intervenção, sobretudo, alunos e pais/E.E. Posto isto, foi submetida nova proposta de trabalho de projeto para conclusão do Mestrado, a qual se direccionou a uma nova instituição de ensino (ESMA) e a um novo público-alvo (alunos do 3º ciclo). O segundo constrangimento, está relacionado com a limitação no acesso a determinados documentos escolares, nomeadamente, os processos disciplinares instaurados, o que nos limitou a informação recolhida, bem como, a informação disponibilizada na plataforma online da instituição, não deter os seus documentos atualizados dificultando, assim, a sua análise.

Um outro constrangimento que destacamos é o facto de nem todos os sujeitos de intervenção participaram no estudo, uma vez que, na altura de distribuição dos inquéritos por questionários junto dos alunos, 3 deles não se encontravam presentes o que impediu a sua participação e dos respetivos pais/E.E. O mesmo sucedeu com os docentes, sendo que, nem todos estavam disponíveis para participar.

Por fim, o último constrangimento está relacionado com a prorrogação do mestrado, ou seja, o adiamento na entrega do trabalho. Isto deveu-se a alguns problemas de autorização (protocolo, procedimentos legais) e de aplicação dos instrumentos de recolha de dados (atraso no início do ano escolar), para além de problemas na execução do “*Design*” de investigação, questões de acesso e recolha da informação e dificuldades no tratamento dos dados, que no seu conjunto, não apresentavam as condições para cumprir o prazo de entrega.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação*. Porto: Edições ASA.
- Afonso, N. (2014). *Investigação Naturalista em Educação*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Afonso, S. (2006). *A Indisciplina e a Escola: Um estudo de caso sobre as representações dos docentes do 2º e 3º CEB*. Porto: Universidade Portucalense.
- Aires, L. (2010). *Disciplina na sala de aulas - Um guia de boas práticas para professores do 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Aires, L. (2015). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Almeida, Leandro & Freire, Teresa (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilibrios.
- Alves, Margarida & Costa, Elisabete Pinto da (2021). Framing Conflict Mediation in the Context of Teacher Training: A Scoping Review of the Literature Between 2000 and 2020. *New Trends in Qualitative Research*, 6, 72–82. <https://doi.org/10.36367/ntqr.6.2021.72-82>
- Amado, J. (1999). *A Indisciplina na Escola e na Aula: Fatores Pedagógicos e Prevenção*. In: Antero Afonso, J. Amado e Saul Jesus, Sentido da Escolaridade, Indisciplina e Stress nos Professores. (pp. 19-37). Porto: Edições ASA.
- Amado, J. (2000). *A construção da disciplina na escola - suportes teórico-práticos*. Porto: Edições ASA.
- Amado, J. (2001). *Interação Pedagógica e Indisciplina na sala de aula*. Porto: Asa.
- Amado, J.; Freire, I. (2002). *Indisciplina e Violência na Escola – Compreender para prevenir*. Porto: Edições ASA.
- Amado, J.; Freire, I. (2009). *A(s) indisciplina(s) na escola: compreender para prevenir*. Coimbra: Almedina.
- Antunes, C. (2002). *Onde está a indisciplina? Existem três focos de incêndio a apagar*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70.
- Barros, N. (2010). *Violência nas escolas: bullying. Reflexões sobre indisciplina, violência e bullying escolar*. Lisboa: Bertrand.
- Bogdan, R. & Bicklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora
- Cabral, I. S. (2022). *Estratégias para lidar com a Indisciplina escolar: um estudo com professores do Ensino básico e secundário*. Tese de Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade do Minho/Escola de Psicologia. Braga.
- Carita, A. & Fernandes, G. (2002). *Indisciplina na sala de aula*. Lisboa: Presença.

- Carvalho, E. M. D. C. S. (2018). *A Indisciplina Escolar: Estudo de caso numa turma de 8º ano*. Trabalho de Projeto Final de Mestrado em Intervenção Social Escolar. Instituto Politécnico de Castelo Branco. Escola Superior de Educação de Castelo Branco.
- Costa, M. M. P. C. (2012). *A gravidade da indisciplina: percepções de alunos e professores numa escola de 2º e 3º ciclo*. Tese de Dissertação de Mestrado em Gestão Escolar. Universidade de Coimbra/ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e de Economia. Coimbra.
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. (2.ªed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Couto, V. (2013). *Indisciplina na Escola: Um estudo sobre os comportamentos de (in)disciplina de alunos de Cursos Profissionais*. Porto: Universidade do Porto.
- Correia, J. M. F. (2014). *Causas da Indisciplina Escolar no 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico*. Tese de Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação. Universidade da Madeira.
- Creswell, Jonh, W. et al. (2007). Qualitative research designs selection and implementation. *The Counseling Psychologist*, vol. 35, nº2, pp. 236-264.
- Estrela, M. T. (2002). *Relação Pedagógica – Disciplina e Indisciplina na Aula*. Porto: Porto Editora.
- Ferrinho, M. T. N. (2012). *Indisciplina na sala de aula: que realidade? (estudo exploratório)*. Tese de Dissertação de Mestrado em Ensino da Matemática no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário. Universidade Lusitana de Lisboa/ Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa. Lisboa.
- Findlay, E. A. G.; Costa, M. A. & Guedes, S. P. L. C. (2006). *Guia para elaboração de projetos de pesquisa*. Joinville: Univille. Indlay.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Editora Monitor.
- Freire, I. (2001). *Percursos Disciplinares e Contextos Escolares - Dois estudos de caso*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Freire, I. P. & Veiga Simão, A. M. (2006). O estudo da violência entre pares no 3.º Ciclo do Ensino Básico – um questionário aferido para a população escolar portuguesa. *Revista Portuguesa de Educação*, Vol. 19, n.º 2, p. 157-183.
- Gomes, P. B. (2020). *A Indisciplina em contexto escolar: percepções e representações de professores*. Tese de Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação - Administração, Regulação e Políticas Educativas. Universidade de Évora/ Escola de Ciências Sociais. Évora.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa Social*, 6. ed. São Paulo: Editora Atlas Consultado em 2 de junho de 2022. Disponível no link de acesso: <https://biblioteca.unisced.edu.mz/handle/123456789/1036>
- Helder, R. (2006). *Como fazer análise documental*. Faro: Universidade de Algarve/Escola Superior de Educação e Comunicação.
- Hill, A. & Hill, M.M. (2005) *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Jesus, H.& Neves, A. (2004). *Relação Escola-Aluno-Família. Educação Intercultural: Uma perspetiva sistémica*. Porto: Alto Comissário para a Emigração e Minorias Étnicas.
- Jesus, S. (2000). *Influência do professor sobre os alunos*. Porto: Edições ASA.
- Ketеле, J. & Roegiers, X. (1993). *Metodologia da Recolha de Dados - Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa. Instituto Piaget.
- Leal, Elisabeth Juchem Machado. (2002). Um desafio para o pesquisador: a formulação do problema de pesquisa. *Revista Contrapontos* (Itajaí, Br), vol. 2, n. 5, maio, p. 227-235
- Lessard-Hebért; Goyette, G. & Boutin, G. (2005). *Investigação qualitativa. Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lima, L. C. (org.) (2000). *Educação de Adultos*. Forum, II. Braga: Universidade do Minho/Unidade de Educação de Adultos.
- Lopes, J. (2009). *Comportamento, aprendizagem e "ensinagem" na ordem e desordem na sala de aula*. Braga: Psiquilíbrios.
- Lopes, J. & Rutherford, R. (2001). *Problemas de comportamento na sala de aula: Identificação, avaliação e modificação*. Porto: Porto Editora.
- Machado, D. S. (2022). *Gênero, violência e indisciplina na escola: percepções de alunos e professores*. Tese de Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade Lusófona do Porto/ Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto. Porto.
- Maneta, Alia M^a (2009). *A Indisciplina numa Escola dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico*. Tese de Dissertação de Mestrado em Educação na Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.
- Marques, J. (2011). *O envolvimento parental como fator promotor de sucesso escolar*. Tese de Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra/ Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação. Coimbra.
- Martins, Ernesto C. (2014). Incumpridores versus indisciplinados no 1º ciclo do ensino básico (estudo de caso de dois alunos numa escola urbana portuguesa). *Interfaces da Educação* (ISSN 2177-7691), Vol. 5, nº 15, p. 165-187.
- Martins, Ernesto C. ; Teixeira, Letícia (2014). O comportamento indisciplinado dos alunos do 1º ciclo do ensino básico em sala de aula (estudo de caso numa escola urbana de Castelo Branco). In: Fialho, Isabel et al. (org.), *Políticas educativas, eficácia e melhoria das escolas* (p. 81-99). Évora : CIEP-EU (ISBN 978-989-8339-20-1).
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (8.ª Ed.). São Paulo: Hucitec.
- Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass
- Pardal, L & Lopes, E. S. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação social*. Porto: Areal Editores.
- Pedreira, M^a Inês V. (2020). *(IN)disciplina na sala de aula. Perspetivas de professores do 1.º Cido do Ensino Básico*. Tese de Mestrado para obtenção do grau de Mestre para a Qualificação para a Docência em Educação Pré-Escolar e 1.º CEB no ISEC de Lisboa.

- Pereira, B. (2002). *Para uma Escola sem Violência. Estudo e Prevenção das Práticas Agressivas entre crianças*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pereira, M. (2016). *A indisciplina num Agrupamento de Escolas - Estudo de Caso*. Tese de Dissertação de Mestrado em Gestão e Administração Escolar. Universidade do Algarve. Escola Superior de Educação e Comunicação. Faro.
- Pérez, J.; Pozo, M. (2007). *Educar para a não-violência*. perspectivas e estratégias de intervenção. Mem-Martins: Keditora
- Queiroz, L. M. C. (2019). *(In)disciplina nos 2º e 3º Ciclos - Motivações, Implicações e Respostas*. Tese de Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação - Especialização em Administração Escolar. Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Educação e Psicologia. Porto.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.
- Sampaio, D. (1996). Indisciplina no contexto escolar. *Noésis (IIE)*, nº 37, pp. 32-38.
- Sampaio, D. (2011). *Da família, da escola, e umas quantas coisas mais*. Alfragide: Caminho.
- Sampaio, D. (2015). *As Teorias sobre a indisciplina*. [Consultado a 15 junho de 2023]. Disponível em <https://www.publico.pt/2015/06/21/sociedade/opiniao/as-teorias-sobre-a-indisciplina-1699233>
- Santos, E. A. M. (2021). *(In)disciplina na escola: Perspetivas da ação docente*. Tese de Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Univ. Lusódona de Humanidades e Tecnologias/Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Lisboa.
- Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks: SAGE Publications
- Sebastião, J. (Coord.) (2010). *Violência na Escola, tendências, contextos, olhares*. Chamusca: Edições Cosmos.
- Sebastião, J.; Alves, M, G, & Campos, J. (2003). A violência na escola: das políticas aos quotidianos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 41, pp 37-62.
- Slavin, R. E. (2006). *Educational Psychology: theory and practice*. Boston: Pearson.
- Sousa, J. e Baptista, C. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Louçã: PACTOR.
- Sousa, M & M, Sarmiento, T. (2010). Escola - Família -Comunidade: Uma relação para o sucesso educativo. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 17-18, pp. 141-156.
- Tavares, C. H. R. M. (2018). *As representações de indisciplina em adolescentes do 3º ciclo*. Tese de Mestrado em Psicologia - Especialidade em Psicologia Educacional. Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Lisboa.
- Teixeira, C. (2007). *Representações da Indisciplina de Professores do 3º Ciclo do Ensino Básico*. Tese de Mestrado em Educação, Escola Superior de Educação e Comunicação na Universidade do Algarve. Faro.
- Torrego, J. C. (2003). *Mediação de conflitos em instituições educativas. Manual para formação de mediadores*. Porto: Edições Asa.

Torrego, J. C. (coord.) (2008). *El plan de convivencia. Fundamentos y recursos para su elaboración y desarrollo*. Madrid: Alianza Editorial

Valente, H. M. M. F. R. (2014). *A (In)disciplina na escola: a voz dos alunos. Um contributo para um estudo na Escola Secundária com 2º e 3º ciclos Professor Reynaldo dos Santos*. Tese de Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional. Universidade Aberta. Lisboa.

Veiga, F. (2001). *A Indisciplina e a Violência na Escola. Práticas comunicacionais para Professores e Pais*. Coimbra: Livraria Almedina.

Veiga, F. (2007). *Indisciplina e violência na escola: Práticas comunicacionais para professores e pais* (edição revista e aumentada). Coimbra: Almedina.

Vergara, Sylvia Constant. (2013). *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas.

Vieceli, D. & Trevisol, M^a Teresa C. (2018). Aprender e ensinar no ensino médio: Interfaces com a indisciplina escolar. *Cadernos de Educação* (Brasil), vol. 17, n^o 35, jul-dez., p. 23-37.

Yin, R. (2005). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Zenhas, A. (2006). *O papel do diretor de turma na colaboração escola-família*. Porto: Porto Editora.

Legislação

Lei de Bases do Sistema Educativo - n^o 46/86, de 14 de outubro; -

Lei n^o 51/2012, de 5/09 – Estatuto do Aluno e Ética Escolar (D.R., 1.^a série, n.º 172); -

Decreto-Lei n^o 372/90, de 27 de novembro que regulamenta a atividade das APEE.

Decreto Lei n^o 270/98, de 1 de setembro; -Decreto Lei n^o 115-A/98, de 4 de maio.

Decreto Lei n^o 6/2001, de 18 de janeiro.

Decreto Lei n^o 30/2002, de 20 de dezembro.

Decreto Lei n^o 49/2005, de 30 de agosto.

Decreto Lei n^o 30/2002, de 20 de dezembro.

Decreto Lei n^o 3/2008, de 18 janeiro.

Decreto Lei n^o 39/2010, de 2 de setembro.

Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A de 23 de agosto de 2013. Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Jornal Oficial I Série - Número 99, 26 de agosto de 2013.

APÊNDICES

Apêndice A - Pedido de Autorização para Participação em Estudo Acadêmico

Pedido de Autorização para Participação em Estudo Acadêmico

Exmo(a). Senhor(a). Encarregado(a) de Educação,

No âmbito da realização de um Trabalho de Projeto de Mestrado em Intervenção Social Escolar, eu, Ana Rita Cerqueira da Silva, aluna do presente Mestrado da Escola Superior de Educação de Castelo Branco, venho por este meio solicitar a participação do seu educando no preenchimento de um questionário, que tem como objetivo estudar as representações dos alunos face à indisciplina.

É importante salientar que em nenhum momento deste estudo se pretende realizar avaliações aos alunos, apenas se quer recolher opiniões ou visões gerais relativas à forma como os jovens percecionam a indisciplina. Deste modo, garanto que o preenchimento do questionário é anónimo, a informação recolhida será tratada com confidencialidade e será utilizada apenas para este fim.

Neste sentido, agradeço a sua colaboração e solícito que **preencha e devolva o destacável deste documento.**

Com os melhores cumprimentos,

Ana Rita Silva

Eu, _____, Encarregado(a) de Educação do aluno _____ da turma ____ do ____ ano de escolaridade, declaro que:

Autorizo o meu educando a participar no estudo

Não autorizo o meu educando a participar no estudo

___ / ___ / ___

(Assinatura do(a) Encarregado(a) de Educação)

Apêndice B - Consentimento Informado

Consentimento Informado

Eu, _____, declaro que participo de livre e espontânea vontade no questionário elaborado pela Ana Rita Cerqueira da Silva, Licenciada em Serviço Social e Mestranda em Intervenção Social Escolar, na Escola Superior de Educação de Castelo Branco.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento de que o questionário será utilizado como ferramenta de recolha de dados para o Trabalho de Projeto para obtenção do grau de Mestre.

Assinatura do/a Participante

Data: __/__/__

Apêndice C - Inquérito por Questionário aos Alunos do 3.º CEB

Questionário aos Alunos

O presente questionário – anónimo e confidencial – destina-se a recolher dados para a elaboração de um estudo sobre a Indisciplina na Escola Secundária Manuel de Arriaga.

Este estudo pretende-se desenvolver no âmbito do Mestrado em Intervenção Social Escolar, dirigido pela Escola Superior de Educação de Castelo Branco. A sua participação é importante, pelo que se pretende que seja o mais sincero nas suas respostas e que responda às questões assinalando com uma cruz (X) a resposta que considere mais adequada. Assinale só uma opção a não ser que a questão lhe peça o contrário.

Parte I – Dados Pessoais

1. Género:

- Masculino
 Feminino

2. Idade: _____

3. Escalão:

- Não tenho III
 I IV
 II V

4. Já tiveste alguma retenção:

- Sim
 Não

4.1 Se sim, quantas? _____

Parte II – Atitude Face à Escola

1. Importância da escola na tua vida:

- Muito importante Pouco importante
 Importante Nada importante

2. Em termos de estudos, o que pretendes seguir?

- Depois do 9º ano, seguir um curso profissional
 Fazer o 12º ano e trabalhar
 Ir para o ensino superior

3. Indica o grau de interesse do teu Encarregado de Educação pelo teu percurso escolar:

- Nenhum Muito
 Pouco Bastante

4. Quais são os tipos de aulas que mais te motivam? (Podes escolher mais do que uma opção)

- Aula expositiva (exposição oral/escrita do conteúdo pelo professor)
 Aula interativa (utiliza a tecnologia para promover um ensino-aprendizagem completo e flexível)
 Realização de trabalho em grupo
 Recurso a elementos multimédia
 Outra: _____

Parte III – Questões sobre o Comportamento

1. Onde pensas que existem mais regras?

- Casa
 Escola

2. Consideras que és um aluno:

- Disciplinado
 Indisciplinado

3. Há colegas, que consideras indisciplinados?

- Sim
- Não

4. Na tua opinião habitualmente, em sala de aula há um ambiente:

- | | |
|---------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Barulhento | <input type="checkbox"/> Disciplinado |
| <input type="checkbox"/> Calmo | <input type="checkbox"/> Indisciplinado |
| <input type="checkbox"/> Descontraído | <input type="checkbox"/> Desorganizado |

5. Sentes-te incomodado(a) pelo comportamento dos teus colegas na sala de aula?

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Nada | <input type="checkbox"/> Muito |
| <input type="checkbox"/> Pouco | <input type="checkbox"/> Bastante |

Parte IV – Indisciplina na Escola

1. Já tiveste alguma participação escrita por mau comportamento?

- Sim
- Não

2. Já tiveste alguma suspensão?

- Sim
- Não

2.1 Se sim, quantos dias? _____

3. O teu Encarregado de Educação já foi chamado à escola por causa do teu comportamento?

- Sim
- Não

4. Perante um comportamento indisciplinado, como é que o teu Encarregado de educação lida com a situação?

- Ralham
- Castigam
- Batem
- Explicam
- Não fazem nada

5. Na tua opinião qual é o grau de gravidade dos seguintes tipos de indisciplina?

	Nada Grave	Pouco Grave	Grave	Muito Grave
1 - Faltar às aulas sem razão				
2 - Chegar atrasado à aula				
3 - Entrar na aula sem pedir autorização				
4 - Entrar aos empurrões aos/às colegas				
5 - Sair da aula sem pedir autorização				
6 - Permanecer fora do lugar				
7 - Ter uma postura incorreta/não saber estar sentado				
8 - Passar o tempo virado para trás, a falar com os/as colegas				
9 - Intervir fora da vez				
10 - Estar desatento				
11 - Fazer barulho				
12 - Dormir				
13 - Jogar jogos				
14 - Comer na aula				
15 - Beber na aula				
16 - Mascar pastilha elástica				
17 - Usar boné				
18 - Rir ou fazer rir em situações em que se pretende o silêncio				
19 - Atirar papéis ou pedaços de borracha				
20 - Usar o telemóvel sem permissão				
21 - Ouvir música, com ou sem auriculares sem autorização do professor				
22 - Realizar tarefas sem o conhecimento e consentimento do professor (ex. fazer trabalhos de casa de outras disciplinas, ler outras matérias etc)				
23 - Falhar repetidamente a entrega de trabalhos				
24 - Destruir/estragar material escolar				
25 - Não trazer ou não tirar o material necessário para a aula				
26 - Recusar-se a obedecer às instruções do professor				
27 - Agredir verbalmente colegas ou professores				
28 - Agredir fisicamente colegas ou professores				
29 - Responder ao/à professor/a com arrogância				
30 - Levantar a voz para o/a professor/a				
31 - Mandar calar o/a professor quando ele/a chama a atenção				
32 - Bater com a porta quando o/a professor/a manda sair				

Parte V – Medidas para Melhorar a Disciplina na Escola

1. Tens conhecimento do Regulamento Interno da escola?

- Sim
- Não

2. Tens conhecimento do Estatuto do Aluno?

- Sim
- Não

3. Qual pensas ser a principal causa de indisciplina na tua escola? (Podes escolher mais do que uma opção)

- Espaços escolares pouco vigiados
- Castigos poucos severos para os alunos indisciplinados
- Problemas familiares
- Desinteresse pela escola
- Aulas pouco interessantes
- Outras: _____

4. Consideras as medidas adotadas pela escola, para resolver o problema de indisciplina as mais adequadas?

- Sim
- Não

4.1 – Se respondeste não, que outras medidas sugeres? (Podes escolher mais do que uma opção)

- Dialogar mais com os alunos
- Diversificar o tipo de aula
- Responsabilizar toda a turma pelo comportamento individual
- Manter os encarregados de educação informados
- Envolver os alunos em projetos
- Tornar o espaço escolar mais agradável
- Acompanhamento mais individualizado dos alunos com dificuldades
- Outra: _____

Muito obrigada pela sua colaboração!

Apêndice D - Inquérito por Questionário aos Docentes

Questionário aos Docentes

O presente questionário – anónimo e confidencial – destina-se a recolher dados para a elaboração de um estudo sobre a Indisciplina na Escola Secundária Manuel de Arriaga.

Este estudo pretende-se desenvolver no âmbito do Mestrado em Intervenção Social Escolar, dirigido pela Escola Superior de Educação de Castelo Branco. A sua participação é importante, pelo que se pretende que seja o mais sincero nas suas respostas e que responda às questões assinalando com uma cruz (X) a resposta que considere mais adequada. Assinale só uma opção a não ser que a questão lhe peça o contrário.

Parte I - Dados Pessoais

5. Género:

- Masculino
 Feminino

6. Idade: _____

7. Formação Académica:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Bacharelato | <input type="checkbox"/> Pós-graduação |
| <input type="checkbox"/> Licenciatura | <input type="checkbox"/> Mestrado (científico) |
| <input type="checkbox"/> Mestrado (de Bolonha) | <input type="checkbox"/> Doutoramento |

4. Escola/ Instituto/ Universidade em que se formou?

5. Disciplina(s) que leciona: _____

6. Tempo de serviço:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Até 5 anos | <input type="checkbox"/> Entre 16 e 25 anos |
| <input type="checkbox"/> Entre 6 e 15 anos | <input type="checkbox"/> Mais de 26 anos |

7. Tempo de leção na Escola:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Há menos de 3 anos | <input type="checkbox"/> Entre 5 e 10 anos |
| <input type="checkbox"/> Entre 3 e 5 anos | <input type="checkbox"/> Mais de 10 anos |

Parte II - Indisciplina na Sala de Aula

1. Na qualidade de professor pensa que há indisciplina na sua escola?

- | | |
|----------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Nenhuma | <input type="checkbox"/> Muita |
| <input type="checkbox"/> Pouca | <input type="checkbox"/> Bastante |

2. Do seu ponto de vista, nos últimos 5 anos a indisciplina na sua escola:

- Diminuiu
 Não se alterou
 Aumentou

3. Que importância atribui ao Regulamento Interno para a construção da disciplina em contexto sala-de-aula?

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Nada importante | <input type="checkbox"/> Importante |
| <input type="checkbox"/> Pouco importante | <input type="checkbox"/> Fundamental |

4. Em que medida considera que o atual Estatuto do Aluno, que estabelece os direitos e os deveres do aluno, tem contribuído para melhorar o clima disciplinar na sala-de-aula.

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Nada | <input type="checkbox"/> Muito |
| <input type="checkbox"/> Pouco | <input type="checkbox"/> Bastante |

5. Na sua opinião, qual é o grau de gravidade dos seguintes tipos de indisciplina?

	Nada Grave	Pouco Grave	Grave	Muito Grave
1 - Faltar às aulas sem razão				
2 - Chegar atrasado à aula				
3 - Entrar na aula sem pedir autorização				
4 - Entrar aos empurrões aos/às colegas				
5 - Sair da aula sem pedir autorização				
6 - Permanecer fora do lugar				
7 - Ter uma postura incorreta/ não saber estar sentado				
8 - Passar o tempo virado para trás, a falar com os/as colegas				
9 - Intervir fora da vez				
10 - Estar desatento				
11 - Fazer barulho				
12 - Dormir				
13 - Jogar jogos				
14 - Comer na aula				
15 - Beber na aula				
16 - Mascar pastilha elástica				
17 - Usar boné				
18 - Rir ou fazer rir em situações em que se pretende o silêncio				
19 - Atirar papéis ou pedaços de borracha				
20 - Usar o telemóvel sem permissão				
21 - Ouvir música, com ou sem auriculares sem autorização do professor				
22 - Realizar tarefas sem o conhecimento e consentimento do professor (ex. fazer trabalhos de casa de outras disciplinas, ler outras matérias etc)				
23 - Falhar repetidamente a entrega de trabalhos				
24 - Destruir/estragar material escolar				
25 - Não trazer ou não tirar o material necessário para a aula				
26 - Recusar-se a obedecer às instruções do professor				
27 - Agredir verbalmente colegas ou professores				
28 - Agredir fisicamente colegas ou professores				
29 - Responder ao/à professor/a com arrogância				
30 - Levantar a voz para o/a professor/a				
31 - Mandar calar o/a professor quando ele/a chama a atenção				
32 - Bater com a porta quando o/a professor/a manda sair				

6. Qual a percentagem de tempo que considera mais adequada, para descrever o tempo gasto com comportamentos indisciplinares?

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Menos de 10% | <input type="checkbox"/> 50% a 60% |
| <input type="checkbox"/> 10% a 20% | <input type="checkbox"/> 60% a 70% |
| <input type="checkbox"/> 20% a 30% | <input type="checkbox"/> 70% a 80% |
| <input type="checkbox"/> 30% a 40% | <input type="checkbox"/> 80% a 90% |
| <input type="checkbox"/> 40% a 50% | <input type="checkbox"/> Mais de 90% |

Parte II – Atitude face à indisciplina

1. Recebeu algum tipo de formação específica para lidar com questões disciplinares em sala de aula?

- | | |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> 16 - 25 horas |
| <input type="checkbox"/> 1 - 5 horas | <input type="checkbox"/> +25 horas |
| <input type="checkbox"/> 6 - 15 horas | <input type="checkbox"/> Outro: _____ |

2. Como considera a sua atuação em termos de controlo da disciplina:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Nada exigente | <input type="checkbox"/> Exigente |
| <input type="checkbox"/> Pouco exigente | <input type="checkbox"/> Muito exigente |

3. Indique, a frequência com que utiliza cada uma das estratégias em contexto sala de aula para criar um ambiente de disciplina.

	Nunca	Pouca	Muita	Bastante
1 - Advertir o aluno, perante um comportamento irregular, alertando-o para a necessidade de evitar tal tipo de conduta				
2 - Dar ordem de saída da aula				
3 - Dizer muito claramente aos alunos como se devem comportar				
4 - Repreender o aluno diretamente				
5 - Repreender, no geral (sem indicar quem é), os alunos que se porta mal				
6 - Ameaçar com um castigo				
7 - Mudar os alunos de lugar				
8 - Conversar com os alunos perturbadores no final da aula				
9 - Conversar com o diretor de turma sobre os alunos perturbadores da aula				
10 - Contactar diretamente os Encarregados de Educação				
11 - Elogiar os alunos com bom comportamento				
12 - Elogiar o aluno quando melhora o seu comportamento				
13 - Dizer à turma para ajudar os alunos que se portam mal a melhorar o seu comportamento				
14 - Variar a maneira de ensinar				

4. Com que frequência redige participações por mau comportamento dos alunos?

- | | |
|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Nunca | <input type="checkbox"/> Frequentemente |
| <input type="checkbox"/> Raramente | <input type="checkbox"/> Muito frequentemente |

5. Com que frequência levantou um processo disciplinar a alunos?

- | | |
|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Nunca | <input type="checkbox"/> Frequentemente |
| <input type="checkbox"/> Raramente | <input type="checkbox"/> Muito frequentemente |

Parte III – Relação Docente e Aluno

1. Em geral, como classifica o seu relacionamento com os alunos?

- Muito distante
- Distante
- Próxima
- Muito próxima

2. Estabelece com os seus alunos regras de conduta em contexto de aula?

- Sim
- Não

2.1 Se sim, quando é que estabelece as regras de conduta em contexto de aula?

3. Considera importante existir envolvimento dos Pais/Encarregados de Educação para a construção da disciplina em contexto de aula?

- Sim
- Não

3.1 Se respondeu sim, de que forma considera que se deve realizar esse envolvimento?

Muito obrigada pela sua colaboração!

Apêndice E -Inquérito por Questionário aos Pais/E.E.

Inquérito por Questionário

O presente questionário – anónimo e confidencial – destina-se a recolher dados para a elaboração de um estudo sobre a Indisciplina na Escola Secundária Manuel de Arriaga.

Este estudo pretende-se desenvolver no âmbito do Mestrado em Intervenção Social Escolar, dirigido pela Escola Superior de Educação de Castelo Branco. A sua participação é importante, pelo que se pretende que seja o mais sincero nas suas respostas e que responda às questões assinalando com uma cruz (X) a resposta que considere mais adequada. Assinale só uma opção a não ser que a questão lhe peça o contrário.

Parte I – Dados Pessoais

1. **Grau de Parentesco:** _____
2. **Idade:** _____
3. **Estado Civil:** _____
4. **Nível de Escolaridade:** _____
5. **Profissão:** _____

Parte II – Relação Encarregado de Educação e Educando

1. **O seu educando ajuda nas tarefas domésticas?**
 - Sim
 - Não
2. **Quando o seu educando se comporta de uma forma incorreta, em casa,**
 - Ralha
 - Bate
 - Castiga
 - Explica
 - Não faz nada
3. **Qual o tipo de castigo que dá ao seu educando?**
 - Fica sem telemóvel
 - Não vê televisão
 - Não sai com os amigos
 - Outro: _____
4. **Conversa com o seu educando sobre as atividades escolares do dia-a-dia na escola?**
 - Sim
 - Não
5. **Acompanha o seu educando na realização dos trabalhos de casa?**
 - Sim
 - Não
 - 5.1 **Se sim. Com que frequência?**
 - Todos os dias
 - 2 a 3 vezes por semana
 - Quando solicita ajuda

Parte III – Relação Escola - Família

1. Como comunica com a escola?

- Através do seu educando
- Telefone
- Plataforma SGE – Sistema de Gestão Escolar

2. Com que regularidade vai á escola?

- Com alguma regularidade
- Quando contatado pelo Diretor de Turma
- Nas reuniões de entrega de notas

3. Já houve alguma situação de indisciplina em que o seu educando estivesse envolvido na escola?

- Sim
- Não

3.1 Se sim, como reagiu em relação à situação?

- Ralhou
- Bateu
- Castigou
- Explicou
- Não fez nada

4. Conhece as normas/regulamentos da escola ou regras de sala de aula?

- Sim
- Não

4.1 Se sim, concorda com as mesmas?

- Sim
- Não

Muito obrigada pela sua colaboração!

Apêndice F -Entrevista Semiestruturada Presidente do CE

Entrevista Semiestruturada

O presente guião de entrevista destina-se a recolher dados para a elaboração de um trabalho de projeto sobre a Indisciplina na Escola Secundária Manuel de Arriaga. Este projeto pretende-se desenvolver no âmbito do Mestrado em Intervenção Social Escolar, dirigido pela Escola Superior de Educação de Castelo Branco. A sua participação é importante, pelo que garantimos o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos.

Solicitação de informações pessoais

- 1. Qual a sua formação académica?**
R: Licenciatura em Ensino da Biologia e Mestrado em Didática das Ciências.
- 2. Em que Instituto se formou?**
R: A licenciatura na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o Mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- 3. Qual a sua situação profissional?**
R: Professora do Quadro de Nomeação Definitiva.
- 4. Há quantos anos exerce a sua profissão?**
R: Há 33 anos e 5 meses.
- 5. Que funções desempenha na escola?**
R: Neste momento sou Presidente do Conselho Executivo da ESMA.
- 6. Há quanto tempo exerce as suas funções na escola?**
R: Há cerca de 3 anos (faz três anos no dia 6 de julho).
- 7. Por que razão se candidatou a este cargo?**
R: Candidatei-me porque gosto de desafios e porque achava que reunia competências para gerir a escola, tornando-a num local mais aprazível para toda a comunidade educativa.

Ambiente Escolar

- 1. Em geral, que opinião tem sobre a Instituição de Ensino?**
R: Na minha opinião considero que existe parâmetros a melhorar.
- 2. Na sua opinião, que aspetos podem ser melhorados?**
R: No ensino em geral, penso que deve ser melhorado e revisto o processo de formação de docentes. O currículo do 3.º ciclo é muito extenso e violento e os alunos precisavam de estar menos horas na escola, para realizarem atividades extracurriculares sem a pressão de que o tempo não chega e para serem crianças e jovens na altura certa.

Indisciplina Escolar

- 1. Nos últimos 5 anos, notou alguma diferença ao nível da indisciplina na escola?**
R: Sim, o nível de indisciplina tem aumentado e o respeito pelas regras existentes tem diminuído. Noto que os E.E. têm uma grande tendência para desculparem os filhos e não percebem que participar na vida escolar dos educandos é estarem atentos ao processo e não procurarem desculpas para o insucesso dos mesmos.
- 2. Na sua opinião, o que deveria ser feito na escola, para reduzir os casos de indisciplina?**
R: Os professores teriam de estabelecer regras muito firmes desde o primeiro dia de aulas e os E.E. teriam de respeitar as regras existentes na escola e trabalhar com os seus educando a importância do seu cumprimento.
- 3. Que métodos considera serem mais eficazes em termos de prevenção e de resposta ao problema? E quais os menos eficazes?**
R: Mais eficazes – Levar os alunos a perceber a importância das regras e não vacilar na aplicação das mesmas Menos eficazes – Não exigir o cumprimento das regras.
- 4. Considera que o atual Estatuto do Aluno regulamenta convenientemente as respostas à indisciplina?**

R: Penso que antes da regulamentação no Estatuto do Aluno, é necessário que professores e E.E. percebam a importância da existência de disciplina numa sala de aula.

5. Como descreve um aluno indisciplinado?

R: Um aluno indisciplinado é um aluno que não respeita as regras de sala de aula e não permite o normal funcionamento de uma aula, impedindo que os colegas tenham a possibilidade de construir a sua aprendizagem num ambiente calmo e favorável à mesma.

Relação Aluno - Professor

1. O vínculo afetivo entre professor e aluno pode significar um recurso importante em relação à indisciplina?

R: Sim

2. Na sua perspectiva o que poderá provocar no professor a vivência em contextos de indisciplina?

R: Desmotivação e ansiedade.

3. Recebeu instruções de como deve agir face às situações de indisciplina?

R: Na minha formação (aquando da licenciatura) tivemos diferentes disciplinas onde foi abordado o conceito e em algumas vivenciamos situações reais e debatemos como poderíamos agir face a essas situações. Aquando da realização do estágio pedagógico tivemos orientações muito concretas por parte da orientadora.

4. Considera que os professores deveriam receber na sua formação conteúdos sobre como lidar com a indisciplina?

R: Claro, que sim. Tal como eu tive!

5. Quais as alterações que entende pertinentes na Legislação ou no Estatuto do Aluno para aumentar a disciplina na escola?

R: Penso que antes é necessário que professores e E.E. percebam a importância da existência de disciplina numa sala de aula.

Relação Escola - Família

1. Como vê a relação entre a escola e os Encarregados de Educação?

R: Considero que deveria ser uma relação em que existisse respeito mútuo.

2. Considera suficiente o envolvimento dos Encarregados de Educação?

R: Considero. Penso que os E.E. confundem envolvimento com a possibilidade de “mandarem” na escola, que são aspetos completamente diferentes.

3. Na sua opinião, como se deve aperfeiçoar a articulação escola-família e fomentar o envolvimento dos Encarregados de Educação na escola?

R: Levá-los a perceber que a escola, de uma forma geral, realiza procedimentos e adota medidas que visam a formação do aluno como um todo.

4. Tem conhecimento das medidas tomadas pelos Encarregados de Educação perante as situações de indisciplina?

R: Tenho e são muito díspares. Alguns são muito exigentes e, por isso, perante situações de indisciplina aplicam medidas no sentido de alterar o comportamento dos filhos. Muitos desvalorizam essa indisciplina e questionam tudo o que foi relato pelos professores ou pelo pessoal de ação educativa.

5. Concorde com a afirmação de que a falta de noção de regras e limites das crianças é causada pela formação que recebem das famílias?

R: Em alguns casos sim.

6. Na sua formação inicial foram abordados temas relacionados com o tópico “relação escola-família”? E atualmente, sente necessidade de formação sobre esta temática?

R: A minha formação inicial foi muito completa e abordamos esses temas e no ano de estágio foi-nos entregue uma direção de turma onde o trabalho era supervisionado.

7. Considera que a Associação de Pais e Encarregados de Educação ajuda no combate à indisciplina?

R: Considero, mas depende da Associação de Pais e E.E..

Apêndice G - Entrevista Semiestruturada ao D.T.

Entrevista Semiestruturada

O presente guião de entrevista destina-se a recolher dados para a elaboração de um trabalho de projeto sobre a Indisciplina na Escola Secundária Manuel de Arriaga.

Este projeto pretende-se desenvolver no âmbito do Mestrado em Intervenção Social Escolar, dirigido pela Escola Superior de Educação de Castelo Branco. A sua participação é importante, pelo que garantimos o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos.

Solicitação de informações pessoais

1. Qual a sua formação académica?

R: Licenciatura em História

2. Em que Instituto se formou?

R: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

3. Qual a sua situação profissional?

R: Professora de História

4. Há quantos anos exerce a sua profissão?

R: Há 15 anos

5. Que funções desempenha na escola?

R: Professora de História e Diretora de Turma

6. Há quanto tempo exerce as suas funções na escola?

R: Há 5 anos

Ambiente Escolar

1. Em geral, que opinião tem sobre a Instituição de Ensino?

R: A escola enfrenta alguns problemas, sendo um deles a elevada taxa de desmotivação dos alunos.

2. Na sua opinião, que aspetos podem ser melhorados?

R: A escola devia de levar uma intervenção a fim de reabilitar as instalações, devia ser revisto o currículo do 3ºciclo possibilitando uma menor carga horária para que os alunos tenham tempo para as atividades extracurriculares criando assim uma maior motivação por parte deles em relação à escola. Nós docentes devíamos ter uma formação contínua para lidar com determinados problemas.

Indisciplina Escolar

1. Nos últimos 5 anos, notou alguma diferença ao nível da indisciplina na escola?

R: Sim, nota-se um crescente aumento da indisciplina e uma falta de respeito pela figura do professor.

2. Na sua opinião, o que deveria ser feito na escola, para reduzir os casos de indisciplina?

R: Formar os docentes nessa matéria, repensar um currículo que vá ao encontro das expectativas dos alunos criando a sua motivação pela escola, envolver os E.E. para o trabalho em casa das regras estabelecidas na escola.

3. Que métodos considera serem mais eficazes em termos de prevenção e de resposta ao problema? E quais os menos eficazes?

Métodos mais eficazes – apresentar as regras e a sua importância; estabelecer com os E.E. uma comunicação regular e aberta

Métodos menos eficazes – A punição por meio da suspensão e da expulsão da sala de aula; e os docentes ignorarem ou minimizarem atos de indisciplina

4. Considera que o atual Estatuto do Aluno regulamenta convenientemente as respostas à indisciplina?

R: Penso que não, porque regula pela punição do aluno e não apresenta métodos de contornar esse comportamento.

5. Como descreve um aluno indisciplinado?

R: Um aluno indisciplinado é aquele que demonstra frequentemente comportamentos desafiadores e inadequados dentro do ambiente escolar. Muitas vezes estes comportamentos têm o intuito de fazer com que o aluno se destaque entre o grupo de colegas, por não cumprir as regras estabelecidas. Para mim existem dois tipos de alunos indisciplinados os que querem ser “engraçadinhos” e os que têm realmente um total desinteresse pela escola e uma enorme indisciplina.

Relação Aluno - Professor

1. Relativamente à turma em análise, considera que existe um problema de indisciplina a nível de grupo ou apenas em alguns alunos?

R: Apenas alguns alunos apresentam indisciplina, mas dentro de um grupo quando existe um ou dois membros a destabilizar, acabam por destabilizar a turma inteira.

2. Enquanto diretora de turma que medidas toma em relação à indisciplina?

R: Todas as ações de indisciplina são relatadas aos E.E.. Se forem ações mais gravosas é comunicado ao conselho executivo e reunimos para discutir uma solução.

3. O vínculo afetivo entre professor e aluno pode significar um recurso importante em relação à indisciplina?

R: Sem dúvida, pois esse vínculo também promove o respeito entre aluno e professor.

4. Na sua perspetiva o que poderá provocar no professor a vivência em contextos de indisciplina?

R: Provoca desmotivação, sentimentos de frustração e desânimo e sobretudo Stress

5. Recebeu instruções de como deve agir face às situações de indisciplina?

R: Sim, durante a minha formação na licenciatura.

6. Considera que os professores deveriam receber na sua formação conteúdos sobre como lidar com a indisciplina?

R: Sim, ter formação sobre este tema é muito importante para os professores desempenhar bem as suas funções.

7. Quais as alterações que entende pertinentes na Legislação ou no Estatuto do Aluno para aumentar a disciplina na escola?

R: Clarificar e fortalecer as regras, promover a formação e capacitação de professores, investir em programas de educação socio emocional.

Relação Escola – Família

1. Como vê as relações entre a escola e os Encarregados de Educação?

R: É uma relação normal, contudo devia existir um maior envolvimento por parte dos E.E.

2. Considera suficiente o envolvimento dos Encarregados de Educação?

R: Não, estes apenas vêm a escola quando são convocados

3. Na sua opinião, como se deve aperfeiçoar a articulação escola-família e fomentar o envolvimento dos Encarregados de Educação na escola?

- R: Criar dinâmicas que envolvam os E.E. na escola fazendo com que entendam que a escola só desempenha bem o seu papel com um apoio de ambos os lados.
- 4. Tem conhecimento das medidas tomadas pelos Encarregados de Educação perante as situações de indisciplina?**
- R: Sim, alguns E.E. ao serem informados dos atos dos seus educandos dizem que vão aplicar castigos, que muitas vezes passa por retirar o telemóvel. Outros questionam o que foi relatado, não acreditando que o aluno teve essa atitude.
- 5. Concorda com a afirmação de que a falta de noção de regras e limites das crianças é causada pela formação que recebem das famílias?**
- R: Por um lado sim, mas por outro não. Porque existe alunos que em casa se comportam de uma forma correta e na escola são o oposto.
- 6. Na sua formação inicial foram abordados temas relacionados com o tópico “relação escola-família”? E atualmente, sente necessidade de formação sobre esta temática?**
- R: Sim, durante a minha licenciatura abordados essa temática. E é fundamental uma vez que ao assumir uma direção de turma estamos sempre em contacto com as famílias.
- 7. Neste ano letivo, quantas vezes convocou os Encarregados de Educação para reuniões?**
- R: Tirando situações pontuais de certos alunos, foram três vezes, uma no início do ano, e outras duas no final de cada período
- 8. Qual a adesão dos Encarregados de Educação a essas reuniões?**
- R: Nas reuniões de entrega de notas por norma todos os E.E. comparecem, nas outras situações quando não podem tentamos ajustar o horário e o dia mais oportuno.
- 9. Descreva a sua prática de trabalho junto dos Encarregados de Educação (ex. tipo de contatos que estabelece, frequência desses contatos, etc).**
- R: O contato é sobretudo através de contatos telefónicos, por email e utilizando a plataforma SIGE.
- 10. Considera que a Associação de Pais e Encarregados de Educação ajuda no combate à indisciplina?**
- R: A associação de pais tenta ajudar, no entanto tem uma adesão muito baixa por parte dos E.E.
- 11. Considera que a atual Direção Escolar tem perfil adequado para resolver os problemas de indisciplina?**
- R: Considero que sim
- 12. Na sua opinião, o que devia fazer a Direção Escolar para diminuir a indisciplina?**
- R: A direção escolar faz o que pode para diminuir a indisciplina. Na minha opinião a diminuição da indisciplina deve ser baseada numa compreensão das necessidades e desafios específicos da escola e comunidade. Criando estratégias para as circunstâncias individuais o que é essencial para promover uma disciplina eficaz e um ambiente propício à aprendizagem.

Apêndice H - Entrevista Semiestruturada ao Presidente da APEE

Entrevista Semiestruturada

O presente guião de entrevista destina-se a recolher dados para a elaboração de um trabalho de projeto sobre a Indisciplina na Escola Secundária Manuel de Arriaga.

Este projeto pretende-se desenvolver no âmbito do Mestrado em Intervenção Social Escolar, dirigido pela Escola Superior de Educação de Castelo Branco. A sua participação é importante, pelo que garantimos o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos.

Solicitação de informações pessoais

- 1. Qual a sua formação académica?**
R: Licenciatura e Pós-graduação
- 2. Em que Instituto se formou?**
R: Universidade dos Açores e universidade Aberta, respetivamente.
- 3. Qual a sua situação profissional?**
R: Efetivo
- 4. Há quantos anos exerce a sua profissão?**
R: 17 anos
- 5. Que funções desempenha na escola?**
R: Encarregada de Educação e presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação.
- 6. Há quanto tempo exerce as suas funções na escola?**
R: Encarregada de Educação desde há 5 anos; na APEESMA desde 28.11.2002.
- 7. Por que razão se candidatou a este cargo?**
R: Porque já fazia parte dos órgãos sociais anteriores e não houve demonstração de interesse por outros. Assim, foi no fundo para garantir a continuidade desta associação.

Ambiente Escolar

- 1. Em geral, que opinião tem sobre a Instituição de Ensino?**
R: Dentro dos padrões atuais.
- 2. Na sua opinião, que aspetos podem ser melhorados?**
R: As nossas preocupações são idênticas aos demais estabelecimentos de ensino. Presentemente, estamos bastante preocupados com a degradações do edificado, com o aumento da indisciplina dentro da escola, com o aumento do consumo de drogas sintéticas, a discrepância entre os currículos atuais e os interesses dos alunos de hoje, a resistência à mudança por grande parte da classe docente e a falta de professores profissionalizados, entre outros.

Indisciplina Escolar

- 1. Nos últimos 5 anos, notou alguma diferença ao nível da indisciplina na escola?**
R: Sim. A tendência tem sido aumentar.
- 2. Na sua opinião, o que deveria ser feito na escola, para reduzir os casos de indisciplina?**
R: Tornar a escola/ o currículo mais apelativa/o aos olhos dos alunos, métodos pedagógicos alternativos, aposta mais incisiva no desenvolvimento do espírito crítico, relevar a importância das expressões (dramática, motora, etc) no percurso escolar, não permitir que o aluno sinta que a escola já desistiu dele.
- 3. Que métodos considera serem mais eficazes em termos de prevenção e de resposta ao problema? E quais os menos eficazes?**
R: A punição (suspensão de frequência, expulsão da sala de aula, etc) não me parece de facto o método mais eficaz. Acho que tem que haver toda um suporte, transversal e em rede (Psicólogos, ação social, intervenção ao nível da família, etc), que permita o acompanhamento destes casos de forma o mais construtiva possível.
- 4. Considera que o atual Estatuto do Aluno regulamenta convenientemente as respostas à indisciplina?**

R: O atual estatuto do aluno regulamenta com base na punição, pelo que como referi na questão anterior, não me parece ser a via mais apropriada.

5. Como descreve um aluno indisciplinado?

R: Como um aluno que não cumpre as regras de sã convivência em sociedade (sendo a escola o reflexo desta), que destabiliza a comunicação, que torna o ambiente tenso dentro da sala e/ou espaços exteriores, e que não respeita os colegas, professores e toda a restante comunidade educativa.

Relação Escola-Família

1. Como é o funcionamento da Associação de Pais e Encarregados de Educação?

R: A associação de pais tenta sempre fazer parte da solução e nunca dos problemas, não obstante ser o mensageiro entre os EE e os docentes/ órgãos executivos.

2. Quando realiza assembleias gerais com os Encarregados de Educação, estes aderem?

R: Lamentavelmente, não.

3. Em média, que percentagem de Encarregados de Educação participa nas assembleias?

R: Um grupo muito residual que num universo de 900 alunos, talvez não ultrapasse os 15 EE.

4. Aqueles Encarregados de Educação que não participam, mais tarde têm interesse em obter informações?

R: Também não.

5. Qual pensa ser a principal razão pela qual os Encarregados de Educação não participam nas assembleias?

R: Com franqueza, adoraria saber a resposta a essa questão, mas não sei. O que sinto é que os EE só procuram a associação quando já existe um conflito aberto entre estes e os docentes/ conselho executivo.

6. Que tipo de atividades ou estratégias a Associação de Pais realiza para atrair os Encarregados de Educação?

R: Ainda não tivemos muito tempo para dinamizar atividades às quais nos propusemos, isto porque temos priorizado a nossa intervenção no sentido de pressionarmos a tutela a intervir no edificado. Abrimos diferentes canais de comunicação, para que os EE cheguem à associação com enorme facilidade, divulgamos diversas palestras a acontecer pontualmente no concelho no âmbito da educação, as quais têm primado pela reduzida, ou mesmo nenhuma aderência.

7. Tem conhecimento das medidas tomadas pelos Encarregados de Educação perante as situações de indisciplina?

R: Sim.

8. Concorda com a afirmação de que a falta de noção de regras e limites das crianças é causada pela formação que recebem das famílias?

R: Também, mas não só. Estou convicta de que o respeito e os limites podem e devem ser também impostos pelos docentes. Para isso, é necessário apostar na formação destes, dando-lhes estratégias para o fazerem. Não é por acaso que a mesma turma, na opinião de dois ou mais docentes, pode divergir totalmente. Um consegui impor-se e conquistar o respeito dos alunos, outros não. Quando esta não é uma característica inata do docente, julgo que importa investir em formação direcionada a este assunto.

9. Quais as alterações que entende pertinentes na Legislação ou no Estatuto do Aluno para aumentar a disciplina na escola?

R: A nível regional houve recentemente uma atualização desse estatuto, mas a legislação, per si, não resulta em nenhuma mudança significativa. É preciso ir mais fundo e convocar todos no sentido de devolver alguma tranquilidade à escola.

10. Considera que a atual Direção Escolar tem perfil adequado para resolver os problemas de indisciplina?

R: Sim, sem dúvida.

11. Na sua opinião, o que devia fazer a Direção Escolar para diminuir a indisciplina?

R: Com franqueza, acho que o atual elenco executivo gere a indisciplina de forma muito assertiva. Mas como já referi, a solução não passa por um único interveniente, mas sim por um compromisso alargado entre alunos, escola, tutela e políticas educativas.